

Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova

004 CAS Tec

ANA PAULA CASTELA
ANA RITA GARCIA
(COORD.)

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA
COMUNICAÇÃO NO ESPAÇO RURAL
- FIAT LUX



Com la participació
de la Unió Europea
Projecte cofinançat
per el FEDER



rural  tech

ESCOLA SUPERIOR
DE GESTÃO
IDANHA-A-NOVA
176/006
BIBLIOTECA
004

*Tecnologias da Informação
e da Comunicação
no Espaço Rural - Fiat Lux*

Edição



Instituto Politécnico de Castelo Branco
Centro de Estudos
e Desenvolvimento Regional

Dezembro de 2005

Ficha Técnica

Título

- Tecnologias da Informação e da Comunicação no Espaço Rural - Fiat Lux

Coordenadoras

- Ana Paula Castela
- Ana Rita Garcia

Autores

- Ana Paula Castela
- Ana Rita Garcia
- Sara Brito Filipe

Prefácio

- João Ruivo

Design

- RVJ, Editores
- Carine Pires

Impressão

- Gráfica Almondina

Tiragem

- 500 exemplares

ISBN

- 972-99849-2-1

Depósito Legal

- 248 906/06

Edição

- Instituto Politécnico de Castelo Branco - CEDER Dezembro, 2005

*Às mulheres de diferentes espaços da
Beira que franquearam a porta às
NTICs*

Índice

| | |
|--|----|
| Prefácio | 10 |
| Nota Introdutória | 13 |
| 1. Contextualização | 15 |
| 2. Projecto Ruraltech – Rede Europeia para a Promoção das Novas Tecnologias em Territórios Rurais | 24 |
| 2.1. Contextualização | 24 |
| 2.2. Problemática | 26 |
| 2.3. Objectivos | 28 |
| 3. Caracterização dos concelhos envolvidos no Projecto Ruraltech | 33 |
| 3.1. Concelho de Castelo Branco | 33 |
| 3.2. Idanha-a-Nova | 46 |
| 3.3. Vila Velha de Ródão | 55 |
| 4. A Realidade Nacional e as TIC | 66 |
| 4.1. Posse de computador e ligação à Internet | 66 |
| 4.2. Utilização de Computadores e de acesso à Internet | 68 |
| 5. As TIC nas Zonas Rurais dos Concelhos de Castelo Branco, de Idanha-a-Nova e de Vila Velha de Ródão | 71 |
| 5.1. Definição do Universo | 71 |
| 5.2. Amostra | 73 |
| 5.3. Recolha de Informação | 75 |
| 5.4. Estrutura dos Questionários | 75 |
| 5.5. Caracterização das Amostras | 76 |

| | |
|---|-----|
| 5.6. Análise dos dados | 79 |
| 6. As NTIC no mundo rural | 91 |
| 6.1. Informação/Comunicação no meio rural | 92 |
| 6.2. Formação no meio rural | 97 |
| Considerações finais | 102 |
| Bibliografia | 105 |
| Anexo I | 111 |
| Anexo II | 113 |
| Anexo III | 117 |

Índice de Tabelas

| | |
|--|----|
| Tabela 1. População nas freguesias e concelho de Castelo Branco | 35 |
| Tabela 2. População nos concelhos da Beira Interior Sul | 36 |
| Tabela 3. Estrutura etária da população residente no concelho de Castelo Branco | 37 |
| Tabela 4. Sociedades sedeadas no concelho de Castelo Branco, por sector de actividade | 39 |
| Tabela 5. População economicamente activa e empregada por CAE | 41 |
| Tabela 6. Procura e oferta de emprego (Dezembro de 2004) | 42 |
| Tabela 7. Desemprego e colocação, segundo sexo (2004) | 43 |
| Tabela 8. Desemprego por tempo de inscrição e por grupos etários (Dezembro de 2004) | 43 |
| Tabela 9. População nas freguesias e concelho de Idanha-a-Nova | 47 |
| Tabela 10. População do concelho de Idanha-a-Nova, por grupos etários | 48 |
| Tabela 11. Sociedades sedeadas no concelho de Idanha-a-Nova, por sector de actividade | 50 |
| Tabela 12. População economicamente activa e empregada por CAE | 52 |
| Tabela 13. População residente no concelho de Idanha-a-Nova, por nível de ensino | 53 |
| Tabela 14. População no concelho de Vila Velha de Ródão | 57 |
| Tabela 15. População do concelho de Vila Velha de Ródão, por grupos etários | 58 |
| Tabela 16. População activa e empregada, por sector de actividade | 60 |
| Tabela 17. População economicamente activa e empregada por CAE | 63 |
| Tabela 18. Posse de computador e de ligação à Internet dos agregados domésticos (2001 – 2005) | 66 |
| Tabela 19. População nos concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão | 72 |
| Tabela 20. Estratos de Amostragem | 74 |
| Tabela 21. Caracterização das Amostras | 76 |

Índice de Figuras

| | |
|--|------------|
| Figura 1. Parceiros do Projecto Ruraltech | 25 |
| Figura 2. Espaço Atlântico | 27 |
| Figura 3. Portal da página WEB | 30 |
| Figura 4. Reunião do Comité Director do Projecto, em Castelo Branco | 31 |
| Figura 5. Localização dos concelhos da Beira Interior Sul (NUT III) | 33 |
| Figura 6. Freguesias do concelho de Castelo Branco | 34 |
| Figura 7. Freguesias do concelho de Idanha-a-Nova | 46 |
| Figura 8. Rede viária | 55 |
| Figura 9. Seminário em Castelo Branco | 94 |
| Figuras 10 e 11. Cartaz e folheto de divulgação | 95 |
| Figuras 12, 13 e 14. Anúncios publicitários inseridos em jornais regionais com sede no distrito de Castelo Branco | 96 |
| Figura 15. Diploma de Iniciação à Internet | 100 |
| Figura 16. Acção de Formação no Ninho do Açor | 101 |

Índice de Gráficos

| | |
|---|----|
| Gráfico 1. Posse de computador e de ligação à Internet, por agregados domésticos, por regiões NUTS II, (2004 – 2005) | 67 |
| Gráfico 2. Utilização de computador e de Internet (2002 – 2005) | 69 |
| Gráfico 3. Posse de computador dos agregados domésticos (2004 – 2005) | 79 |
| Gráfico 4. Conhecimento de informática (2004 – 2005) | 81 |
| Gráfico 5. Interesse em frequentar cursos no âmbito das NTIC (2004 – 2005) | 81 |
| Gráfico 6. Ligação à Internet dos agregados domésticos (2004 – 2005) | 82 |
| Gráfico 7. Utilização da Internet nos últimos três meses (2004 – 2005) | 84 |
| Gráfico 8. Conhecimentos de Internet (2004 – 2005) | 85 |
| Gráfico 9. Locais de acesso à Internet (2004 – 2005) | 86 |
| Gráfico 10. Tipo de ligação à Internet (2004 – 2005) | 87 |

Prefácio

A Promoção das Novas Tecnologias

O Projecto Ruraltech – Rede Europeia para a Promoção das Novas Tecnologias em Territórios Rurais está profusamente descrito e fundamentado nas páginas deste livro. Para lá das palavras que perpetuam os acontecimentos, só a História nos dirá quais os efeitos perduráveis duma iniciativa que se esforçou por suavizar a iliteracia digital a que se viram condenadas as populações rurais, a qual representa um dos principais obstáculos à promoção da igualdade de oportunidades entre os espaços urbanos e os espaços rurais e, dentro destes, entre os que já se conseguiram incorporar nas redes de comunicação e informação e os que foram deixados à margem da sociedade do conhecimento.

Como se refere, acredita-se que o acesso às redes de comunicação promoverá o desenvolvimento de novas empresas, favorecerá a competitividade dos agentes económicos, gerará novos empregos e qualificará as competências da população activa residente, com evidentes melhorias na sua qualidade de vida e na fluidez de adaptação a novos desempenhos que a evolução dos mercados venha a sugerir.

As bibliotecas estão atulhadas de estudos que continuam a revelar a existência de boas e de más experiências nesta matéria. Todavia, é importante que se sublinhe que todos os especialistas reconhecem que, quando está em causa o uso e manipulação das tecnologias digitais, nenhum cidadão deve ser deixado para trás, já que a globalização e a sociedade da informação são irreversíveis e os seus efeitos demasiado perduráveis.

Revela-se, por isso, necessário diminuir o fosso digital entre os que

têm acesso aos instrumentos proporcionados pela revolução tecnológica e os que ainda vivem nos contextos do incremento promovido pelas revoluções agrícola e industrial. Logo, não faria qualquer sentido se o investimento em capital tecnológico não fosse acompanhado por idêntico investimento no capital humano, já que a aprendizagem e o uso dessas tecnologias da informação e da comunicação deve ser encarado como um procedimento que visa o desempenho de mais competências consideradas indispensáveis ao êxito profissional e social.

Na era da informação, a oferta de trabalho de profissões baseadas, exclusivamente, em competências manuais, está em declínio. Daí que novas aprendizagens baseadas na manipulação e na gestão da informação, designadamente a proporcionada por bases de dados digitalizados, se afigure indispensável na abordagem dos objectivos e modelos de vida de todas as gerações. Importa, pois, que se invista na “actualização contínua” das máquinas, e também na “formação permanente” das populações que a elas têm acesso.

Sabemos que a escola pode contribuir para o atenuar da exclusão digital a que muitos estariam votados. Isto, se souber democratizar o acesso e a manipulação destes novos instrumentos educativos, organizando-se em torno de objectivos claros, de equipamentos acessíveis e de um corpo docente motivado. E para lá da instituição escolar? Que fazer aos duplamente excluídos: aos descolarizados e aos marginalizados pela sociedade da informação?

Vivemos uma época social caracterizada por um sistema em permanente adaptação. A “inclusão digital” é, pois, imperativa para todos os cidadãos deste novo século se quisermos aceitar o desafio de assegurar que a Europa seja reconhecida como uma referência pela qualidade das suas instituições, garantindo que homens e

mulheres de todas as idades tenham acesso à aprendizagem e actualização ao longo da vida.

Não vale a pena continuar a iludir ou a ignorar estas questões. O desenvolvimento equilibrado do território europeu e a coesão económica e social das regiões ultra periféricas assim o exige.

João Ruivo

(Vice-Presidente do IPCB)

Nota Introdutória

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do Projecto Ruraltech - Rede Europeia para a Promoção das Novas Tecnologias em Territórios Rurais, pertence à Iniciativa Comunitária Interreg III B, Espaço Atlântico. O referido projecto enquadra-se na:

- **Prioridade B:** Desenvolvimento de sistemas de transporte que procuram assegurar uma mobilidade sustentável e melhoria do acesso à sociedade da informação;
- **Medida B-2:** Melhoria do acesso à sociedade de informação.

Foi executado por uma Rede Transnacional composta por parceiros da Cantábria, da Galiza e de La Rioja (Espanha), da Aquitania (França), de Gales (Reino Unido), de Castelo Branco, (Portugal), e de Mid West (Irlanda).

O presente livro centra-se no trabalho efectuado em freguesias rurais do concelho de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão, por uma equipa de Centros de Estudos e Desenvolvimento Regional do Instituto Politécnico de Castelo Branco (CEDER / IPCB). Após reuniões efectuadas, definiram-se objectivos e decidiu-se: no primeiro capítulo, analisar-se o contexto sócio-cultural das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC). No segundo descreve-se o projecto que foi desenvolvido. Num terceiro momento, caracteriza-se os concelhos onde ia decorrer a intervenção. Definiram-se, em seguida, metodologias, analisou-se comparativamente, a realidade nacional no campo das Tecnologias de Informação e Comunicação com o que acontecia nas freguesias onde se desenvolveu o projecto.

As acções de divulgação que precederam a formação dos que frequentaram os cursos, foram, também explicitadas no quinto capítulo.

Finalmente, debruçámo-nos sobre os resultados alcançados quer nas freguesias portuguesas abrangidas pela intervenção, quer de uma forma mais genérica, no Espaço Atlântico, onde se promoveu o referido projecto.



1. Contextualização

“De facto, a utilização de uma tecnologia é um indicador de mudança social e cultural, mais que um factor determinante dessa mesma mudança. Dai que a verdadeira importância de entender a difusão e usos da internet (...) reside em que podemos utilizá-la como ponto de entrada para compreender a transformação estrutural organizativa, cultural e tecnológica da sociedade (...) em todos os âmbitos da vida quotidiana. (...) Trata-se de uma perspectiva analítica equivalente ao que haveria de ter sido, no seu momento histórico, compreender o desenvolvimento da sociedade industrial através da difusão e usos da electricidade.”

Manuel Castells (2002)

A globalização alterou o contexto em que se tecem as actividades humanas. A concepção de espaço e de tempo modificou-se com o desenvolvimento das novas tecnologias; a maior parte das relações humanas estavam vinculadas *hic et nunc*. Com as possibilidades promovidas pela Internet (correio electrónico, chats, as páginas web...) podemos, hoje, estabelecer relações com outras pessoas sem que seja necessário um espaço e tempo concretos.

Na verdade, mudanças tecnológicas, económicas, culturais, comunicacionais e políticas profundas sustentam uma nova estrutura social dominante – a sociedade em rede. Acresce que a passagem de um paradigma societal para outro não se opera de forma automática: *“Da mesma forma que a sociedade industrial coexistiu durante várias décadas com a sociedade agrária que a precedeu, a sociedade em rede mistura-se, nas suas formas, nas instituições e nas vivências, com os tipos de sociedade de onde ela própria emergiu”*

(Castells in Cardoso, Firmino da Costa, Conceição, Gomes 2005: 13). Estudos comparados sobre o desenvolvimento da sociedade em rede, em vários países (Castells, 2004), demonstram que a organização das actividades económicas, políticas, sociais, em torno de redes de relações baseadas em tecnologias electrónicas constituem o denominador comum com implicações relevantes sobre a prática social.

Todavia, a sociedade em rede só pode desenvolver-se a partir de um novo sistema tecnológico: o das tecnologias de informação e de comunicação de base micro electrónica e comunicação digitalizada (Mitchell, 2003)

A sociedade em rede é, sem dúvida, uma nova forma social que resulta de uma complexa interacção entre a evolução social e tecnológica, e na qual a Internet desempenha um papel primordial: é um meio de comunicação interactivo e uma infra-estrutura tecnológica decisiva para a organização em rede dos vários aspectos da vida. A Internet não é um factor causal das novas formas de organização social, mas tornou-se o meio necessário para o desenvolvimento das redes de interacção e comunicação.

A Internet responde, pois, a uma necessidade fundamental da sociedade que se encontra enraizada num contexto social específico: o do funcionamento em rede. Acresce que é uma ferramenta que permite a construção de projectos individuais e colectivos e a sua utilização só terá valor acrescentado, se forem percebidas pelas pessoas as múltiplas potencialidades que este serviço pode oferecer no desenvolvimento da sua actividade (Cardoso, et al.,2005).

Acreditamos, assim, que a análise dos diferentes usos sociais da Internet, do seu processo de difusão, da sua relação com as esferas da vida social (comunicação, consumo, informação...) é um ponto

de partida para caracterizar os processos sociais de transformação que decorrem na sociedade.

Castells (2003) sustenta que a análise da mudança social de que emerge uma nova estrutura social assenta na detecção de transformações estruturais nas relações de produção, de poder e experiência. São estas alterações que conduzem a uma modificação significativa das formas sociais do espaço e do tempo e à emergência de uma nova cultura.

A sociedade em rede é um produto de um determinado contexto histórico que atravessa as três últimas décadas do século XX. A sociedade informacional, em termos tecnológicos, radica a sua génese nas possibilidades oferecidas pelo desenvolvimento das comunicações, software e hardware, nos anos 70; todavia, o seu momento de massificação situa-se na segunda metade da década de 90. A difusão tecnológica nas grandes empresas e no Estado; a expansão do PC nas famílias; a maior utilização de aparelhos de computação e comunicação; a facilidade de utilização da WWW; a emergência de uma literacia de computadores entre as novas gerações; a promoção da Internet no trabalho e no sistema educacional, flexibilizam as relações organizacionais e espaciais à escala global.

Segundo Castells (2002), as redes são instrumentos apropriados:

- para a economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada;
- para o trabalho, trabalhadores e empresas baseadas na flexibilidade e adaptabilidade;
- para uma cultura de desconstrução contínua;
- para uma política destinada ao processamento instantâneo de novos valores e estados de espírito públicos;

- e para uma organização social que vise a suplantação do espaço e a invalidação do tempo.

Porém, *“A sociedade em rede, como qualquer outra estrutura, não deixa de ter contradições, conflitos e desafios de formas alternativas de organização social”* (Castells, 2002).

Na verdade, os países industrializados, no início da década de 90, viviam uma crise económica e social generalizada, decorrente dos avanços da globalização, dos progressos na tecnologia, das novas formas de organização do trabalho, das transformações na estrutura da população, do aumento das despesas de saúde e de pensões. Esta situação gerou/gera conflitos e custos humanos que os governos e as nações tendem a minimizar.

A mundialização das economias é, de facto, encarada como uma componente positiva de que todos podem beneficiar, a longo prazo; mas está sujeita a processos de ajustamento, a curto prazo, que podem penalizar alguns países. Assim, o desafio colocado aos governos e nações prende-se com a definição de políticas que permitam minorizar os impactos negativos a curto prazo, decorrentes de uma maior exposição à concorrência internacional. Os mercados globais, que não podem ser dissociados do desenvolvimento das novas tecnologias, provocam efeitos sobre a mão-de-obra e a organização do trabalho. Se, por um lado, a produtividade do dispositivo tecnológico é superior ao trabalho humano que o antecedia, originou, também, a supressão de postos de trabalho menos qualificados; por outro, a inovação tecnológica exige renovação, uma mão-de-obra mais qualificada. Sabemos que a produtividade e a competitividade das empresas, das regiões e dos países dependem da capacidade de gerar conhecimento e processar informação. O poder e a riqueza da sociedade em rede deriva: a) da

qualidade da educação elevando os níveis educativos médios da população e estimulando a aprendizagem ao longo da vida; b) da articulação entre actores relevantes, entre laboratórios públicos de I&D, estabelecimentos de ensino superior, empresas e associações empresariais.

Ora, uma economia baseada no conhecimento irá gerar novas clivagens baseadas nas competências potencialmente indutoras de polarização. Se não se conseguir generalizar com sucesso o reforço das capacidades cognitivas e os recursos de base dos cidadãos, o cenário que se espera, a longo prazo, poderá ser o da construção de *“ilhas de conhecimento” refulgindo à superfície de um vasto oceano de marginalizados* (Esping-Andersen, 2000: 80).

Os Estados procuram, assim, o compromisso possível entre o mercado e a sociedade de forma que, sem afectar a capacidade competitiva das economias, seja possível gerar consensos que permitam uma sustentabilidade política, económica e social da globalização.

Acresce que:

- a) o envelhecimento populacional;
- b) a diminuição das taxas de natalidade;
- c) o aumento das despesas com a saúde e com pensões de reforma;
- d) o aumento das despesas com subsídios, abonos e licenças;
- e) o cumprimento de regulamentos internacionais (critérios de convergência);
- f) a necessidade de proceder de acordo com princípios de justiça e eficiência;

Gerou/gera custos humanos com implicações políticas, económicas e sociais.

Estas tendências consubstanciam-se, maioritariamente, no aumento

do desemprego e na precarização das relações de trabalho. Na verdade, são os excedentários da sociedade polarizada, os “pobres localizados da idade global”.

São, sem dúvida, “os trabalhadores do conhecimento” que irão emergir como grupo profissional dominante” (Lindley, 2000:33). Mas há os que não “ficam ligados” em termos electrónicos e sociais: os excluídos. Como afirma Lindley, (2000: 58) são os que *“carecem de cidadania, na acepção política do termo, mas também no sentido económico e social; carecem de acesso ao poder através de quem represente os seus interesses, para melhorar o seu status; carecem de acesso aos recursos em geral, porque as instituições públicas não estão ao seu dispor (...); têm acesso limitado à educação e à formação, além do âmbito da escolaridade obrigatória; carecem de redes que os ajudem a mobilizar o apoio mútuo e a partilhar informação e aconselhamento; carecem de uma rede de segurança social e financeira eficaz”*. Em suma, a exclusão social surge quando uma pessoa se vê armadilhada num estado de desfavorecimento cumulativo (Lindley, 2000). É evidente que o desemprego não pode ser totalmente imputável à ausência de qualificação profissional; na verdade, face ao “défice de lugares” disponíveis, é cada vez menos seguro que um nível de qualificações mais elevado signifique, sempre, uma maior facilidade de acesso ao mundo do trabalho. Todavia, o baixo nível de escolaridade diminui sempre as possibilidades e associa-se a salários baixos, incertos, à pluriactividade e ao sobre-trabalho. Ora, como alcançar a democratização de competências? Como reconfigurar a política social? Em suma, como chegar à sociedade em rede?

É necessário: a) qualificar as pessoas; b) estimular a inovação e a modernização tecnológica; c) desenvolver uma relação entre as organizações, o sistema universitário e a investigação científica

capazes de potenciar sinergias em redor de projectos comuns. A estratégia de crescimento deve estruturar-se em 3 eixos: conhecimento, tecnologia e inovação (Boyer, Castells, Esping-Adersen, Lindley, Soete e Rodrigues, 2000; Plano Tecnológico, 2005).

O Eixo 1 – Conhecimento – é sustentado por objectivos como: a) elevar os níveis educativos médios da população; b) estimular uma formação ao longo da vida; c) mobilizar o acesso às tecnologias da informação e comunicação.

O Eixo 2 – Tecnologia – exige: a) aceleração do desenvolvimento científico e tecnológico; b) aumento das competências; c) criação de emprego qualificado; d) inovação e desenvolvimento das empresas.

O Eixo 3 – Inovação – prende-se com a adopção de novos processos e tecnologias, novos produtos e novos serviços. A inovação permanente proporciona vantagens competitivas respondendo a procuras internacionais mais exigentes e justificadas. Urge fomentar redes de interacção entre agentes de inovação, criar entidades reguladoras e formas de financiamento (público e privado).

Ora, a maioria dos países da União Europeia atingiu o limite máximo de despesa pública e de cobrança de impostos. Mas as nações têm de promover a sociedade em rede. O dilema agrava-se quando levamos em linha de conta as novas desigualdades e riscos sociais que as economias baseadas no conhecimento envolvem.

Assim, como lidar com a actual população trabalhadora mais velha e com baixo nível de qualificações? A educação ao longo da vida será uma alternativa possível? Não será excessivamente dispendiosa e ineficaz, se tivermos em consideração que se dirige a trabalhadores mais velhos e menos qualificados?

O Governo português ciente da importância da inserção de Portugal na Rede desenvolveu o Plano Tecnológico – “Uma estratégia de crescimento com base no Conhecimento, Tecnologia e Inovação”.

Trata-se de *“um conjunto articulado de políticas que visam estimular a criação, difusão, absorção e uso do conhecimento como alavanca para transformar Portugal numa economia dinâmica e capaz de se afirmar na economia global”* (Plano Tecnológico, 2005:3).

Refere o documento: *“No nosso país, (...) os maiores entraves ao crescimento económico estão precisamente na qualidade dos Recursos Humanos, na capacidade tecnológica e na permeabilidade à inovação”* (Plano Tecnológico, 2005:3). O Plano Tecnológico reconhece a necessidade de qualificar os portugueses e estimular a inovação e a modernização tecnológicas, colocando no terreno políticas que acelerem o actual processo de mudança do padrão de especialização da economia portuguesa, no sentido da produção de bens e serviços diferenciados ser cada vez mais vocacionada para os mercados externos.

Portugal atravessa um momento de transição para a sociedade em rede (Castells, 2004; Cardoso, et al., 2005).

“Enfrenta, por um lado, muitos dos novos desafios e paradoxos das sociedades actuais – veja-se o envelhecimento populacional, a emergência de novas formas de pobreza, a crise das estruturas democráticas ou a mediatização da sociedade. Mas, por outro, suporta os atrasos induzidos pela manutenção de antigas estruturas e disposições sociais (...) Exemplos desses atrasos são a especialização económica em sectores de fraca intensidade tecnológica, a manutenção de deficientes níveis de qualificação da população, a insuficiência dos apoios ou o ainda limitado desenvolvimento das novas classes médias.” (Cardoso, et al., 2005:31).

Na verdade,

- *“a população portuguesa tem reduzidos níveis de escolaridade (cerca de 80% da população portuguesa tem uma escolaridade até*

ao 3º ciclo) com reflexos na reduzida adopção e utilização de PCs e de Internet, em especial nas faixas etárias superiores a 35 anos (representa mais de 50% da população);

- há uma elevada assimetria regional, indutora do continuado afastamento social e económico das populações do interior;
- há um reduzido nível de investimento em tecnologias da informação e baixa sofisticação das empresas portuguesas.” (UMIC, 2003: 9).

Acresce que a “a adopção e utilização de serviços de banda larga em Portugal representa um esforço consideravelmente elevado no orçamento familiar português, quando comparado com os restantes países europeus” (UMIC, 2003: 10).

Em síntese,

- a reduzida penetração de Pc's;
- o reduzido conhecimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC);
- o desconhecimento de benefícios de adopção e utilização da Internet;
- a existência de zonas rurais desfavorecidas com limitações de acesso a serviços de banda larga;
- o reduzido e inadequado investimento nas TIC;
- a ausência de condições que propiciem um quadro competitivo favorável à difusão de serviços de banda larga,

promovem, em Portugal, desenvolvimentos diferenciais entre o litoral e o interior, entre os meios urbanos e rurais.

O reconhecimento desta conjuntura, em determinados países e regiões europeias, determinou a criação de fundos de coesão comunitários que visam uma convergência favorecedora, um desenvolvimento harmonioso.

2. Projecto Ruraltech – Rede Europeia para a Promoção das Novas Tecnologias em Territórios Rurais

2.1. Contextualização

O Projecto Ruraltech, Rede Europeia para a Promoção das Novas Tecnologias em Territórios Rurais, pertence à Iniciativa Comunitária Interreg III B, Espaço Atlântico. O Interreg III é uma iniciativa comunitária do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) que visa fomentar a cooperação entre regiões da União Europeia durante o período 2000-2006. O objectivo desta fase do Interreg consiste, precisamente, em aumentar a coesão económica e social na União Europeia, fomentando a cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional, assim como o desenvolvimento equilibrado do território. Presta especial atenção à colaboração entre as regiões ultraperiféricas e situadas nas fronteiras externas da União Europeia com os países candidatos à adesão.

O referido projecto enquadra-se na:

Prioridade B: Desenvolvimento de sistemas de transporte que procuram assegurar uma mobilidade sustentável e melhoria do acesso à sociedade da informação;

Medida B-2: Melhoria do acesso à sociedade de informação.

Tem como principais objectivos:

- a) Optimizar a inserção das regiões atlânticas na Sociedade de Informação;
- b) Favorecer o uso das novas tecnologias da comunicação pelos agentes económicos.

A estratégia desta medida está fundamentada na inserção das Regiões Atlânticas na Sociedade da Informação e do Conhecimento.

É executado por uma Rede Transnacional, liderada por um Chefe de Fila, a Obra Social Caja Cantabria; é constituída pelos seguintes países e entidades:







|  |  |  |  |  |
|---|---|---|---|---|
|  CAJA CANTABRIA <small>OBRA SOCIAL</small> Dirección General de Asuntos Europeos y Cooperación al Desarrollo - Gobierno de Cantabria Dirección General de la Mujer - Gobierno de Cantabria IDEM ASPEN FUNDARCO | UNION DES TERRES DE RIVIERES (Red Europea de Trabajo en Medio Ambiente. Nuevas Tecnologías y Desarrollo Sostenible) APRODISC MAISON DES MEDIAS ARINSUP | MWRA (Mid West Regional Authority) | IDCB (Instituto Politécnico de Castelo Branco) | OAKE EUROPE |

Figura 1. Parceiros do projecto Ruraltech

O Projecto Ruraltech registou que a ampliação da utilização das novas tecnologias nos espaços rurais do Espaço Atlântico é uma necessidade estratégica de primeira ordem, para promover o desenvolvimento territorial equilibrado entre espaços urbanos e rurais. Pretende criar uma rede europeia de trabalho encarregue de analisar a procura actual e potencial das NTIC, nas zonas rurais participantes no Projecto, favorecer a procura e oferta das novas tecnologias mediante a difusão da sua utilização, através de acções piloto demonstrativas, e de acções de formação e de divulgação.

2.2. Problemática

Na verdade, em zonas rurais de Portugal, França, Espanha, Reino Unido e Irlanda verificou-se uma incompleta e tardia incorporação das redes de comunicação e informação impulsionadas pelas novas tecnologias. O mundo rural enfrenta o que se denomina de “fractura digital” que supõe uma nova barreira para a igualdade de oportunidades entre os europeus dos distintos territórios, derivada da crescente distância que separa as sociedades tecnológicas de outras que não conseguem atingir os avanços tecnológicos. Existem zonas urbanas de grande pujança tecnológica, enquanto que os restantes territórios semiurbanos, e especialmente os rurais, estão à margem, como referimos.

Este risco de “fractura digital” decorre de:

- a) dificuldades técnicas causadas pela dispersão geográfica das zonas rurais;
- b) da escassa viabilidade económica no que respeita à criação de infra-estruturas tecnológicas, pela iniciativa privada;
- c) da reduzida procura de serviços atendendo à menor implantação de empresas (comparada com os aglomerados urbanos);
- d) do desconhecimento da população rural em relação aos benefícios derivados do acesso à sociedade de informação e do conhecimento.

Acresce que as Entidades Públicas priorizam a difusão e implantação das Tecnologias de informação e Comunicação, em territórios urbanos.

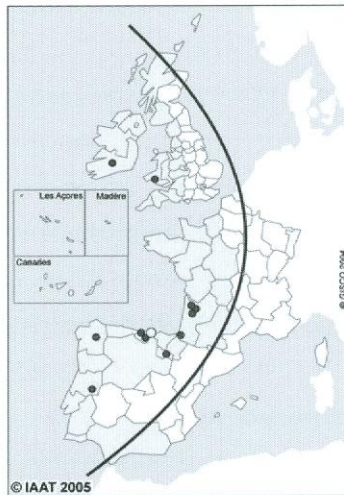


Figura 2 – Espaço Atlântico

Ora, a desigualdade de oportunidades entre residentes em territórios urbanos e rurais é uma realidade que importa matizar. Igualizar a adoção e utilização das novas tecnologias é fundamental para concretizar uma ordenação territorial equilibrada, e uma coesão económica e social da União Europeia.

Acreditamos que o acesso a redes de comunicação verá surgir novas oportunidades empresariais no território, favorecerá a competitividade económica, reduzirá as disparidades económicas; gerará novos empregos e melhorará competências, de acordo com o estabelecido na Estratégia Europeia para o Emprego, no Plano Tecnológico, e nas políticas de apoio europeias à competitividade das PME.

A mudança de hábitos e o surgimento de novas oportunidades possibilitarão à população a permanência no espaço rural e o desenvolvimento harmonioso do território. A fixação de população evitará a massificação de conglomerados urbanos, a desertificação das zonas rurais; impedirá o abandono de ecossistemas agrários e

naturais e a perda de valores socioculturais e históricos que identificam um espaço.

As principais causas que levaram à concretização do projecto foram:

- o isolamento geográfico;
- a escassez demográfica;
- a limitação de implantação de empresas;
- a falta de investimento público nesta área.

Os efeitos decorrentes deste contexto, traduziram-se em:

- despovoamento;
- subdesenvolvimento económico;
- desigualdade no que respeita às oportunidades da povoação urbana;
- ciclo provocado pelo isolamento.

As necessidades situam-se, pois, em:

- melhorar a oferta de acesso às TIC;
- difundir o conhecimento das TIC;
- aumentar a procura interna.

2.3. Objectivos

O Projecto Ruraltech pretendeu matizar a “fractura digital” que afecta os territórios rurais da Cantábria, Galiza e La Rioja (Espanha), Aquitania (França), Gales (Reino Unido), Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Vila Velha de Ródão (Portugal), e Mid West (Irlanda), através da constituição de uma rede europeia de trabalho que se propôs atingir os seguintes objectivos:

- Analisar a procura actual e potencial das TIC em zonas rurais;
- Promover a procura e a oferta das TIC mediante acções de formação e difusão;
- Promover a igualdade de oportunidades entre a população de

territórios rurais e urbanos, discriminando positivamente as mulheres;

- Avaliar e partilhar os resultados do projecto entre as entidades participantes, à escala europeia;
- Transmitir os resultados do Projecto às Autarquias, aos agentes de desenvolvimento económico e de cidadania.

Para o cumprimento dos objectivos, o projecto previa a realização das seguintes acções:

- **Estudos** tendentes a conhecer a penetração das NTIC, nas zonas rurais de todas as regiões implicadas, e a evolução da procura durante o período de execução do projecto. Todos os sócios fariam a avaliação da penetração das NTIC observando uma metodologia comum. A coordenação deste grupo de trabalho foi efectuada pela Fundación Riojana para la Sociedad del Conocimiento (Fundarco).

- **Promoção das NTIC:**

a) **Acções piloto-demonstrativas:** implantação de One-Stop-Shop e Pontos Públicos de Acesso à Internet. Estas actividades foram realizadas pelos sócios: Autoridad Regional de Mid-West (MWRA) e Fundarco e coordenadas pela Autoridad Regional de Mid-West (Irlanda)

b) **Acções de formação** de tipo presencial, especialmente dirigidas a mulheres rurais, realizadas nas próprias zonas, utilizando centros de comunicação e acesso à Internet existentes, ou deslocando professores e equipamentos e instalando infra-estruturas onde se revelava necessário; foi desenhada uma metodologia e conteúdo comum para o curso. Dos doze sócios, dez participaram no grupo de formação. A coordenação esteve a cargo de Fundarco (La Rioja), com a participação do CEDER/IPCB (Castelo Branco) de Arinsup (Aquitania).

c) **Difusão das novas tecnologias:** criação de uma página Web. Neste sítio web, acessível a todas as pessoas, foi/é oferecida informação sobre a execução do projecto, sobre as entidades participantes, sobre os estudos e produtos elaborados; incluiu temas sobre a igualdade de oportunidades bem como links de páginas de interesse. Integrou a construção do logótipo, de folhetos divulgativos e de um CD-Rom sobre o Projecto. Esta acção foi executada pela Asociación IDEM e a Obra Social de Caja Cantabria.



Figura 3. Entrada da página Web - www.interreg-ruraltech.net

d) **Realização de seminários regionais** intitulados “Os Territórios Rurais e as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação”. Efectuaram-se 7 seminários regionais, um por cada região implicada no projecto.

Em reuniões do Comité Director do Projecto potenciou-se o debate e a análise sobre a necessidade de desenvolvimento de novos ca-

nais de comunicação, nos distintos territórios rurais; traçou-se uma imagem da realidade actual; identificaram-se necessidades futuras para matizar a “fractura digital;” à medida que o projecto avançava, analisou-se o impacto do mesmo e os resultados obtidos; era nossa intenção facilitar a transferência de resultados para as autoridades públicas. O público destes seminários contou com entidades públicas, políticos, funcionários, técnicos de empresas privadas e públicas e representantes de agências de desenvolvimento local. Os seminários foram realizados nos seguintes territórios, pelas seguintes autoridades: Mid-West Ireland: Autoridade Regional; La Rioja: Fundarco; Castelo Branco: IPCB/CEDER; Galiza: ASFEM; Girona: Unión dês Terres de Rivières; Cantábria: Asociación IDEM, Obra Social de Caja Cantábria e Dirección General de Asuntos Europeos y Cooperación al Desarrollo.



Figura 4. Reunião do comité director do projecto em Castelo Branco

Fonte: IPCB

- **Avaliação Interna:** criou-se um mecanismo de avaliação para possibilitar um seguimento permanente das etapas do projecto, a aprendizagem das boas práticas detectadas e a eventual correcção das acções perante resultados e tendências não expectáveis. O mecanismo de avaliação permitiu fazer uma apreciação continuada do cumprimento dos indicadores estabelecidos. Esta avaliação foi coordenada por OAKE Europa (Escócia).

- **Transferência de Resultados:** divulgaram-se os resultados do projecto junto das Administrações Públicas Regionais e Locais. Esta transferência intensificou-se com a realização de Seminários Regionais. Na Cantábria por Asociación IDEM, na Rioja por Fundarco; na Galiza por ASFEM; em Castelo Branco pelo CEDER/IPCB; na Mid-West Irland pela Autoridade Regional; em Gales pela OAKE Europe; em França pela Unión Terre de Rivières, Aprodisc, Mediatheque de Gironde sur Dropt, Arinsup, como referimos.

Neste projecto, o CEDER/IPCB propôs-se:

- a) Colaborar nos estudos de medição da penetração das tecnologias de informação e comunicação nas zonas rurais;
- b) Contribuir para a elaboração de uma metodologia comum de acesso-dinamização da Sociedade de Conhecimento;
- c) Sensibilizar e difundir a Sociedade do Conhecimento no meio rural;
- d) Formar em tecnologias da informação e comunicação;
- e) Fomentar a igualdade de oportunidades com a realização de actividades específicas para colectivos em risco de exclusão digital;
- f) Colaborar na transferência de resultados para as entidades públicas.

3. Caracterização dos concelhos envolvidos no Projecto Ruraltech¹

Para melhor compreensão dos estudos efectuados pareceu-nos essencial caracterizar, sumariamente, os concelhos – Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão – onde o projecto foi implementado.

3.1. Concelho de Castelo Branco

3.1.1. Localização

O concelho de Castelo Branco, com uma área de 1 440,1 km², insere-se na NUT II Centro e NUT III Beira Interior Sul. Para além do concelho de Castelo Branco, fazem parte da NUT III Beira Interior Sul, os concelhos de Penamacor, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão.



Fonte: DGOTDU, 2003

Figura 5. Localização dos concelhos da NUT III Beira Interior Sul

¹ A caracterização dos concelhos foi efectuada por Sara Brito Filipe. Docente da Escola Superior de Gestão do IPCB.

A localização no centro interior do território nacional coloca os concelhos da NUT III, Beira Interior Sul, numa situação periférica relativamente ao contexto nacional. Contudo, esta desvantagem poderá redundar em eventual vantagem face ao contexto internacional, designadamente ao contexto ibérico e europeu, por assumir um carácter estratégico. Na verdade, situada na Raia Central, num nó de comunicações viárias e ferroviárias susceptíveis de lhe proporcionarem uma boa acessibilidade regional, e uma forte acessibilidade externa, possui condições para o intercâmbio de pessoas e bens, designadamente, com a eliminação das fronteiras e a integração europeia, no sentido do desenvolvimento de um mercado transfronteiriço (nó articulador nas relações viárias com Espanha).

3.1.2. Demografia

A população, cerca de 55,7 mil habitantes (censos 2001), distribui-se por vinte e cinco freguesias, sendo uma predominantemente urbana – a freguesia de Castelo Branco – duas medianamente urbanas – Alcains e Cebolais de Cima – e as restantes consideradas freguesias predominantemente rurais.

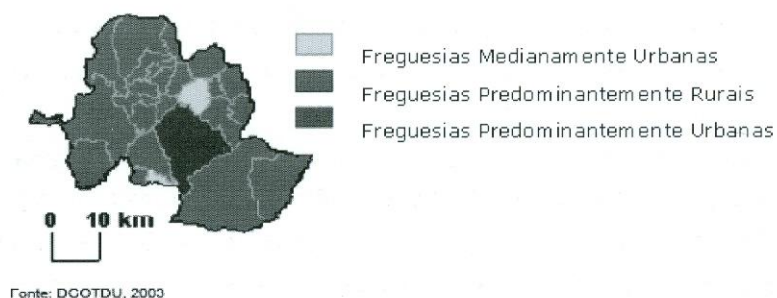


Figura 6. Freguesias do concelho de Castelo Branco

| Freguesias | População Residente 1991 | População Residente 2001 | Variação (%) | Hab/Km ² |
|-------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------|---------------------|
| Cebolais de Cima | 1529 | 1290 | -15.63 | 110.42 |
| Castelo Branco | 27004 | 31240 | 15.69 | 184.39 |
| Cafede | 365 | 289 | -20.82 | 18.27 |
| Benquerenças | 1048 | 725 | -30.82 | 12.14 |
| Alcains | 4534 | 4929 | 8.71 | 128.78 |
| Almaceda | 1216 | 943 | -22.45 | 13.42 |
| Escalos de Baixo | 1059 | 946 | -10.67 | 18.87 |
| Escalos de Cima | 1189 | 1110 | -6.64 | 89.74 |
| Freixial do Campo | 617 | 537 | -12.97 | 28.33 |
| Lardosa | 895 | 1044 | 16.65 | 23.93 |
| Juncal do Campo | 646 | 500 | -22.60 | 23.51 |
| Mata | 623 | 590 | -5.30 | 24.37 |
| Malpica do Tejo | 811 | 758 | -6.54 | 3.04 |
| Louriçal do Campo | 887 | 805 | -9.24 | 36.38 |
| Lousa | 840 | 752 | -10.48 | 21.67 |
| Sarzedas | 2286 | 1738 | -23.97 | 10.29 |
| São Vicente da Beira | 1871 | 1597 | -14.64 | 15.18 |
| Sobral do Campo | 588 | 516 | -12.24 | 18.62 |
| Tinalhas | 791 | 690 | -12.77 | 38.74 |
| Ninho do Açor | 479 | 473 | -1.25 | 42.45 |
| Monforte da Beira | 702 | 506 | -27.92 | 4.19 |
| Póvoa de Rio Moinhos | 768 | 685 | -10.81 | 27.63 |
| Retaxo | 1165 | 1047 | -10.13 | 90.11 |
| Salgueiro do Campo | 988 | 965 | -2.33 | 32.28 |
| Sto. André das Tojeiras | 1409 | 1033 | -26.69 | 13.52 |
| Concelho | 54310 | 55708 | 2.57 | 38.72 |

Tabela 1. População nas freguesias e concelho de Castelo Branco

Fonte: INE, XIV Recenseamento geral da população, 1991 e 2001 (resultados definitivos)

A trajectória demográfica do concelho de Castelo Branco espelha um conjunto de factores estruturais que têm caracterizado as regiões do interior do país, ao longo das últimas décadas. Desde os anos cinquenta do século passado, este concelho tem vindo a sofrer um processo de desertificação humana, decorrente de fortes movimentos migratórios.

Da análise do último período inter censitário regista-se que apenas as freguesias de Castelo Branco, Alcains e Lardosa registaram uma taxa de variação positiva, revelando uma evidente vitalidade demográfica o principal centro urbano – Castelo Branco. No pólo oposto, com dinâmicas populacionais extremamente recessivas, encontram-se as freguesias de Benquerenças (-30,82%), Monforte da Beira (-27,69%), Santo André das Tojeiras (-26,69%), Sarzedas (-23,97%), Alameda (-22,45%) e Juncal do Campo (-22,60%). A este cenário não deixam de ser alheias, também, correntes migratórias das áreas rurais para as cidades, onde se fixa a população activa, um sector significativo de quadros e, também, uma população estudantil, apreciável durante o período lectivo.

| | População Residente 1991 | População Residente 2001 | Variação (%) | Hab/Km ² |
|-----------------------|--------------------------|--------------------------|--------------|---------------------|
| Portugal | 9375926 | 9869343 | 5.3 | 112.04 |
| Centro | 1721650 | 1782178 | 3.5 | 75.3 |
| Beira Interior Sul | 81015 | 78123 | -3.6 | 20.8 |
| Castelo Branco | 54310 | 55708 | 2.6 | 38.7 |
| Idanha-a-Nova | 13630 | 11659 | -14.5 | 8.2 |
| Penamacor | 8115 | 6658 | -18 | 11.8 |
| Vila Velha de Ródão | 4960 | 4098 | -17.4 | 12.4 |

Tabela 2. População nos concelhos da Beira Interior Sul

Fonte: INE, XIV Recenseamento geral da população, 1991 e 2001 (resultados definitivos)

O comportamento demográfico do concelho apresenta uma significativa disparidade, quando comparado com o principal centro urbano. Apesar do povoamento do concelho sempre ter sido caracterizado por contrastes vincados entre zonas escassamente povoadas (com densidades populacionais inferiores a 5 habitantes por km²) e zonas mais densas, correspondendo, em geral, à presença

dos maiores aglomerados urbanos, verifica-se, actualmente, uma forte concentração populacional, ilustrada pelas freguesias de Castelo Branco (que representa cerca de 56% da população do concelho) e Alcains (8,8%).

Quanto à densidade populacional, o concelho de Castelo Branco apresenta um valor de 38,7 hab/km², superior à dos restantes concelhos da Beira Interior Sul, mas inferior às médias do país (112,4 hab/km²) e do Centro (75 hab/km²). Contudo, enquanto a freguesia de Castelo Branco tem 184,4 hab/km², existem freguesias com densidades muito inferiores como Malpica do Tejo, com 3,04 hab/km² ou Monforte da Beira, com 4,19 hab/km².

A evolução verificada no principal centro urbano aponta para uma clara inversão da dinâmica de abandono, em favor da criação de oportunidades. Reflecte, sem dúvida, a capacidade para atrair e fixar população. Motor do processo de crescimento económico regista, ainda, um relativo dinamismo demográfico, identificado pelo reforço do escalão etário entre os 25 e os 64 anos.

| Indicador | Nº de Indivíduos | % |
|---|------------------|------|
| População Residente HM | 55 708 | 100 |
| População Residente H | 26 602 | 47.7 |
| População Residente HM - menos de 14 anos | 7369 | 13.2 |
| População Residente HM - 15 a 24 anos | 7066 | 12.7 |
| População Residente HM - 25 a 64 anos | 28 893 | 51.9 |
| População Residente HM - 65 ou mais anos | 12380 | 22.2 |

Tabela 3. Estrutura Etária da População Residente

Fonte: INE, XIV Recenseamento geral da população, 2001 (resultados definitivos)

Os grupos etários, dos 0 aos 14 anos, e dos 15 aos 24 anos, são os de menor representação neste concelho. Não podemos ignorar a existência de freguesias onde se verifica a não existência de renovação demográfica, com a faixa etária superior a 65 anos a representar 22,2% da população total. Este envelhecimento populacional poderá ter consequências, não só na quantidade de mão de obra disponível, mas também na capacidade de renovação de gerações.

Por outro lado, o número de habitantes com mais de 65 anos traduz-se também nas tendências de envelhecimento. O índice de envelhecimento no concelho de Castelo Branco situa-se nos 163,2%, inferior ao índice verificado na Beira Interior Sul (223,7%), mas mais elevado que a média da NUT II Centro (131%) e, também, de Portugal (102,3%).

No que respeita à taxa de natalidade, no concelho, apresenta um valor de 8,8%, inferior à média do país (11,7%), mas ligeiramente superior à da Beira Interior Sul. Quanto à taxa de mortalidade, é idêntica à de Portugal (10,3%), embora o valor da Beira Interior Sul se apresente bem mais elevado (16,1%).

3.1.3. Estrutura Produtiva e Empresarial

Tradicionalmente, o concelho de Castelo Branco foi caracterizado por uma estrutura económica semelhante à de outros concelhos do interior do país, assente em actividades agrícolas (em especial as culturas cerealíferas e de olivicultura), florestais e pastoris. Com excepção da freguesia de Castelo Branco que, como capital de Distrito, polarizou um conjunto de funções administrativas, da esfera do sector terciário, quase todas as outras freguesias permaneceram ligadas ao sector primário, mantendo-se a tendência já verificada de fraca diversificação económica.

Recentemente, tem-se assistido a uma alteração do padrão produtivo; possui uma estrutura empresarial relativamente diversificada, começam a surgir vários ramos do sector secundário e um sector terciário dinâmicos, revelando um claro indicador da recomposição sectorial, principalmente, na freguesia capital de distrito – Castelo Branco, tal como podemos constatar na tabela seguinte.

| Sector de Actividade | Percentagem |
|----------------------|-------------|
| Sector Primário | 4,5 |
| Sector Secundário | 26,5 |
| Sector Terciário | 69,0 |

Tabela 4. Sociedades sedeadas no concelho de Castelo Branco, por sector de actividade.

Fonte: INE Retratos Territórios. Dezembro 2003

O **Sector primário** destaca-se pelas boas condições de relevo de que beneficia para as produções hortícolas e frutícolas e à extensa área florestal, assente num perfil de especialização que tem como factores-chave de competitividade a valorização dos recursos naturais.

Subsistem, contudo, vários problemas de ordem estrutural que impedem o desenvolvimento e a racionalização do sector agrícola, dos quais se destacam: altos custos de produção e baixas produtividades físicas; desajustamento das culturas a um melhor uso do solo; envelhecimento da população agrícola; baixo nível de formação técnica e profissional dos agricultores; dificuldades nos acessos às explorações e debilidade das estruturas de comercialização, entre outros.

No **sector secundário** verifica-se a emergência de um processo de diversificação produtiva, com o surgimento de um grupo de empresas com alguma dimensão e nível tecnológico razoável, em actividades como as indústrias de lacticínios, fabricação de máquinas e equipamentos eléctricos, de frio e de hotelaria, utilizados como produtos intermediários de outras indústrias. Tem-se registado, também, um dinamismo apreciável em iniciativas empresariais nas áreas de produção e distribuição regional de energia e gás, bem como nos sectores do tratamento de águas e do tratamento e valorização de resíduos. Os parques e zonas Industriais têm contribuído para esta diversificação que, no entanto, se pode considerar como sendo “a retalho”, ou seja, sem a existência de sinergias entre as novas empresas que se localizam em torno das cidades.

O **sector terciário** espelha o crescimento e consolidação das áreas urbanas e o correspondente desenvolvimento económico. A crescente capacidade de atracção e o desenvolvimento urbano da sede de concelho e capital de distrito, Castelo Branco, traduziu-se no reforço das actividades dos sectores do comércio, alojamento e restauração. Sendo o principal pólo de desenvolvimento económico do concelho, concentra não só a maioria da população, como também do emprego e da actividade económica, apresentando uma estrutura económica mais diversificada e qualificada, oferecendo os principais pólos industriais, quer de serviços de apoio, quer, ainda, de comércio mais especializado.

Este cenário de alteração do padrão produtivo terá sido influenciado por diversos factores, tais como: modernização do sector agrícola e valorização dos produtos regionais com grande representatividade no concelho; emergência de novos segmentos produtivos, como o agro-

alimentar, metalomecânica e frio industrial; crescimento e afirmação dos sectores da construção civil e obras públicas, do comércio (acompanhado de um crescente esforço de qualificação e diversificação) e dos serviços; valorização do potencial de crescimento do sector turístico; melhoria acentuada ao nível das acessibilidades aos grandes centros de decisão.

Em termos de organização empresarial, apesar do decréscimo verificado no sector primário, onde predominava o trabalho por conta própria, a iniciativa empresarial no concelho de Castelo Branco tem ainda associada a acção de empresários em nome individual, principalmente nos sectores do comércio, construção, alojamento e restauração.

3.1.5. Estrutura de Emprego

A repartição da população empregada pelos sectores de actividade aponta para um maior número de população no sector terciário, seguido do sector secundário e, por último, do sector primário. Destes factos não podemos alhear a existência de uma freguesia urbana, cuja performance se destaca das restantes freguesias.

| | Total | CAE 0 | CAE 1 a 4 | CAE 5 a 9 | CAE 5 a 9 – relac. C/ Activ. Econ. |
|---------------------------|-----------|---------|-----------|-----------|---------------------------------------|
| Portugal | 4.650.947 | 231.646 | 1.632.638 | 2.786.663 | 1.599.036 |
| Beira Interior Sul | 30.440 | 2.796 | 9.638 | 18.006 | 8.235 |
| Castelo Branco | 23.820 | 1.258 | 7.956 | 14.606 | 6.698 |

Tabela 5. População economicamente activa e empregada, por CAE.

Fonte: INE, Censos 2001

A taxa de actividade do concelho de Castelo Branco situa-se nos 45,2%, valor ligeiramente superior ao da região onde o concelho se insere, Beira Interior Sul (41,4%) e que evidencia, também, uma clara evolução relativamente aos dados dos Censos de 1991 (41,0%).

O número de trabalhadores por conta de outrem é mais elevado no sector secundário, seguido do sector terciário e, finalmente, do sector primário tanto para a região da Beira Interior Sul como do concelho de Castelo Branco. Quanto à distribuição por sexo verifica-se que, no concelho de Castelo Branco, é maior o número de trabalhadores do sexo masculino. Já na Beira Interior Sul, no sector terciário contam-se mais trabalhadoras; nos outros sectores de actividade os homens estão mais representados.

No que diz respeito à taxa de desemprego, entre 1991 e 2001, sofreu um aumento de 0,6%, quer na região da Beira Interior Sul que no concelho de Castelo Branco, sendo que os indivíduos do sexo masculino têm taxas mais elevadas de emprego.

De acordo com as Estatísticas Mensais do Centro de Emprego de Castelo Branco, também podemos registar que o número de ofertas de emprego é largamente inferior ao número de pedidos de emprego, como podemos verificar no quadro seguinte:

| Centro de Emprego | Pedidos de Emprego | | | Ofertas de emprego |
|-------------------|--------------------|--------------|-------|--------------------|
| | Desempregados | | | |
| | 1º emprego | Novo Emprego | Total | |
| Castelo Branco | 252 | 2259 | 2511 | 88 |

Tabela 6. Procura e oferta de emprego (situação no fim do mês dezembro de 2004)

Fonte: IEFP-PL-ES – Centros de Emprego – Estatísticas Mensais

Se, por um lado, o crescimento contínuo da participação das mulheres no mercado de trabalho consolida uma presença economicamente activa na sociedade, por outro, exacerbam-se as desigualdades de género, reflectidas principalmente no patamar do desemprego, cujas taxas se mantêm, por longos períodos, superiores às dos homens, tal como podemos constatar na tabela seguinte.

| Centro De Emprego | Desemprego ao longo do mês | | | Desempregados colocados | | |
|----------------------|----------------------------|----------|-------|-------------------------|----------|-------|
| | Homens | Mulheres | Total | Homens | Mulheres | Total |
| Castelo Branco | 1583 | 2650 | 4233 | 295 | 546 | 841 |

Tabela 7. Desemprego e colocação segundo o sexo (2004)

Fonte: IEFP-PL-ES – Centros de Emprego – Estatísticas Anuais

No que diz respeito à caracterização dos desempregados, e de acordo com o quadro seguinte, os grupos etários mais atingidos são os que se situam na faixa etária entre os 25 e os 54 anos.

| Centro de Emprego | Total | Tempo de Inscrição | | | Grupo Etário | | |
|----------------------|-------|--------------------|--------------|--------------|-----------------|-----------------|--------------|
| | | - 1 ano | 1 ano e + | < 25 anos | 25 - 34 anos | 35 - 54 anos | 55 anos + |
| Castelo Branco | 2511 | 1821 | 690 | 445 | 663 | 890 | 513 |

Tabela 8. Desemprego por tempo de inscrição e grupo etário (Dez/2004)

Fonte: IEFP-PL-ES – Centros de Emprego – Estatísticas Mensais

3.1.6. Qualificação dos Recursos Humanos

Os níveis de qualificação dos recursos humanos contribuem como agentes de mudança e do reforço da competitividade de um determinado concelho. É a partir dessa qualificação que melhor

podemos traçar um quadro que reflecta os desafios e as oportunidades que se apresentam às entidades regionais, enquanto elementos activos na preparação, implementação e controlo de acções estratégicas, de modo que possam ser agentes do crescimento e do desenvolvimento fundamentais à sustentabilidade de uma sociedade global.

Como foi anteriormente referido, este concelho tem registado uma enorme desertificação populacional. Contudo, e apesar de ainda não se ter conseguido inverter esta dinâmica demográfica regressiva, tem-se verificado capacidade para atrair e fixar população nos principais centros urbanos (a que não é alheia a presença das instituições de ensino profissional e superior), mas uma dificuldade, cada vez maior, de fixar população nas restantes freguesias do concelho.

As características demográficas repercutem-se na qualidade dos recursos humanos, que pode ser aferida utilizando como indicadores a estrutura de habilitações e qualificações da mão-de-obra disponível. Relativamente à população residente, segundo o nível de instrução, verificamos que a maior percentagem se encontra ao nível do 1º ciclo, com aproximadamente 24% da população, no concelho de Castelo Branco, e cerca de 24,7% na Beira Interior Sul. A percentagem menor regista-se ao nível do ensino médio com cerca de 0,65% no concelho de Castelo Branco, e 0,55% na Beira Interior Sul. De salientar que a população residente iletrada no concelho, regista valores na ordem dos 14% e, na Beira Interior Sul, cerca de 18,7%.

Estes valores revelam claramente que no concelho de Castelo Branco, o nível de habilitações continua a evidenciar algumas fragilidades. A taxa de analfabetismo sofreu um decréscimo de cerca de 4,7% entre 1991 e 2001, no concelho de Castelo Branco, e de 5,3% na Beira Interior Sul.

Quanto às qualificações académicas, por sexo, são as mulheres que contam com maior número de indivíduos sem qualificação académica. Ao nível do ensino básico, os homens são em maior número, mas em relação ao ensino secundário, ensino médio e ensino superior são as mulheres as melhor representadas.

3.2. Idanha-a-Nova

3.2.1. Localização

O concelho de Idanha-a-Nova, pertencente ao distrito de Castelo Branco, apresenta uma área total de 1 412,7 km², confina com Espanha a Sul e a Este, a Norte com o concelho de Penamacor, e a Oeste com o concelho de Castelo Branco. Está incluído na NUT III, Beira Interior Sul, juntamente com os concelhos de Penamacor, Vila Velha de Ródão e Castelo Branco.

Sendo um dos concelhos da Região com maior extensão, englobando a “campina da Idanha”, apresenta um património natural e paisagístico de interesse; ali coexistem santuários de flora e da fauna, exuberantes formações geológicas e geomorfológicas; o património cultural e etnológico é de grande valor; são muitas as lendas e tradições que surgem associadas a romarias e festividades locais; também, o património construído é rico e variado e distribuí-se pelas 17 freguesias que compõem o concelho e que se encontram assinaladas na figura seguinte.



Figura 7. Freguesias do concelho de Idanha-a-Nova

Fonte: DGOTOU, 2003

3.2.2. Demografia

O concelho de Idanha-a-Nova é, segundo o recenseamento de 2001, um concelho com cerca de 11 659 indivíduos, distribuídos por 17 freguesias: Alcafozes, Aldeia de Santa Margarida, Idanha-a-Nova, Idanha-a-Velha, Ladoeiro, Medelim, Monfortinho, Monsanto, Oledo, Penha Garcia, Proença-a-Velha, Rosmaninhal, Salvaterra do Extremo, São Miguel D' Acha, Segura, Toulões, Zebreira. A densidade populacional situa-se nos 8 (hab/km²).

| Freguesias | População Residente 2001 | % | Hab/Km ² |
|---------------------------|--------------------------|------------|---------------------|
| Alcafozes | 252 | 2.2 | 4.43 |
| Aldeia de Santa Margarida | 369 | 3.2 | 30.51 |
| Idanha-a-Nova | 2519 | 21.6 | 11.1 |
| Idanha-a-Velha | 79 | 0.6 | 3.62 |
| Ladoeiro | 1386 | 11.9 | 21.6 |
| Medelim | 342 | 2.9 | 9.66 |
| Monfortinho | 608 | 5.2 | 11.43 |
| Monsanto | 1160 | 9.9 | 9.11 |
| Oledo | 485 | 4.2 | 17.44 |
| Penha Garcia | 928 | 8.0 | 7.27 |
| Proença-a-Velha | 282 | 2.4 | 5.63 |
| Rosmaninhal | 733 | 6.3 | 2.75 |
| Salvaterra do Extremo | 203 | 1.7 | 2.47 |
| São Miguel D'Acha | 702 | 6.0 | 14.09 |
| Segura | 233 | 2.0 | 3.13 |
| Toulões | 315 | 2.7 | 8.64 |
| Zebreira | 1063 | 9.2 | 10.37 |
| Concelho | 11 659 | 100 | 8.0 |

Tabela 9. População nas freguesias e concelho de Idanha-a-Nova

Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População, 2001 (Resultados Definitivos)

Verifica-se, pela análise da tabela, uma significativa disparidade do comportamento demográfico da sede de concelho, relativamente às restantes freguesias. Cerca de 22% da população do concelho reside em Idanha-a-Nova; existem, porém, freguesias cuja percentagem do total de população em relação ao concelho se situa próxima do 1% (Idanha-a-Velha, Salvaterra do Extremo, Segura e Alcafozes).

A dinâmica populacional é recessiva; o isolamento, a ruralidade e a fraca ocupação humana são marcas notórias.

O fenómeno migratório que atingiu toda a Região, nas últimas décadas, abrangeu, sobretudo, indivíduos na faixa etária entre 15-49 anos; houve, assim, uma forte diminuição dos escalões etários da população em idade activa. Este facto resultou num duplo processo de envelhecimento demográfico, traduzido pelo aumento da proporção da população idosa e pela diminuição da proporção da população jovem, como podemos observar na tabela seguinte.

| Indicador | Nº de indivíduos | % |
|---|------------------|-------|
| População Residente HM | 11 659 | 100 |
| População Residente H | 5 573 | 47.8 |
| População Residente HM - menos de 14 anos | 1 047 | 9.0 |
| Variação Pop. Res. entre 1991 e 2001 - menos de 14 anos | --- | -36.4 |
| População Residente HM - 15 a 24 anos | 1 103 | 9.4 |
| Variação Pop. Res. entre 1991 e 2001 - 15 a 24 anos | --- | -15.5 |
| População Residente HM - 25 a 64 anos | 4 766 | 40.9 |
| Variação Pop. Res. entre 1991 e 2001 - 25 a 64 anos | --- | -19.0 |
| População Residente HM - 65 ou mais anos | 4 743 | 40.7 |
| Variação Pop. Res. entre 1991 e 2001 - 65 ou mais anos | --- | -1.1 |

Tabela 10. População por grupos etários

Fonte: INE, Recenseamento geral da população e habitação, 2001 (resultados definitivos)

Na verdade, os grupos etários com maior número de pessoas são: os indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos (4766 pessoas) e os que têm mais de 65 anos de idade (4743 indivíduos), que representam, globalmente, cerca de 82% da população residente.

O concelho tem vindo, sem dúvida, a perder população. Da análise dos Censos, verifica-se que, na última década, se registou uma diminuição de 14,5% no total da população; de 13 630 indivíduos, em 1991, desceu para 11 659 em 2001. A variação da população entre 1991 e 2001 sofreu, em todas as faixas etárias, uma evolução negativa, com maior expressão nas faixas etárias mais jovens.

A principal causa deste comportamento demográfico reside no fenómeno migratório, referido anteriormente, caracterizado por uma deslocação interna, polarizada para o litoral e para os principais centros urbanos, e uma outra externa, mais intensa, a partir dos anos 50, correspondente à emigração sobretudo para França, Alemanha e Suíça.

As tendências de envelhecimento do concelho têm vindo a acentuar-se a um ritmo superior ao de Portugal e ao da própria Região onde está inserido (473,2% no concelho de Idanha-a-Nova; 234,1% na Beira Interior Sul e 102,3% em Portugal).

Estes valores afectam também, como é evidente, a capacidade de rejuvenescimento, apresentando, o concelho de Idanha-a-Nova, uma taxa de natalidade (6,0%) inferior à da Região da Beira Interior Sul (7,7%) e à de Portugal (11,7%); já a taxa de mortalidade é superior (22,8%) à da região (16,2%) e à de Portugal (10,3%).

3.2.3. Estrutura Produtiva e Empresarial

O retrato actual do tecido produtivo do concelho de Idanha-a-Nova espelha uma tradição produtiva com forte impacto no mercado de trabalho local.

| Sector de Actividade | Percentagem |
|----------------------|-------------|
| Sector Primário | 21,1 |
| Sector Secundário | 21,1 |
| Sector Terciário | 57,8 |

Tabela 11. Sociedades sedeadas no concelho de Idanha-a-Nova por sector de actividade.

Fonte: INE, retratos Territoriais. Dezembro 2003

O **sector primário**, assente nas boas condições de relevo de que beneficia para as produções hortícolas e frutícolas, e aliado aos latifúndios que caracterizam o concelho, tem apostado na modernização e na valorização dos produtos regionais, com grande representatividade em culturas como o tabaco, a olivicultura e a exploração agro-pecuária.

O **sector secundário** é ainda pouco representativo. Das 133 sociedades sedeadas no concelho de Idanha-a-Nova, apenas 21,1%, pertencem a este sector. Existe uma cooperativa de produção de queijo, identificada como empresa âncora do concelho; a qualidade do queijo produzido tem sido reconhecida nacional e internacionalmente. Contudo, não sendo, pela sua dimensão, uma empresa com um grande potencial de arrasto relativamente a uma fileira, é, no entanto, um exemplo de boa prática na obtenção de produtos tradicionais de elevada qualidade. Existe ainda um conjunto de unidades de pequena dimensão, com impacto essencialmente

local e de cariz familiar, que não possuem estratégias evidentes de desenvolvimento.

O concelho dispõe, na sua sede – Idanha-a-Nova –, de uma Zona Industrial, criada com o intuito de incentivar e conceder às pequenas unidades industriais todas as condições para o sucesso e rentabilidade. Aos excelentes acessos viários, iluminação pública, parques de estacionamento e zonas verdes, acresce um vasto conjunto de facilidades e incentivos que a autarquia local concede aos potenciais investidores ou empresários.

Encontra-se também construído um centro de incubação que serve de unidade de apoio, através da cedência de infra-estruturas e de apoio técnico e processual a empresas que se pretendam instalar na Zona Industrial de Idanha-a-Nova.

Apesar da existência de condições para o desenvolvimento local, parece faltar um elemento fundamental para a sua concretização: recursos humanos. O envelhecimento da população do concelho e a escassez de recursos humanos condicionam a actividade empresarial, quer ao nível do empreendedorismo, quer na própria capacidade de atracção do investimento.

O **sector terciário** demonstra alguma vitalidade, nomeadamente ao nível dos serviços. Este sector possui, de facto, uma importância fundamental e crescente em termos de emprego (atinge quase 58% da população activa). A actividade comercial é ainda diminuta e caracteriza-se pelas reduzidas dimensões, pela empresarialidade de cariz familiar, pelo reduzido número de pessoal ao serviço e pela centralização desta actividade na sede de concelho. A pouca distância em relação à capital de distrito, com oferta comercial (e cultural) mais alargada, poderá justificar a inexistência de um processo de desenvolvimento claro e efectivo.

3.2.4. Estrutura do Emprego

O emprego, no concelho de Idanha-a-Nova, conta com uma população activa que representa cerca de 10% da população activa da Região Beira Interior Sul. Dos 11 659 indivíduos residentes, apenas 3 407 se encontram empregados. Estes valores são confirmados pela taxa de actividade, situada em 2001, nos 31,9%. Verificou-se, porém, um aumento deste indicador na última década, pois em 1991, e de acordo com os dados dos Censos, a taxa de actividade situava-se nos 25,7%.

| | Total | CAE 0 | CAE 1 a 4 | CAE 5 a 9 | CAE 5 a 9 – relac. C/ Activ. Econ. |
|---------------------------|-----------|---------|-----------|-----------|---------------------------------------|
| Portugal | 4.650.947 | 231.646 | 1.632.638 | 2.786.663 | 1.599.036 |
| Beira Interior Sul | 30.440 | 2.796 | 9.638 | 18.006 | 8.235 |
| Idanha-a-Nova | 3.407 | 1.064 | 652 | 1.691 | 838 |

Tabela 12. População economicamente activa e empregada, por CAE

Fonte: INE, Censos 2001

Da tabela afere-se que os sectores que geram mais emprego são o sector da construção, comércio, transportes e serviços.

A população desempregada no concelho ascende aos 307 indivíduos, apresentando uma taxa de desemprego de 8,3%, ligeiramente superior aos dados de 1991 (taxa de desemprego situava-se, então, nos 6,7%). À semelhança de outros concelhos da Região, o desemprego feminino é claramente superior ao masculino. Do total de desempregados, 82,4% encontram-se à procura de um novo emprego e 17,5% procuram o primeiro emprego.

3.2.5. Qualificação dos Recursos Humanos

As condições do concelho de Idanha-a-Nova, relativamente à educação/ensino, apresentam-se com uma boa cobertura de equipamentos e meios de funcionamento.

Cerca de metade das freguesias dispõe de uma unidade de Jardim de Infância (à excepção de Alcafozes, Idanha-a-Velha, Medelim, Oledo, Proença-a-Velha, Salvaterra do Extremo, Segura e Toulões), e a grande maioria dispõe de uma unidade de 1º Ciclo (à excepção de Idanha-a-Velha, Monsanto, Proença-a-Velha, Segura e Toulões). Apenas uma freguesia, a sede de concelho, Idanha-a-Nova, dispõe de cobertura total ao nível dos diferentes níveis de ensino, contemplando o pré escolar, 1º, 2º e 3º ciclo, ensino profissional (Escola Profissional da Raia) e ensino superior (Escola Superior de Gestão – Instituto Politécnico de Castelo Branco).

| Nível de Ensino | Nº de Indivíduos |
|------------------------|------------------|
| Nenhum nível de ensino | 3 878 |
| 1º Ciclo Ensino Básico | 4 529 |
| 2º Ciclo Ensino Básico | 1 059 |
| 3º Ciclo Ensino Básico | 859 |
| Ensino Secundário | 855 |
| Ensino Médio | 33 |
| Ensino Superior | 446 |

Tabela 13. População Residente por Nível de Ensino

Fonte: INE, 2001

Verifica-se um nível reduzido de habilitações da população residente. Apenas 38,8% do total da população completaram o 1º Ciclo do Ensino Básico, sendo a taxa de analfabetismo de 32,1% (2001); regista-se uma diminuição em relação à década anterior, cujo valor era de 37,4% (1991). Do total de analfabetos, cerca de 30%, têm 10 ou mais anos.

Apenas, 3,8% da população residente possuem habilitações superiores.

3.3. Vila Velha de Ródão

3.3.1. Localização

O concelho de Vila Velha de Ródão, pertencente ao distrito de Castelo Branco, apresenta uma área total de 329,9 km²; confina com Espanha (Cedillo), a Leste; com o concelho de Nisa, a Sul; com o de Mação a SSO; com o concelho de Proença-a-Nova, a Oeste; e com o concelho de Castelo Branco, a Norte. Está incluído na NUT III, Beira Interior Sul, juntamente com os concelhos de Penamacor, Idanha-a-Nova e Castelo Branco.

Na figura seguinte, encontram-se assinalados os eixos rodoviários incluídos no PRN 2000, bem como as vias de carácter regional e municipal de maior relevância sub regional e intermunicipal.

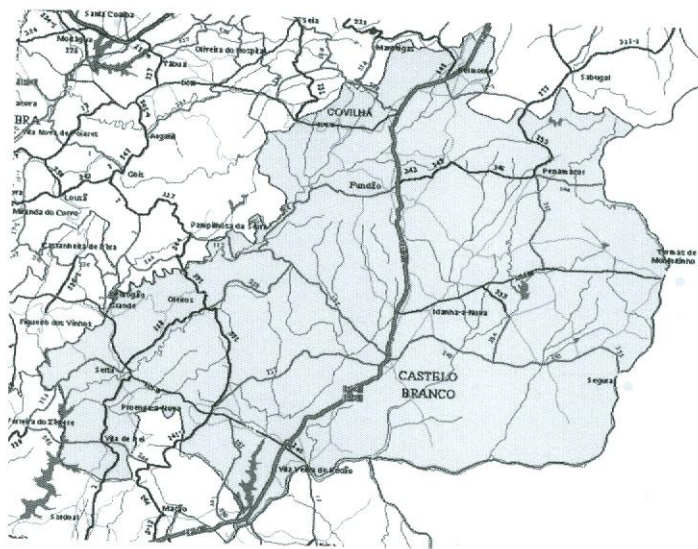


Figura 8. Rede Viária

Fonte: www.iestradas.pt

Da análise da estrutura rodoviária do concelho de Vila Velha de Ródão emergem como factores fundamentais o usufruir de um nó num eixo estruturante de ordem nacional: a A23, que assegura ligações aos centros urbanos portugueses de influência sub-distrital e nacional; o ter ligação a um eixo de carácter nacional e regional: o IC8 liga a Figueira da Foz a Castelo Branco; ainda, o ter a Norte, a EN241: liga Alvaiade a Vila Velha de Ródão; a Sul, a ER18 liga Vila Velha de Ródão a Alpalhão.

A população deste concelho, cerca de 4098 habitantes (censos 2001), distribui-se por quatro freguesias, Fratel, Sarnadas de Ródão, Perais e Vila Velha de Ródão, sendo a última a sede do concelho.

3.3.2. Demografia

O concelho de Vila Velha de Ródão é constituído por quatro freguesias, com uma densidade populacional situada nos 11,9 (hab/km²).

| Freguesia | Indicador | Nº de Indivíduos | % |
|----------------------------|-------------------------------|------------------|------|
| Fratel | População Residente HM | 760 | 18.5 |
| | População Residente H | 355 | 8.6 |
| | População Presente HM | 746 | 18.2 |
| | População Presente H | 345 | 8.4 |
| Perais | População Residente HM | 589 | 14.3 |
| | População Residente H | 286 | 6.9 |
| | População Presente HM | 564 | 13.7 |
| | População Presente H | 270 | 6.5 |
| Sarnadas do Ródão | População Residente HM | 693 | 16.9 |
| | População Residente H | 331 | 8.0 |
| | População Presente HM | 737 | 17.9 |
| | População Presente H | 351 | 8.5 |
| Vila Velha de Ródão | População Residente HM | 2 056 | 50.1 |
| | População Residente H | 993 | 24.2 |
| | População Presente HM | 1 981 | 48.3 |
| | População Presente H | 950 | 23.1 |

Tabela 14. População do concelho de Vila Velha de Ródão

Fonte: INE, Recenseamento geral da população e habitação, 2001 (resultados definitivos)

É visível a disparidade entre o comportamento demográfico da sede de concelho e do conjunto do concelho. Em Vila Velha de Ródão, nota-se alguma vitalidade demográfica; cerca de 50% da população do concelho reside na sua sede. A população do concelho distribui-se pelos seguintes grupos etários:

| Indicador | Nº de indivíduos | % |
|---|------------------|------|
| População Residente HM | 4 098 | 100 |
| População Residente H | 1 965 | 47.9 |
| População Residente HM - menos de 14 anos | 315 | 7.6 |
| População Residente HM - 15 a 24 anos | 355 | 8.6 |
| População Residente HM - 25 a 64 anos | 1 782 | 43.4 |
| População Residente HM - 65 ou mais anos | 1 646 | 40.1 |

Tabela 15. População por grupos etários

Fonte: INE, Recenseamento geral da população e habitação, 2001 (resultados definitivos)

Dos dados da tabela constata-se, naturalmente, que os grupos etários com maior número de pessoas se situavam entre os indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos (1782 pessoas) e os que têm mais de 65 anos de idade (1646 indivíduos). O facto que mais se revela é o diferencial entre o número de indivíduos com mais de 65 e o de indivíduos com menos de 14 anos de idade (o último não chega a ser 20% do primeiro).

O concelho tem vindo a perder população. Da análise dos Censos, verifica-se que desde os anos 50, do século passado, a população do concelho tem vindo a diminuir (de 9568 pessoas, em 1950, regista-se em 2001, um decréscimo para 4098 pessoas, como referimos). A principal causa deste comportamento demográfico reside no fenómeno migratório. Como aconteceu noutra concelho analisado,

uma deslocação interna, polarizada para o litoral e para os principais centros urbanos, somou-se uma externa, mais intensa, iniciada nos anos 50, correspondente à emigração sobretudo para França, Alemanha e Suíça.

A estrutura etária da população residente conheceu, ao longo da década de 90, um acentuar das tendências de envelhecimento, a ritmos bastante superiores aos de Portugal e aos da região. Os índices de envelhecimento situam-se nos 523,3% no concelho de Vila Velha de Ródão; 234,1% na Beira Interior Sul e 102,3% em Portugal. É notória a drástica redução da capacidade de rejuvenescimento (a taxa de natalidade no concelho é de 4,1%; na Beira Interior Sul de 7,7%; em Portugal de 11,7%). Este facto, a par da acentuação do grau de envelhecimento, transformou Vila Velha de Ródão num concelho duplamente envelhecido, considerando a base e o topo da pirâmide etária. Neste contexto, não é de surpreender que o concelho apresente uma taxa de mortalidade (26,3%) superior à da região (16,2%) e à de Portugal (10,3%).

3.3.3. Estrutura Produtiva e Empresarial

Actualmente, o concelho de Vila Velha de Ródão sofre as consequências do êxodo rural e da emigração que se verificaram em períodos anteriores. São factos que explicam o envelhecimento da população em geral e condicionam a actividade empresarial. Acresce que a escassez de recursos humanos afecta não só o nível global de empreendedorismo como a capacidade de atracção de investimento.



| Sector | 1991 | 2001 | Δ |
|------------|-------|-------|---------|
| Primário | 221 | 161 | - 27,1% |
| Secundário | 598 | 497 | - 16,9% |
| Terciário | 564 | 738 | + 30,9% |
| Total | 1.383 | 1.396 | + 0,9% |

Tabela 16. População activa e empregada por sector de actividade

Fonte: INE Retratos Territorias. Dezembro 2003

O concelho de Vila Velha de Ródão possui características económicas semelhantes às de concelhos do interior do país. As tradicionais actividades agrícolas, florestais (cultivo de produtos hortícolas, o olival, a azinheira, o sobreiro), e pastoris encontram-se em transição; cederam terreno a actividades terciárias, num processo de recomposição das actividades económicas.

O tecido empresarial é caracterizado pela existência de empresas de pequena dimensão que, maioritariamente, não possuem peso necessário para se afirmarem em mercados competitivos; manifestam deficiências a nível da organização produtiva, da capacidade de gestão e de recursos humanos qualificados.

O **sector primário** é um sector com alguma dinâmica; centra-se num processo de valorização de produtos tradicionais, como os queijos, o mel, o azeite e os enchidos bem como na resposta a novos desafios, como, por exemplo, a agricultura biológica. Todavia, os produtos agrícolas são insuficientemente valorizados e têm débil inserção no mercado.

A população ligada às actividades do sector primário possui, ainda, peso no conjunto das actividades económicas devido a, por um lado, ao enorme grau de singularização da actividade de produção agrícola; e, por outro, à elevada idade dos trabalhadores agrícolas o que, por

norma, é um factor inibidor de requalificação/reconversão profissional. Ainda, e ligado à questão etária, o nível de formação é muito baixo; são poucos os trabalhadores agrícolas com formação secundária ou superior.

O **sector secundário** apresenta, neste concelho, uma actividade industrial escassa; existe uma grande empresa, que se dedica à produção de pasta de papel e que tem forte presença no mercado nacional. Traça estratégias de desenvolvimento adequadas, possui grande importância como empregadora e como geradora de valor. Este panorama mono-industrial é apenas deficientemente relativizado pela existência de um conjunto de empresas transformadoras de recursos locais (produção de queijos, azeite, enchidos); sem grande expressão em termos do número de estabelecimentos, conseguiram consolidar-se pela aposta na qualidade; trata-se de um conjunto de unidades de pequena dimensão, com impacto essencialmente local e de cariz familiar; não possui, porém, estratégias evidentes de desenvolvimento.

A densidade empresarial, retractada pela relação entre o número de empresas e a área do concelho, apresentava, em 2000, um valor de 0,21 empresas por km², o que revelando, ainda assim, um aumento relativamente a anos anteriores. Em termos de dinâmica empresarial, as taxas de crescimento são também significativas: 88% no período 1985-1991, e de 47% entre 1991-2000.

Quanto aos sectores de referência, em termos de emprego, segundo O Departamento de Estatísticas do Trabalho, Emprego e Formação Profissional (DETEFP), em 2000, e para além da empresa de produção de pasta de papel mencionada (que possui cerca de 81% do emprego nas indústrias transformadoras, 53% do emprego total), é de salientar a indústria de alimentação e bebidas com cerca de 11% do emprego

nas indústrias transformadoras (7% do emprego total); destaca-se a importância dos 11 lagares de azeite sedeados no concelho que permitiram que a produção atingisse os 100.906 litros de azeite; destaca-se, também, a produção de enchidos de porco e de queijos.

O **sector terciário** encontra-se, actualmente, em crescimento, principalmente, ao nível do comércio e dos serviços prestados (nas áreas social, cultural e recreativa) à população. Este sector possui, de facto, uma importância fundamental e crescente em termos de emprego (atinge quase 50% da população activa); a actividade comercial é a mais importante, apesar das reduzidas dimensões, da empresarialidade de cariz familiar, do pouco pessoal ao serviço e da centralização desta actividade, na sede de concelho. A pouca distância da capital de distrito, que possui oferta comercial (e cultural) mais alargada, dificulta a existência de um processo de desenvolvimento claro e efectivo.

3.3.4. Estrutura do Emprego

O emprego no concelho de Vila Velha de Ródão conta com uma população activa muito reduzida; confirma-o a taxa de actividade que, em 2001, se situava nos 36,4% (são 1.492 pessoas, das quais 1.396 se encontram empregadas).

Houve, no entanto, uma subida desta taxa relativamente aos dados dos Censos de 1981 (29%) e de 1991 (30,3%); a entrada de um maior número de mulheres no mercado de trabalho reflectiu-se neste aumento.

| | Total | CAE 0 | CAE 1 a 4 | CAE 5 a 9 | CAE 5 a 9 – relac. C/ Activ. Econ. |
|----------------------------|-----------|---------|-----------|-----------|---------------------------------------|
| Portugal | 4.650.947 | 231.646 | 1.632.638 | 2.786.663 | 1.599.036 |
| Beira Interior Sul | 30.440 | 2.796 | 9.638 | 18.006 | 8.235 |
| Vila Velha de Ródão | 1.396 | 161 | 497 | 738 | 297 |

Tabela 17. População economicamente activa e empregada por CAE

Fonte: INE, Censos 2001

Da tabela afere-se que os sectores que geram mais emprego são o público e as indústrias transformadoras (devendo-se ao facto de na região existir uma grande empresa deste tipo). Por outro lado, e segundo o recenseamento da população de 2001, a maior parte da população activa trabalha por conta de outrem (77,7%); o trabalho por conta própria é diminuto (cerca de 8,1%), o que presumivelmente indicia falta de empreendedorismo.

Quanto aos grupos de profissão, segundo a Classificação Nacional das Profissões, os mais representativos são o G9 (trabalhadores não qualificados), o G8 (operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem) e o G5 (pessoal dos serviços e vendedores).

Comparando os dados dos Censos de 2001 com os de 1991, relativamente à situação da população activa, por grupos etários, verifica-se um reforço da população activa com idade superior a 60 anos, a par de uma diminuição da população activa com idades compreendidas entre 15 e 60 anos. O peso da faixa etária 15-60 anos é de 87,5% em 2001, enquanto que, em 1991, constituía 91,7% da população activa do concelho.

A população da NUT Beira Interior Sul, residente no concelho de Vila Velha de Ródão, é de 5,25%. Comparando, porém, o peso do emprego na mesma NUT, constata-se que o concelho de Vila Velha

de Ródão gera, apenas, 4,59% do mesmo emprego. Estes dados decorrem do índice de envelhecimento da população.

A população desempregada, no concelho, é de 96 pessoas; a taxa situa-se nos 6,4%; o desemprego feminino é superior ao masculino; 79,2% dos desempregados encontram-se à procura de um novo emprego, 20,8% procura o primeiro emprego. Entre a população desempregada, 12,5% não efectuou quaisquer diligências no sentido de ultrapassar a situação. Assim, aparentemente, podemos concluir que quase 40% da população desempregada se encontra numa situação estrutural de desemprego.

3.3.5. Qualificação dos Recursos Humanos

A evolução do concelho de Vila Velha de Ródão relativamente à educação/ensino enquadra-se nas principais tendências da região. Apesar de acompanhar a melhoria geral verificada no sistema educativo do país, continua a apresentar resultados insatisfatórios em termos absolutos e relativos, no que se refere aos principais indicadores de educação.

Ao nível dos ensinos Pré-escolar e Básico regista-se uma boa cobertura de equipamentos e de meios de funcionamento no território. No que diz respeito ao Ensino Recorrente e Educação Extra-escolar existem algumas iniciativas, por parte do Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento; porém, dada a escassez de alunos, não são implementadas sistematicamente.

O nível reduzido de habilitações da população residente poderá explicar a inexistência de outras unidades de atracção, com exigências de qualificação. Apenas 47,5% do total da população completaram o 1.º Ciclo do Ensino Básico; a taxa de analfabetismo situa-se nos 20% (2001), verificando-se uma diminuição em relação à década anterior, que registava um valor de 22,9% (1991).

O desinteresse da população, por acções de formação ou por qualquer outra iniciativa que procure dotá-la de novos conhecimentos, decorre, também, do grau de habilitações que referimos. A situação processa-se em círculo vicioso: por um lado, a atracção de unidades com outras exigências em qualificações, está dificultada; por outro, a inexistência de cursos de formação profissional ou de cursos tecnológicos, no concelho, obriga à saída de jovens para completar os estudos; este afastamento origina dificuldades no recrutamento de profissionais qualificados.

4. A Realidade Nacional e as TIC

Desde 2001, que o Instituto Nacional de Estatística¹ tem vindo a efectuar inquéritos nacionais sobre a utilização das tecnologias de informação e de comunicação, pelas famílias.

4.1. Posse de computador e ligação à Internet

A posse de computadores e de ligação à Internet pelas famílias portuguesas tem vindo a aumentar, conforme podemos verificar, na tabela n.º 18:

| | INE ¹ 2001 | INE 2002 | INE 2003 ² | INE 2004 ³ | INE 2005 ⁴ |
|-------------------|-----------------------|----------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| | % | % | % | % | % |
| Computador | 24,4 | 26,8 | 38,3 | 41,3 | 42,5 |
| Internet | 12,8 | 15,1 | 21,7 | 26,2 | 31,5 |

Tabela n.º 18 – Posse de Computador e de Ligação à Internet pelos agregados domésticos, 2001 – 2005

Fonte: INE

¹ Em parceria Com o Observatório das Ciências e Tecnologia, e a partir de 2002, com a Unidade de Missão Inovação e Conhecimento (UMIC).

² Estudo efectuado no terceiro trimestre de 2001, em parceria com o Observatório da Ciência e Tecnologia

³ Resultados de um Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias, elaborado pelo INE com a colaboração da UMIC. Ao contrário do que aconteceu em 2001 e 2002, esta operação estatística consistiu na criação de um inquérito específico para o efeito. A recolha de dados decorreu no mês de Junho de 2003. Este inquérito segue as recomendações metodológicas do Eurostat. A amostra foi composta por 6026 alojamentos familiares de residência principal, a que correspondem 9990 indivíduos com idades compreendidas entre os 16 e os 74 anos; foi estratificada por região NUT II e é representativa de Portugal continental, e das Regiões Autónomas dos Açores e Madeira.

⁴ Dados relativos a um Inquérito sobre Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias, elaborado pelo INE com a colaboração da UMIC. A recolha de dados decorreu nos meses de Maio e Junho de 2004. O período de referência dos dados é o primeiro trimestre de 2004. Enquadra-se no âmbito do desenvolvimento das estatísticas da Sociedade da Informação. A amostra foi composta por 6026 alojamentos familiares de residência principal, a que correspondem 4432 agregados domésticos com pelo menos um indivíduo com idade compreendida entre os 16 e os 74 anos perfazendo um total de 10023 indivíduos; foi estratificada por região NUT II e é representativa de Portugal continental, e das Regiões Autónomas dos Açores e Madeira.

⁵ Dados relativos a um inquérito sobre Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias, realizado pelo INE com a colaboração da UMIC. A recolha de dados decorreu nos meses de Abril e Maio de 2005. O período de referência dos dados é o do primeiro trimestre de 2005. Enquadra-se no âmbito do desenvolvimento das estatísticas da Sociedade da Informação. A amostra integra 6 026 alojamentos familiares de residência principal, a que correspondem 4 298 agregados domésticos com pelo menos um indivíduo com idade entre os 16 e os 74 anos e 9 716 indivíduos nesse âmbito etário; foi estratificada por NUT II é, representativa de Portugal e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Os resultados dos inquéritos indiciam um aumento gradual da posse de computador e da ligação das famílias à Internet, em Portugal. Como podemos observar na tabela, em 2004, 41% dos portugueses dispõem de computador e 26% de acesso à Internet a partir de casa (27% e 15%, respectivamente, em 2002). Em síntese, entre 2002 e 2004, houve um crescimento médio anual de 25% no que respeita ao computador, e de 33% no que se refere à Internet. Entre 2002 e 2005, o crescimento médio anual foi de 16,6% de computadores e de 27,8% no que se refere à Internet.

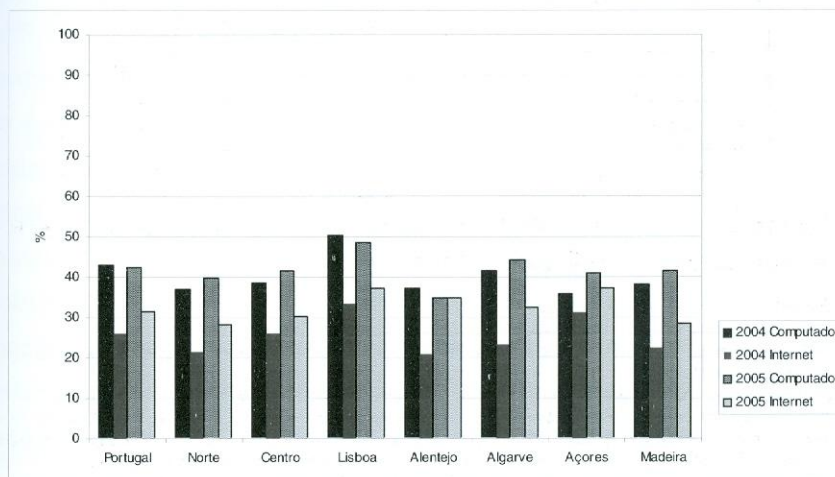


Gráfico 1. Posse de computador e de ligação à Internet, pelos agregados domésticos, por regiões NUTS II, 2004 e 2005

Fonte: INE

Analisando estes dados por regiões NUTS II, quer em 2004, quer em 2005, (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve, R. A. Açores, R. A. Madeira) constatamos que Lisboa e Vale do Tejo, Algarve apresentam médias superiores à nacional no que toca à

posse de computadores (50,2% e 41,6%, em 2004 e 48,6% e 44,1%, em 2005, respectivamente). Em Lisboa (33,4%) e nos Açores (31,3%), também a percentagem de famílias com ligação à Internet está acima da média portuguesa, no biénio referido. Em 2005, junta-se o Alentejo (34,9%).

A Região Centro, onde se inserem as freguesias que estudámos, apresenta valores inferiores à média nacional (38,6% - posse de computadores e 26,1% - ligação à Internet a partir de casa, em 2004, e, em 2005, 41,4% e 30,4% respectivamente).

A ligação à Internet a partir de casa, em 2004, era efectuada por modem por 52%; 33% optaram pela banda larga e 15% por DSL. Notamos alterações no ano de 2005: o modem é utilizado por 39,2% dos portugueses, 29,2% têm a DSL e 40,5% optaram por outra ligação de banda larga. O desinteresse face à Internet, o preço e a iliteracia tecnológica são os factores que condicionam a expansão da Internet nos agregados familiares, em ambos os anos. Assim, dos indivíduos que não têm Internet em casa, 63% sustentam não querer ou não ter interesse pela tecnologia; 56% e 54% realçam o elevado custo do equipamento e do acesso; 53% declaram não saber utilizar a Internet, em 2004. Em 2005, 58% não vê interesse, nem utilidade na referida tecnologia, 52% não sabe utilizar, 53,5% e 49,2% referem o elevado custo do equipamento e do acesso, respectivamente.

4.2. Utilização de Computadores e de acesso à Internet

Entre Janeiro e Março de 2004, 37% dos indivíduos indicaram ter utilizado o computador e 29% acederam à Internet. A casa e o local de trabalho são os locais mais comuns de uso das TIC. O computador é usado por 70% dos indivíduos em casa; por 54% no local de trabalho; por 21% na escola e na casa de familiares/vizinhos/amigos. O acesso à Internet é feito, maioritariamente, a partir de casa

(58%); metade acede à tecnologia no local de trabalho, um quarto na escola/universidade, e 20% em casa de familiares, vizinhos, amigos.

No primeiro trimestre de 2005, 39,6% dos indivíduos utilizaram o computador e 32% navegaram na Internet. A casa e o local de trabalho são os locais mais habituais de uso do computador: 73% dos indivíduos utilizam-no em casa e 54% no local de trabalho. No que se refere à Internet, 61% fá-lo a partir de casa e 48% do local de trabalho.

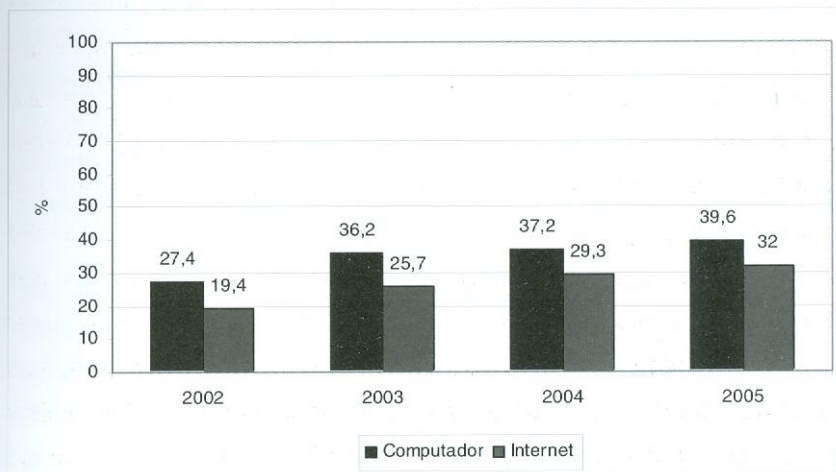


Gráfico 2. Utilização de computador e de Internet – 2002 – 2005

Fonte: INE

Aferimos da análise do gráfico 2 que, entre 2002 e 2005, houve um acréscimo na ordem dos 12%, quer na utilização de computador, quer na utilização da Internet.

O padrão de utilização das TIC apresenta diferenças de género: a proporção de homens é superior à das mulheres (43,2% contra 36,2%), no que respeita à utilização de computadores, e de 35,5% para 28,8%, no que toca à Internet.

Também, a utilização de computador e de Internet varia com o nível de instrução: entre os indivíduos detentores de um diploma do ensino superior a proporção de utilizadores de computador e de Internet é de 90,2% e de 85%, respectivamente, contrastando com os 24,1% e 16,4% dos que têm um nível de escolaridade até ao 3.º Ciclo.

Acresce que utilização das TIC é inversamente proporcional à idade, à medida que se avança para escalões etários mais altos diminui a proporção de utilização. São os indivíduos da faixa etária 16 a 24 anos os que atingem níveis superiores de uso de computador e de Internet (78,1% e 70%, respectivamente).

A condição perante o trabalho influencia a utilização destas tecnologias: quase todos os estudantes (98,4%) utilizam computador e 94,5% acedem à Internet. São 49,5% dos empregados, os utilizadores de computador; 39,1% liga-se à Internet. Os reformados e inactivos são os utentes minoritários das TIC (7% - computadores e 4,4% - Internet).

O estudo (2005) refere, ainda, que cerca de 81% dos indivíduos que acedem à Internet enviam/recebem e-mails e pesquisam informação sobre bens e serviços; 51,3% utilizam a rede para leituras/download de jornais/revistas online; 44% jogam ou fazem download de jogos, imagens ou música; 43,8% ligam-se às autoridades/serviços públicos, 38,9% frequenta chats; 36,7% usam-na para obtenção de informações de organismos e Administração Pública; 32,8% procuram serviços relativos a viagens e alojamentos; 31,3% pesquisam informação sobre saúde; 28% preenchem e enviam online impressos/ formulários oficiais; 27,6% fazem *download* de *software*; 26,2% efectuam serviços bancários através da Internet; 25,8% efectuam o *download* de impressos/ formulários oficiais.

Entre Janeiro e Março de 2005, apenas 12% da população adquiriu produtos online para uso privado. Os tipos de produtos mais comprados foram os Livros/Revistas/Jornais/Material de *E-learning* (32,5%), Filmes e Música (25,4%) e Bilhetes para espectáculos/eventos (23,6%).

5. As TIC nas Zonas Rurais dos Concelhos de Castelo Branco, de Idanha-a-Nova e de Vila Velha de Ródão

5.1. Definição do Universo

5.1.1. Operacionalização do conceito de freguesia rural

Os membros do Projecto Ruraltech estabeleceram uma rede europeia de trabalho encarregue de analisar a procura das novas tecnologias da informação e comunicação em zonas rurais, como referimos. Realizaram dois estudos: o primeiro, em Outubro de 2004 e o segundo, em Agosto de 2005 e pretendiam medir a penetração das TIC nas zonas rurais do Espaço Atlântico, definidas pelos parceiros. Em Portugal, como referimos, as zonas rurais escolhidas pertencem aos concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão.

A metodologia utilizada nos referidos estudos é conjunta, quer no que respeita aos instrumentos utilizados, quer na definição do objecto de estudo. Na verdade, só assim se poderia estabelecer uma comparação. Avaliando os dados de que dispunham, na Reunião do Comité Director do Projecto, em Castelo Branco (1 de Outubro de 2004), os parceiros considerariam rurais todas as freguesias que tivessem uma população com menos de 2500 habitantes.

Sabemos que, segundo o Instituto Nacional de Estatística, são consideradas freguesias urbanas as que possuem densidade populacional superior a 500 hab/Km² ou que integrem um lugar com população superior ou igual a 5000 habitantes. As freguesias semi-urbanas possuem uma densidade populacional superior a 100 hab./Km² e inferior ou igual a 500 hab./ Km², ou que integrem um lugar

com população residente superior ou igual a 2000 habitantes e inferior a 5000 habitantes. As restantes são consideradas freguesias rurais. Seguindo estes indicadores, não caberiam nestes estudos Castelo Branco (Área Predominantemente Urbana), Alcains (Área Moderadamente Urbana) Idanha-a-Nova (Área Moderadamente Urbana). Ainda assim, decidimos incluir a freguesia de Idanha-a-Nova. Na verdade, apesar de, nos Censos de 2001, a população integrar 2519 pessoas, a taxa de natalidade e de mortalidade, que referimos, levou-nos à Conservatória do Registo Civil de Idanha-a-Nova, para uma verificação dos dados. Constatámos que, na freguesia, entre 2001 e 2004, faleceram 167 pessoas, e nasceram 67. A população conta, assim, com cerca de 2419 habitantes. Acresce que todos os outros indicadores a situam numa zona rural. Na verdade, só o facto de ser sede de concelho introduz algumas especificidades que podiam qualificar Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão como áreas moderadamente urbanas.

| | | Total | Homens | Mulheres |
|--|-----------------|--------|--------|----------|
| Total da População dos 3 concelhos em análise | Total | 71 469 | 34 140 | 37 329 |
| | 0 – 14 anos | 8 743 | 4 406 | 4 337 |
| | 15 – 24 anos | 8 511 | 4 325 | 4 186 |
| | 25 – 64 anos | 35 393 | 17 214 | 18 179 |
| | Mais de 65 anos | 18 822 | 8195 | 10 627 |
| Total da População Rural dos 3 concelhos em análise | Total | 35 299 | 16 968 | 18 331 |
| | 0 – 14 anos | 2 988 | 1518 | 1470 |
| | 15 – 24 anos | 3485 | 1858 | 1627 |
| | 25 – 64 anos | 15 273 | 7596 | 7677 |
| | Mais de 65 anos | 13 553 | 5996 | 7557 |
| % da População Rural | | 49,4% | 49,7% | 49,1% |

Tabela 19. População dos concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão

Fonte: INE. CENSOS 2001

De acordo com a nossa definição, a população rural destes três concelhos é de 35 299 habitantes, representando 49,4% do conjunto de habitantes desta região.

5.1.2. Definição do Universo

O universo foi, em ambos os estudos (2004 e 2005), constituído por indivíduos com 15 e mais anos, residentes em freguesias com menos de 2 500 habitantes dos concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão. Apesar do estudo ser realizado através da técnica de entrevista telefónica, para a quantificação do universo são considerados também os lares que não possuem telefone¹, num total de 32 311 mil indivíduos.

5.2. Amostra

A amostra, em ambas as análises, foi constituída por 342 indivíduos com uma margem de erro de +/- 5% e para um nível de confiança de 95%, está estratificada (unidades homogéneas entre si) por habitat rural, considerando, reiteramos, meio rural as freguesias que pertencem a municípios com menos de 2 500 habitantes. Dentro de cada estrato, os lares foram seleccionados aleatoriamente.

¹ A nível nacional 15 132 lares não possuem telefone. Os dados disponibilizados pelo INE no estudo *Indicadores de Conforto das Famílias* de 1997, a taxa de posse de telefone estimada é de 79.9%. Em 1999, os estudos efectuados pela Marktest apontavam para uma taxa de 90%. Em 2002, usando já como base o universo de lares quantificados pelos censos 2001 do INE, os estudos efectuados apontam para uma taxa de posse de telefone de 82.4%, o que representa 2 886 647 lares com telefone no continente, para um total de 3 505 292 lares.

Constituíram o *corpus* de análise:

Freguesias com 2 000 a 2 500 habitantes: Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão.

Freguesias com 1 999 a 1 500 habitantes: São Vicente da Beira; Sarzedas.

Freguesias com 1 499 a 1 000 habitantes: Cebolais; Escalos de Cima, Lardosa, Retaxo; Ladoeiro; Monsanto; Zebreira.

Freguesias com 999 a 500 habitantes: Escalos de Baixo; Freixial; Juncal do Campo; Louriçal do Campo; Lousa; Benquerenças; Malpica do Tejo; Mata; Monforte; Póvoa de Rio de Moinhos; Salgueiro do Campo; Almaceda; Sobral do Campo; Tinalhas; Fratel; Perais; Sarnadas do Ródão; Monfortinho; Penha Garcia; Rosmaninhal; São Miguel de Acha.

Freguesias com menos de 499 habitantes: Ninho do Açor; Cafede; Alcafozes; Aldeia de Santa Margarida; Idanha-a-Velha; Medelim; Oledo; Proença-a-Velha; Salvaterra do Extremo; Segura; Toulões.

| Tamanho de Habitat | População | Percentagem de Habitantes | Nº. De Entrevistas |
|--------------------|-----------|---------------------------|--------------------|
| 2500 a 2000 | 4 537 | 13% | 44 |
| 1999 a 1500 | 3 335 | 9% | 31 |
| 1499 a 1000 | 9 133 | 26% | 89 |
| 999 a 500 | 14 931 | 43% | 147 |
| Menos de 499 | 3 325 | 9% | 31 |
| Total | 35 299 | 100% | 342 |

Tabela 20. Estratos de amostragem

5.2.2.1. Selecção da Unidade Amostral

Os lares, dissemo-lo, foram seleccionados, aleatoriamente, a partir de uma base de dados de números de telefone.

5.2.2.2. Selecção do Elemento Amostral

No lar, o entrevistado foi quem atendeu o telefone, e cuja idade era igual ou superior a 15 anos.

5.3. Recolha de Informação

A primeira recolha de informação decorreu entre os dias 25 e 29 de Outubro de 2004; a segunda, realizou-se nos dias 1 e 6 de Agosto de 2005, através do preenchimento de questionários estruturados.

5.3.1. Procedimentos

Na recolha da informação, apenas em alguns lares contactados se obtiveram entrevistas efectivas. Relativamente às várias situações que ocorreram na execução da entrevista, definiram-se regras de procedimento para reduzir o número de substituições.

5.4. Estrutura dos Questionários

Os dados foram recolhidos através de questionários elaborados especificamente para o Projecto Ruraltech. Os instrumentos referidos foram construídos por um parceiro do Projecto, Fundarco; traduziram-se, depois, para o português, adaptaram-se à nossa realidade e validaram-se. Eram constituídos por 16 perguntas relacionadas com o tema em estudo e 7 de classificação sociodemográfica. Pretendiam recolher informação para os seguintes indicadores:

- Percentagem de lares com PC;
- Percentagem de lares com acesso à Internet;
- Tipo de acesso: banda larga, normal...;
- Percentagem de pessoas que utilizam a Internet;
- Tipo de utilização da Internet;
- Nível de formação em TIC;

- Locais de Acesso: casa, trabalho, centro de estudos ou universidade, terminais;
- Percentagem de pessoas interessadas em frequentar cursos, no âmbito das TIC.

5.5. Caracterização das Amostras

| | 2004 | | | 2005 | | |
|------------|--------|----------|-------|--------|----------|-------|
| | Homens | Mulheres | Total | Homens | Mulheres | Total |
| Idade | | | | | | |
| 15-24 anos | 9 | 8 | 17 | 7 | 15 | 22 |
| 25-64 anos | 58 | 99 | 157 | 32 | 114 | 146 |
| 65 e + | 50 | 119 | 169 | 56 | 118 | 174 |
| Total | 117 | 226 | 343 | 95 | 247 | 342 |

Tabela 21. Caracterização das Amostras, 2004 e 2005

A amostra do **primeiro estudo** contou com: 65,9% de mulheres; 34,1% de homens; 5% situou-se na faixa etária 15-24 anos; 45,5%, entre os 25-64; 49,6% tinham 65 ou mais anos.

Dos inquiridos, 32,9% tinham emprego; 0,3% procuravam o primeiro emprego; 3,8% estavam desempregados; 49% eram reformados; 2% eram estudantes e 11,4% eram domésticas.

A maioria dos lares era composta por 2 pessoas (53,4%); 16% era a percentagem de alojamentos que tinha apenas 1 indivíduo; habitações com 3 sujeitos apresentaram o mesmo valor; 10,5% integravam 4 pessoas; os restantes 4,1% tinham 5 e mais pessoas. Apenas em 5,5% dos lares viviam menores de 11 anos e em 3,5% residiam jovens com idades compreendidas entre os 11 e os 14 anos. No que respeita à habilitação da pessoa com maior vencimento no

lar, constatámos que 16,7% não frequentou a escola; 13,7% cursou o 1.º Ciclo mas não o terminou; 41,5% tinha o 1.º Ciclo completo; 8,8% estavam habilitados com o 2.º Ciclo; 6,7% com o 3.º Ciclo; 3,8% concluiu formação secundária e 4,7% eram licenciados. Relativamente à situação perante o trabalho: 15,7% trabalhava por conta própria; 30,6% trabalhava por conta de outrem e 53,7% não trabalhava (reformados e desempregados). Relativamente aos não activos verificámos que, quando exerciam uma actividade, 38,7% o faziam por conta própria e 61,3% por conta de outrem.

Podemos caracterizar a amostra do **segundo estudo** como predominantemente feminina; 72,2% dos respondentes eram mulheres, facto que indicia uma feminização dos concelhos em estudo, principalmente entre as pessoas com mais de 65 anos.

Quanto à faixa etária, pudemos verificar que 6,4% dos inquiridos tinham entre 15 e 24 anos, 42,7% se situavam entre os 25 e 64 anos e 50,9% tinham mais de 65 anos; estes valores corroboravam o tipo de população dos concelhos, em causa, deprimidos a nível demográfico, pelo envelhecimento progressivo da população.

A maioria dos lares contava com 2 pessoas (51,5%); 16,7% contava apenas com um indivíduo. Lares com 3 e 4 pessoas apresentavam valores muito semelhantes: respectivamente 14,6% e 14%.

Pudemos ainda constatar que só 6,1% dos lares integravam menores de 11 anos e 3,2% incluíam, em casa, jovens com idades compreendidas entre os 11 e os 14 anos.

No que respeita à habilitação académica da pessoa com maior vencimento no lar, constatámos que 19,3% não frequentaram a escola e a maioria, ou seja, 39,5% tinham o 1º ciclo do ensino básico. Pudemos ainda verificar que 13,2% frequentaram o 1º ciclo mas não o completou; 8,8% concluíram o 2º ciclo do ensino básico; em suma, 71,9% da população possuíam uma escolaridade inferior ao 2º ciclo

do ensino básico. Só 3,8% estavam habilitados com um curso superior e 0,6% com um curso técnico profissional. Estamos perante uma população idosa pouco qualificada; apenas 30,4% tinham emprego.

Relativamente à situação perante o trabalho, 31,5% eram trabalhadores por conta própria; 63% eram empresários em nome próprio; havia 21,7% de pequenos empresários. Dos 68,5% que trabalhavam por contra de outrem, 27% eram trabalhadores manuais não qualificados e 23% empregados de escritório. Apenas 10% eram profissionais assalariados com grau médio ou superior; os segundos exerciam funções de chefia.

5.6. Análise dos dados

5.6.1. Utilização de Computadores

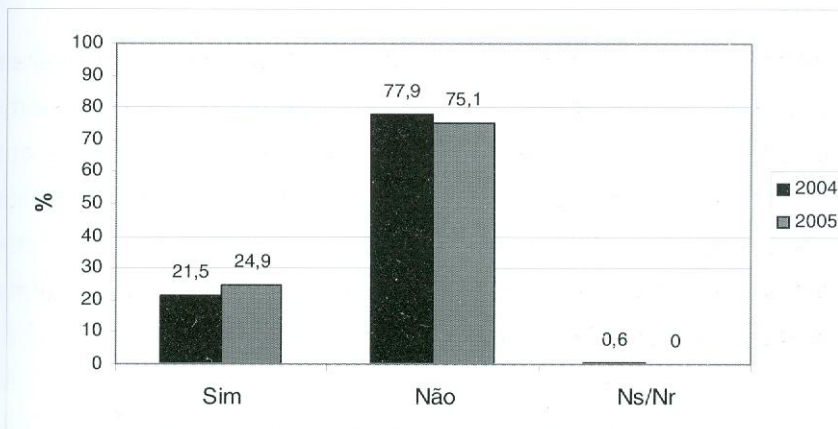


Gráfico 3. Posse de Computador pelos agregados domésticos, 2004 e 2005

Os resultados demonstram que 79,9% dos entrevistados não possuíam computador, em 2004. Na verdade, em 2005, as alterações verificadas são mínimas (75,1%). Quando questionados sobre as razões, em 2004, afirmaram: a) 60,9% que não tinha utilidade; b) 28,8% indicaram que não tinham conhecimentos; c) apenas 5,5% reconheciam tratar-se de uma ferramenta cara. Em 2005, surgem mudanças nas respostas: 44% referiram a falta de utilidade, 47,8% atestavam a escassez de conhecimentos e 6,3% o preço excessivo dos computadores.

Cruzando esta variável com a idade, e em ambos os períodos em análise, constatamos que, à medida que a idade aumenta, o interesse por esta tecnologia diminui. Os dados de 2004 comprovam que só 1,2% dos indivíduos pertencentes à faixa etária 15 – 24 anos referiam que o computador não tem utilidade; 31,1% dos inquiridos, com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos, atestavam que

o aparelho não tinha qualquer utilidade; 67,7% dos entrevistados inseridos na classe etária 65 e mais anos indicavam a pouca utilidade do objecto. Em 2005, o cenário repete-se: os dados situam-se nos 3,4%, 22,9% e 73,7% respectivamente.

Se diferenciarmos os dados por sexo, concluímos que as mulheres recusavam em maior número, as tecnologias. Os resultados do inquérito, realizado em 2004, revelavam que a falta de utilidade era indicada por 69,5% das mulheres vs. 30,5% dos homens. A falta de conhecimento era atestada por 72,2% das entrevistadas contra 27,8% dos entrevistados. A carestia era explicitada por 68,4% dos indivíduos pertencentes ao sexo feminino e por 31,6 do sexo masculino. Em 2005, encontrámos valores semelhantes; todos recaem dentro da margem de erro definida.

Em suma, os utilizadores de computadores são, em maior número, os homens; os indivíduos que têm idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos são os têm computadores no lar, em maior número; segue-se o grupo etário 25 – 64 anos; os indivíduos com 65 anos e mais apresentavam um valor residual de PCs em casa.

Acréscimo que, quer em 2004, quer em 2005, 100% dos indivíduos que não frequentaram a escola não têm computador no lar. À medida que as habilitações são maiores a posse de computador aumenta também. Assim, eram detentores de computadores 26,2% e 30,4% (em 2004 e 2005, respectivamente) dos indivíduos que tinham habilitações até ao 3.º Ciclo; 38,2% e 43,4% dos que frequentavam o Ensino Secundário e 62,5% e 76,9% dos habilitados com o Ensino Superior.

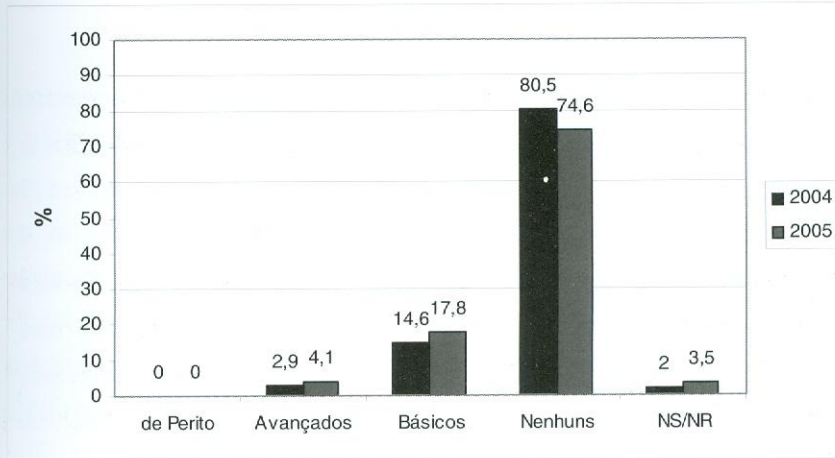


Gráfico 4. Conhecimentos de Informática, 2004 e 2005

Como observamos no gráfico n.º 5, 80,5%, em 2004, contra 76,6%, em 2005, não possuem quaisquer conhecimentos de informática; 14,6% e 17,8% consideram ter conhecimentos básicos; 2,9% e 4,1% afirmam tê-los avançados. Acresce que são, maioritariamente, as mulheres que afirmam não possuir quaisquer conhecimentos. É o grupo etário que tem 65 e mais anos que manifesta, em maior grau, não ter quaisquer conhecimentos.

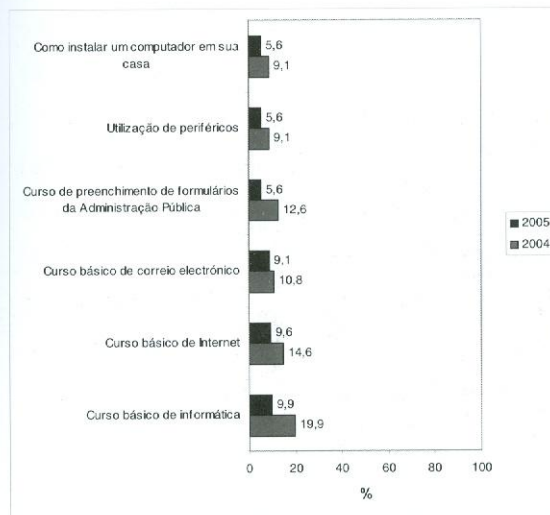


Gráfico 5. Interesse em frequentar cursos no âmbito das TIC, 2004 e 2005

Em 2004, 7,6% frequentaram cursos nesta área; em 2005 foram 11,3% os indivíduos que os seguiram.

A esmagadora maioria dos entrevistados, em 2004, revela um total desinteresse em frequentar cursos no âmbito de: informática (78,4%); Internet (83,7%); fazer download de impressos da Administração Pública (87,4%); correio electrónico (82,9%); instalação de computadores (90,4%); utilização de periféricos (91%). A disposição de frequentar este tipo de cursos é inversamente proporcional à idade; são os mais novos os que manifestam maior interesse, seguidos dos pertencentes à faixa etária 25 – 64 anos e, por fim, os que têm 65 e mais anos.

Na verdade, os dados de 2005 não alteram a situação. O desprendimento pelas NTIC mantém-se. E, quando cruzamos esta variável com as habilitações académicas, verificamos que são os indivíduos detentores de um diploma do Ensino Superior os mais interessados, seguidos dos que frequentaram o Ensino Secundário, dos que têm até ao 3.º Ciclo, no final situam-se aqueles que não frequentaram a escola.

5.6.2. Ligação à Internet

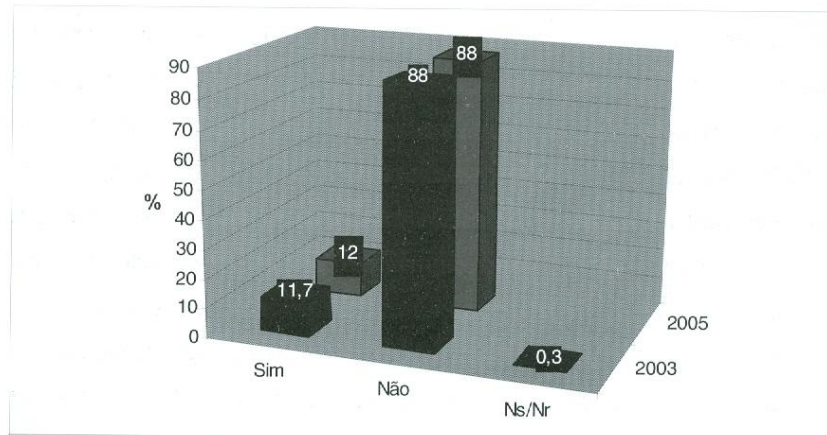


Gráfico 6. Ligação à Internet, pelos agregados domésticos, 2004 e 2005

Apenas, cerca de 12% referiram ter ligação à Internet a partir de casa, em ambos os períodos em análise.

Preocupante é, ainda, o facto de exclusivamente 3%, em 2004, e 7,7% em 2005, afirmarem a intenção de vir a conectar-se. O interesse aumenta à medida que a idade diminui. As razões aduzidas para justificar o desinteresse, do primeiro para o segundo estudo efectuado, revelam alterações. Em 2004, os principais argumentos da não ligação eram: não ter interesse (49%); sentir-se velho (23,5%); não saber utilizar (22,2%); ser caro (4,7%); falta de tempo (4,2%); falta de conhecimentos (3,3%); falta de informação (0,7%). Cruzando esta variável com a idade verificamos que a causa central apontada pelos mais jovens é a falta de conhecimentos (37,5%); a falta de interesse é apresentada pelas outras categorias etárias com 43,5% e 54,5%, respectivamente.

Em 2005, o motivo principal apresentado é o de não saber utilizar (44,9%), seguido do não ter interesse (30,5%), sentir-se velho (8,2%), ser caro (7,9%), falta de conhecimentos (2,7%), falta de tempo (2,1%), falta de informação (0,3%). Os indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 24 anos apontam como primeira razão o facto de ser caro (50%); os pertencentes à faixa etária 25-64 anos e os que têm 65 e mais anos referem não saber utilizar (45,3% e 51,7% respectivamente). Ao cruzarmos a variável em estudo com as habilitações académicas verificamos que todos os indivíduos, com excepção dos detentores de uma licenciatura, indicam o não saber utilizar como razão principal para a não ligação à Internet.

Relevamos o facto de o “não ter interesse” ter cedido lugar ao “não saber utilizar”. Notamos um interesse maior em 2005, do que em 2004.

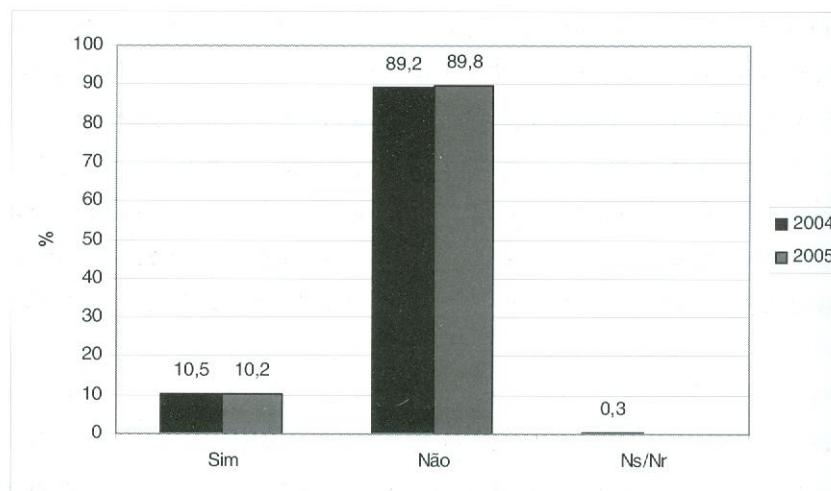


Gráfico 7. Utilização da Internet nos últimos 3 meses, 2004 e 2005

Se considerarmos a definição de internauta, do Eurostat, ou seja, a pessoa com mais de 15 anos que utilizou a Internet nos últimos 3 meses, os dados demonstram que: cerca de 10% dos inquiridos se incluem nesta categoria, em ambos os estudos. Se introduzirmos a variável idade, verificamos que cerca de 46% dos que navegaram no ciberespaço, pertencem à faixa etária 15 – 25 anos; cerca de 17% têm idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos; apenas, 1,2% têm 65 e mais anos. Encontrámos diferenças na utilização diária desta tecnologia: 52,5% em 2004 e 66,7% em 2005. No que se refere ao tempo de navegação por mês: em 2004, navegam até duas horas, 14,3%; entre 2 a 8 horas, 19%; entre 8 e 20 horas, 38,1%; e mais de 20 horas, 14,3%; os restantes não sabem ou não respondem. Em 2005, 24,2% indicam que estão ligados até duas horas; 33,3% conectam-se entre 2 a 8 horas; 27,3% atestam estar ligados entre 8 a 20 horas; 6,1% apontam estar mais de 20 horas. É a classe etária 15 – 24 anos a maior utilizadora das novas tecnologias bem como os indivíduos mais habilitados academicamente.

Em 2004, 7,6% indicam ter frequentado um curso relacionado com a Internet; representam 29,4% dos indivíduos com idades entre os 15 e os 24 anos; 12,2% dos que se situam na faixa etária 25 – 64 anos e 1,2% dos residentes com 65 e mais anos; trata-se de 12,8% homens e 4,9% mulheres. Os que frequentaram cursos relacionados com a Internet são 8,1% de indivíduos que habitam casas em que a pessoa com maior vencimento possuem habilitações até ao 3.º Ciclo; 33,3% estão habilitadas com o Ensino Secundário, 40,6% frequentaram o Ensino Superior. Em 2005, 12% referem ter seguido um curso de Internet; são 34,4% dos indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, 20,5% dos que pertencem ao intervalo etário 25-64 anos e 7,3% dos que têm 65 e mais anos. São mais homens (17,9%) do que mulheres (9,7%). Se atentarmos nas habilitações académicas da pessoa com maior vencimento e a relacionarmos com a frequência de um curso, no âmbito da Internet, verificamos que 18,2% dos possuem o 3.º Ciclo; 46,9% atestam ter o Ensino Secundário e 76,9% são diplomados com um curso superior.

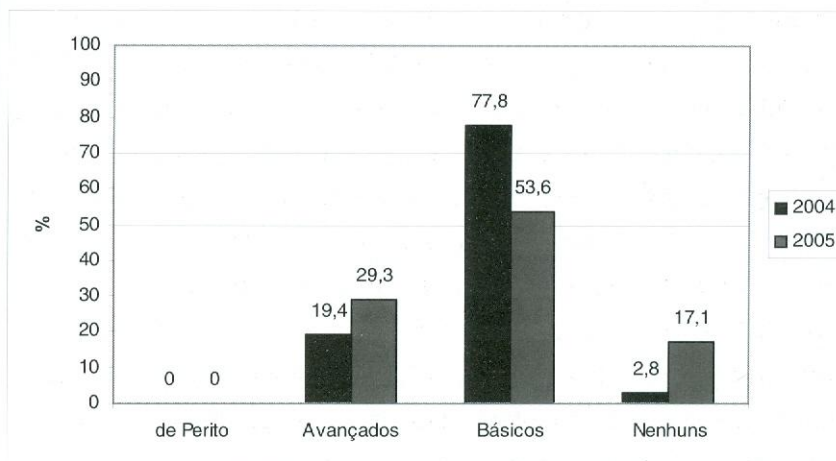


Gráfico 8. Conhecimentos de Internet, 2004 e 2005

Assim, dos utilizadores da Internet, em 2004, 19,4% apontam ter conhecimentos avançados de Internet, 77,8% declaram ter conhecimentos básicos, 2,8% referem “ nenhuns.” Em 2005, verificamos que há mais indivíduos com conhecimentos avançados (29,3%); mas também um acréscimo de indivíduos que afirmam não ter conhecimentos (17,1%).

Cruzando esta variável com a idade, não há dados novos a acrescentar; quer em 2004, quer em 2005, na maioria, todas as faixas etárias têm, maioritariamente, conhecimentos básicos de Internet. Verificamos, também, que à medida que as habilitações aumentam também o conhecimento é mais aperfeiçoado.

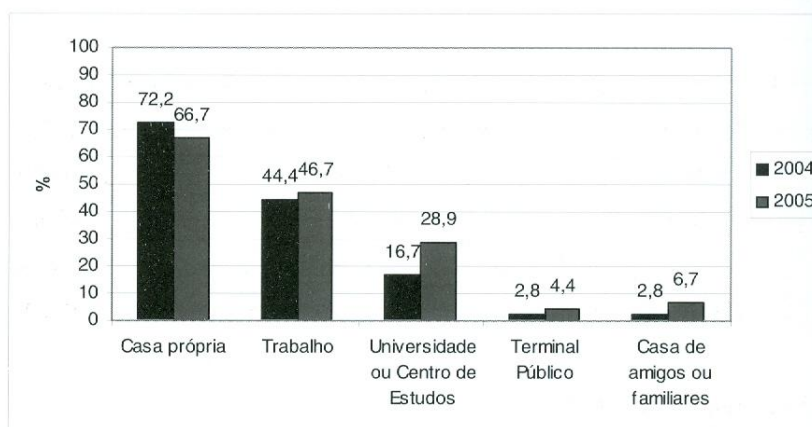


Gráfico 9. Locais de Acesso à Internet, 2004 e 2005

Ao analisarmos o gráfico constatamos que, em 2004, o acesso à Internet é feito a partir de casa, por 72,2%; do trabalho, por 44,4%; da Universidade ou do Centro de Estudos por 16,7%, de um Terminal Público, por 2,8%, da Casa de Amigos por 2,8%. Em 2005, a maior alteração decorre sobretudo do acesso ser feito por 28,9% dos indivíduos a partir da Universidade ou do Centro de Estudos; os restantes valores mantêm-se dentro da margem de erro.

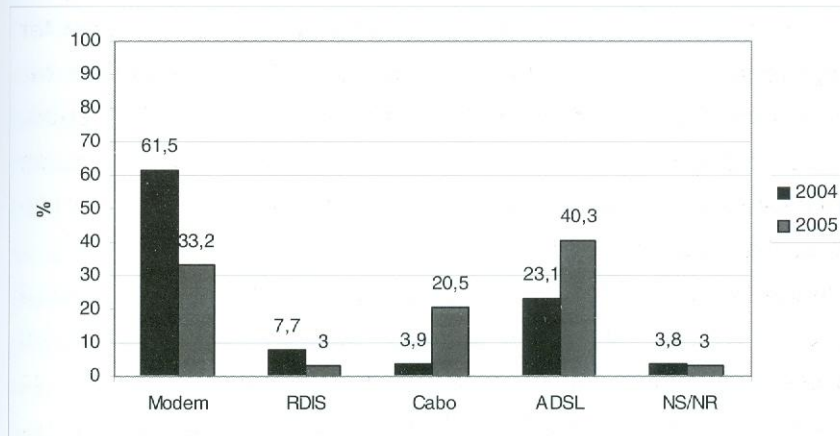


Gráfico 10. Tipo de Ligação à Internet, 2004 e 2005

Em 2004, a maioria, 61,5% dos entrevistados, conectam-se, a partir de casa, à Internet através de um modem; 23,1% instalaram a ADSL; 7,7% utilizam a linha RDIS; e 3,8% recorreram ao cabo. Quando inquiridos sobre se pensam alterar à ligação para Banda Larga, 26,3% anuem. De facto, em 2005, 40,3% têm a ADSL e 20,5% a Cabo. Decresce a utilização do modem (33,2%) e a linha RDIS (3%).

5.6.3. Utilização da Internet

A Internet foi, em 2004, utilizada **frequentemente** para aceder ao e-mail, ler notícias, procurar informações de trabalho e de estudo, por 36,1% dos entrevistados; 30,6% dos indivíduos indicaram servir-se deste meio, com frequência, para efectuar operações bancárias; 27,8% dos residentes, nas freguesias em estudo, recorreram com assiduidade à rede para obter informações culturais e de lazer; 22,2% efectuaram *downloads* de impressos da Administração Pública, de forma sistemática; 19,4% lêem, com pontualidade, as notícias locais com frequência; 13,9% costumam retirar ficheiro de MP3; 11,1%

procuram informações de saúde e 8,5% retiram vídeos da Internet. Ainda, 5,6% dos indivíduos utilizam esta ferramenta, com frequência, para efectuar compras, jogar *online*, efectuar actividades de bolsa. Apenas, 2,8% usam com constância esta tecnologia para participar em *chats* e efectuar cursos *on-line*.

Em 2005, a frequência de utilização do *e-mail* sobe para 60%; a procura de informações de trabalho e estudo para 48,9%; segue-se a busca de informação cultural; 40% dos inquiridos usam a Internet com constância para ler notícias; 33,3% recorrem a serviços bancários; 24,4% invocam a obtenção de impressos da Administração Pública; 20% fazem *download* de arquivos e 17,8% de vídeos; ainda, 17,8% frequentam cursos *on-line* com frequência; 15,6% lêem notícias locais; 13,3% procuram informação sobre saúde; 8,9% compram *on-line*; 6,7% comunicam em *chats*; 4,4% jogam na bolsa. Desta análise, conclui-se que existe uma maior frequência de utilização da Internet de 2004 para 2005, do primeiro para o segundo estudo.

Em 2004, **ocasionalmente**, a navegação na Internet serve para: indicações de programas culturais (44,4%) e de lazer (38,9%); ler notícias nacionais (38,9%) e locais (36,1%); comunicar em *chats* (36,1%); obter impressos da Administração Pública (36,1%); aceder ao *e-mail* (33,3%); adquirir informações sobre saúde e fazer *downloads* de vídeo (27,8%); procurar informação para o trabalho ou estudo, praticar actividades da bolsa e descarregar ficheiros de arquivo MP3 (25%); comprar *on-line* (22,2%); jogar *on-line* (13,9%); efectuar operações bancárias (13,9%); frequentar cursos *online* e participar em operações da bolsa (8,3%). Em 2005, a Internet é, ocasionalmente, utilizada para procurar informação de saúde (40%); para ler notícias (37,8%); para pesquisar informação cultural e de lazer (35,6%); para obter impressos da Administração Pública

(28,9%); para aceder ao *e-mail* (24,4%); para buscar informações para estudos ou trabalho (22,2%); para comunicar em *chats* (20%); para comprar *on-line* (17,8%); para efectuar *download* de vídeos e ler notícias locais (15,6%); para jogar e frequentar cursos *on-line* (11,1%); para usufruir dos serviços bancários (8,9%); para realizar actividades relacionadas com a bolsa (6,7%).

Existem ambientes na Internet que ainda não são usados por internautas mas que admitem ter intenção de os utilizar. Em 2004, manifestavam o desejo de efectuar cursos *online* (19,4%); de procurar informações sobre a saúde (13,9%). As necessidades de aceder ao *e-mail*, de procura informação cultural, de obter impressos da Administração Pública, de gerir contas bancárias e da bolsa foram indicadas por 11,1%. Em 2005, aspiravam à leitura de notícias locais (20%); a comprar *on-line* (17,8%); a jogar *on-line*, a realizar cursos *on-line* e a efectuar *download* de arquivos (15,6%); a procurar informação para lazer, a obter formulários da Administração Pública, a jogar na bolsa e a fazer *downloads* de vídeos (13,3%); a frequentar *chats* (11,1%); a recorrer a serviços bancários (8,9%); a procurar informação cultural, para o trabalho e estudo e sobre saúde (6,7%); a usar o *e-mail* e ler notícias (4,4%).

Outras utilizações da Internet são recusadas por cibernautas: em 2004 referiram comprar, jogar online e efectuar actividades relacionadas com a bolsa (55,6%); participar em *chats* e frequentar cursos online (44,4%), bem como descarregar ficheiros de vídeos e de arquivos MP3 (38,9%) são as mais expressivas. Em 2005, apesar das percentagens baixarem, as intenções mantêm-se. Na verdade, são actividades que implicam um maior conhecimento por parte dos utilizadores e algumas podem causar desconfiança entre os usuários. Em suma, notamos um crescimento da utilização do *e-mail* (de 69,4% para 84,4%), e da utilização desta tecnologia para procurar

informação, seja relativa a notícias (de 75% para 77,8%), a eventos culturais (de 72,2% para 80%), a necessidades de estudo ou trabalho (de 61,1% para 71,1%), à saúde (de 38,9% a 53,3%). Os mais jovens utilizam mais o *e-mail*, os *chats*, frequentam mais cursos *on-line* e procuram mais informação relacionada com o estudo e com o trabalho. Os indivíduos pertencentes à faixa etária 25-64 anos são os maiores usuários das restantes utilizações da Internet.

6. As NTIC no mundo rural

No novo contexto internacional de abertura e livre comércio, o desenvolvimento rural e local revela novas dimensões. Nesse sentido, a necessidade de fortalecer as competências, neste sector, e alcançar um melhor aproveitamento das NTICs urge. No entanto, apesar dos esforços realizados por sucessivos governos, instituições e mesmo programas europeus, para aumentar a cobertura e a qualidade dos serviços de capacitação, em Portugal há, ainda, um sério déficit na formação no âmbito das novas tecnologias.

Os resultados de diversas consultas e diagnósticos realizados por diferentes instituições evidenciam a importância de pôr em prática sólidos programas de formação presencial e à distância, dimensionar uma reconversão profissional, que sejam sustentáveis no tempo e aproveitem as vantagens das NTICs, como referimos.

Mas se nos lembrarmos do que era há dez anos o telefone móvel, o e-mail e a Internet percebemos a mudança ocorrida. Na verdade, o investimento financeiro feito pela União Europeia, pelos governos dos diferentes Estados Membros, mas, também, por empresas privadas e pelo cidadão potenciaram a divulgação, o apoio, a adesão aos meios e aos serviços. O crescimento destes meios implicou a definição de normas e de regras. A quantidade de informação disponível na Internet é, absolutamente, esmagadora; a existência de mais de 3 mil milhões de páginas obriga a afinar a pesquisa para rentabilizar o tempo e encontrar realmente o que se procura. O correio electrónico é, também, uma das mais usuais e rápidas formas de comunicar. Na verdade, embora existam, ainda, questões por melhorar, o *e-mail* tornou-se incontornável. As mensagens diárias, em todo o mundo, são às centenas de milhões e substituíram, em grande parte, o correio tradicional; um dos problemas actuais situa-

se justamente na quantidade de correio electrónico que recebemos e na sua triagem.

Quanto aos telefones móveis, toda a gente percebe a dimensão que atingiram na comunicação através da voz ou das mensagens. Em Portugal, sabe-se o elevado número de aparelhos e a sua adopção por todas as camadas sociais mesmo em grupos em que as necessidades básicas não estão satisfeitas. Cada vez mais desenvolvida está, também, a tecnologia dos sistemas de informação geográfica (GPS) e satélites de comunicações.

Acresce que os custos de ligação à Internet aumentam à medida que nos vamos afastando dos centros. O mapa dos acessos mais rápidos, das indústrias mais inovadoras, coincide, naturalmente, com o das disparidades, seja do rendimento, do acesso ao ensino ou à saúde... O litoral ganha, tendencialmente, ao interior.

É neste contexto económico e social, que o projecto Ruraltech desenvolveu as suas actividades; durante dois anos, investiram-se esforços na divulgação/formação, no saber-fazer, que as NTIC podem promover/potenciar.

6.1 Informação/Comunicação no meio rural

O papel do projecto foi, como já referimos, a) a conjugação como *interface* junto das populações, no sentido da sua formação e capacitação para a adaptação e utilização das novas tecnologias; b) como *interface* junto das entidades no sentido destas providenciarem os meios necessários ao desenvolvimento das novas tecnologias no meio rural, como: i) a instalação de infra-estruturas básicas; ii) a produção ou disponibilização de conteúdos/serviços, para o pleno acesso dos cidadãos do mundo rural às NTICs.

Nesse sentido o Projecto desenvolveu, durante os dois anos da sua duração, uma série de acções de informação e difusão junto das populações.

6.1.1. Conferências de Imprensa

Na primeira Conferência de Imprensa, efectuada no início do Projecto, anunciaram-se os objectivos, as grandes linhas de acção, o público alvo bem como os parceiros que o integravam. Na segunda, foram apresentados os resultados da situação das NTICs na zona de intervenção do projecto. Foi interessante a grande aceitação por parte dos Meios de Comunicação; o Projecto mereceu notícias com destaque em todos os jornais regionais com sede no distrito de Castelo Branco, bem como num Jornal de referência a nível nacional – Público (ver anexo I)-. Foi ainda o motor de arranque para um programa, sobre o tema, que foi visionado várias vezes na RTP1 (canal público de televisão) e que inclui apontamentos de entrevistas com as populações da zona e a coordenadora do Projecto. A notícia interessou, também, as principais rádios regionais. Na terceira Conferência de Imprensa, realizada no final do projecto, relataram-se os principais resultados alcançados e a problematizou-se a utilização das TIC no meio rural (ver anexo II).

6.1.2. Seminário

No Seminário, realizado a 31 de Outubro de 2004, estiveram presentes os parceiros do projecto bem como convidados que incluíam Associações de Desenvolvimento Local, os representantes dos Presidentes das Câmaras dos concelhos envolvidos, Presidentes das Juntas de Freguesias, Meios da Comunicação Social e público interessado.

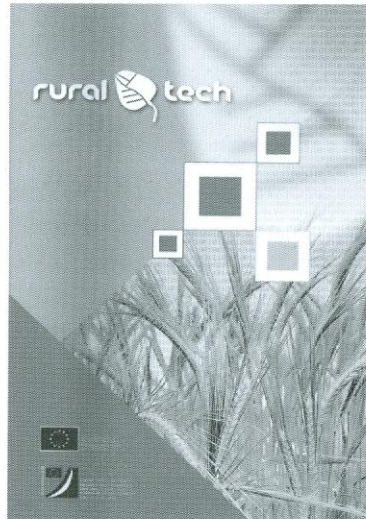
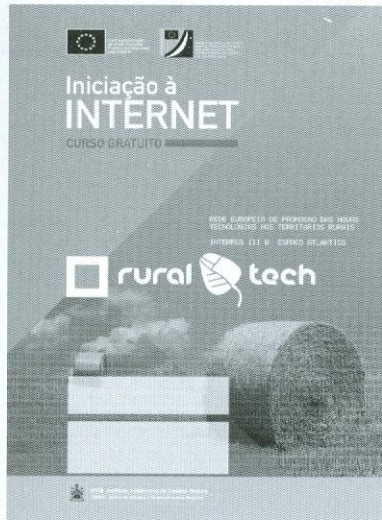


Figura 9. Seminário em Castelo Branco

No Seminário foi abordada a questão do desenvolvimento local e rural e o papel desempenhado pelas Novas Tecnologias neste âmbito. Referenciaram-se os problemas que emergiram da introdução das tecnologias e a importância da mobilização não só dos poderes locais como também da população.

6.1.3. Difusão junto dos poderes locais

Foram contactados telefonicamente e por carta todos os Presidentes das Juntas de Freguesia dos três concelhos envolvidos e realizadas reuniões presenciais com os autarcas que decidiram aderir ao projecto. A equipa efectuou 34 reuniões para apresentação do projecto com a entrega de folhetos informativos e cartazes de divulgação.



Figuras 10 e 11. Cartaz e Folheto de divulgação

Para motivar um maior número de presidentes publicou-se um anúncio de uma página, em jornais regionais, com sede no distrito de Castelo Branco, que explicava as vantagens em aderir ao Projecto e inseria as localidades que já tinham tido acesso à formação.

6.1.4. Acção de divulgação para a população em geral

Promoveram-se, ainda, duas acções de divulgação destinadas à população, em geral. A primeira foi realizada por uma rádio local, com cobertura nos três concelhos; constou de entrevistas com o coordenadora do projecto, com um formador e com formandos. Reiteraram, então, as vantagens da formação, explicitando o que trouxera de novo às suas vidas. Esta acção foi acompanhada por diversos *spots* publicitários, durante a emissão, e também inseridos em horários de maior audiência.

Foram, também publicados em jornais regionais anúncios de meia página, com os participantes em acções de formação, apontando os benefícios decorrentes da participação.

6.2. Formação no meio rural

A formação tem um papel chave na sociedade do conhecimento. O repto de preparação para esta nova sociedade deve começar nas Escolas e continuar no Ensino Superior. Todavia, as pessoas que não tiveram possibilidade de aceder a uma formação regulada e estruturada têm de ser incluídas neste novo paradigma. O Projecto Ruraltech teve como um dos seus principais objectivos difundir uso das NTIC, através do desenvolvimento de acções (in)formativas no meio rural, incidindo, especialmente, na formação de mulheres de forma a proporcionar a igualdade de oportunidades.

Na verdade, houve a necessidade de planificar a formação considerando os utilizadores finais; sabíamos ser relevante capacitá-los para o uso das ferramentas informáticas, para a compreensão do porquê da utilização das novas tecnologias.

Acreditamos que grande parte do aumento da produção e da competitividade existente em países desenvolvidos, deve-se aos processos de profissionalização dos actores em meio rural que, permanentemente, têm incorporado novas tecnologias produtivas e de comunicação, mantendo assim vantagens competitivas face à globalização dos mercados.

Deste modo, os altos níveis profissionais e as competências dos recursos humanos são o principal factor que permite a tais países manter-se integrados nos mercados mundiais e sobrepor-se, constantemente, às mudanças produzidas, garantindo um acesso directo a uma cidadania plena.

Que fazer para que as novas tecnologias não aprofundem o tradicional isolamento do mundo rural?

As tecnologias de informação e comunicação têm um papel importante na sociedade do conhecimento: E que significado terão nesse mesmo mundo?

Pensamos que de uma maior informação e comunicação:

- Emerge um maior conhecimento sobre o mundo rural e as suas especificidades: património, produtos, serviços...
- Promove a criação de novos serviços e, conseqüentemente, enriquece a cidadania.

Assim, do acesso mais fácil e directo a serviços concentrados em áreas urbanas como Centros de Saúde, Câmaras Municipais, Ensino e Formação decorrerá maior envolvimento e participação na construção de um espaço social mais coeso.

As dificuldades que as comunidades rurais sentem, em vários domínios, acentuam-se com o reduzido conhecimento e utilização das novas tecnologias. Por isso o projecto Ruraltech procurou garantir bases para um melhor enquadramento das NTICs:

- Ofereceu formação gratuita destinada a adultos fomentando a utilização dos computadores e das tecnologias de informação e comunicação, nomeadamente, Internet e correio electrónico.
- Elaborou de manuais adequados ao público-alvo;
- Produziu e distribuiu de informação.

Da divulgação realizada, resultaram 20 acções de formação que envolveram directamente 244 indivíduos; 136 eram mulheres. Esta população tinha uma idade média de 42 anos; a faixa etária abrangida situa-se entre os 16 anos e os 81 anos.

Na primeira aula, era pedido aos participantes que indicassem o interesse em frequentar o curso, a sua disponibilidade e o tipo de conhecimentos que possuíam, relativamente às TIC. Os resultados demonstraram que 90,2% declararam ter elevado interesse em frequentar a formação; os restantes 9,8% referiram ter interesse médio. Verificámos, ainda, que 63,5% estavam disponíveis e 36,5%

tinham disponibilidade moderada. No que respeita a conhecimentos, 82% disseram ter “baixos”; 16% indicaram ter “médios” e 2% assinalaram ter “elevados”.

O modelo dos cursos estava dividido em três módulos:

- a) Iniciação à informática;
- b) Introdução à Internet;
- c) Correio electrónico.

• O primeiro módulo consistia numa Introdução ao Windows: indicaram-se conceitos e ferramentas básicas para utilizar um computador pessoal, centrando-se no sistema operativo Windows por ser o mais utilizado.

• O segundo pretendia uma Introdução à Internet: falou-se sobre a origem, funcionamento, servidores e navegadores de Internet, assim como na arquitectura e endereços, navegação, motores de busca e potencialidades.

• O terceiro incluía conceitos básicos do correio electrónico, programas de gestão de correio electrónico, foros de debate e videoconferências. Criaram-se contas individuais e trocaram-se de mensagens através do correio electrónico.

No início da formação, era entregue aos alunos o material necessário (capa, bloco de notas, manuais de formação, esferográfica, folhetos divulgativos do Projecto) (ver anexo III).

Tendo em conta, a carência de equipamentos informáticos de muitas freguesias, o CEDER/IPCB, disponibilizou recursos técnicos (pc's, impressora...) e humanos necessários para o funcionamento regular das referidas acções de formação.

As freguesias que quiseram participar, tinham apenas de cumprir com dois requisitos:

- a) Dispor de um local que tivesse espaço suficiente para o número de formandos que quisesse participar, onde fosse possível a instalação de computadores e houvesse rede;
- b) Estabelecer um acordo prévio com o CEDER/IPCB com base num número mínimo de alunos.

A duração do curso foi de quinze horas repartidas em cinco dias. O horário foi elaborado considerando a disponibilidade dos formandos. No final do curso, cada aluno recebeu um diploma que acredita a realização da formação.

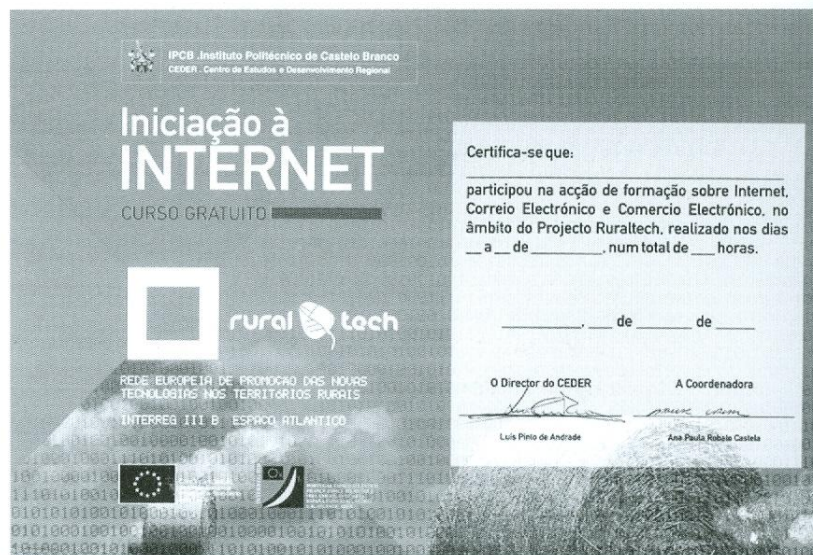


Figura 15. Diploma de Iniciação à Internet

A Formação realizou-se, maioritariamente, nas instalações das Juntas de Freguesia. Duas sessões tiveram lugar nas instalações de uma Associação Recreativa, outra numa Escola do 1º ciclo e ainda outra num Centro de Dia.



Figura 16. Acção de Formação no Ninho do Açor

Fonte: IPCB

80% das acções efectuaram-se com o apoio dos Presidentes das Juntas de Freguesia salientando-se a de Monsanto que juntou 30 indivíduos.

Conhecemos as dificuldades de intervir no mundo rural e sobretudo os problemas inerentes à formação de idosos. Trata-se de uma área, de que se sentem distanciados e cujo interesse real dificilmente desvelam. De resto, aconteceu que, nalgumas freguesias, os presidentes declararam interesse na formação, cumprindo, presumivelmente, uma atitude considerada politicamente correcta; posteriormente recuaram e não beneficiaram do Projecto

Todavia, esta intervenção permitiu desvendar as grandes dificuldades a ultrapassar, as estratégias a desenvolver e os objectivos a atingir no futuro.

Considerações finais

De acordo com o INE, em Portugal, entre 2004 e 2005, houve um crescimento de 1,2% no que se refere à posse de computadores (de 41,3% para 42,5%); o aumento de 5,3% verificou-se, também, na propriedade de Internet (de 26,2% para 31,5%). Entre estes dois anos, registamos mais: o número de utilizadores subiu de 29% para 32%. Os dados revelam, ainda, que nem metade da população portuguesa utiliza as novas tecnologias. Acresce que, em 2005, 58% dos portugueses afirmam que a Internet não tem interesse.

O projecto RURALTECH, que decorreu entre o dia um de Janeiro de 2004 e 31 de Dezembro de 2005, previa o aumento do número de utilizadores das NTIC (cidadãos e PME) nas zonas rurais. Foram levadas a cabo acções alvo para medir a actual e potencial procura das NTICs no Espaço Atlântico, estabeleceram-se laços de cooperação entre as instituições, formaram-se os cidadãos neste domínio (especialmente as mulheres); pretendia-se, em última análise, potenciar a fixação/ manutenção das populações rurais nos seus territórios.

Em Portugal, as zonas rurais que integraram o projecto foram, dissemo-lo, as dos concelhos de Castelo Branco, de Idanha-a-Nova e de Vila Velha de Ródão. Seguindo os dados do INE, a densidade populacional deste espaço é muito inferior à de Portugal; a taxa de envelhecimento é, em larga medida, superior às do continente; o cenário da taxa de analfabetismo é idêntico; já a taxa de natalidade se situa abaixo das verificadas no país.

Sabemos que, um dos maiores entraves ao crescimento económico decorre, precisamente, da qualidade dos recursos humanos, da capacidade tecnológica e da permeabilidade à inovação.

Assim, em 2004, o primeiro estudo efectuado revelou que 79,9% dos entrevistados não possuíam computador; 80,5% afirmam não ter quaisquer conhecimentos de informática. Apenas 11,7% referiam ligar-se à Internet. Preocupante é, ainda, o facto de exclusivamente 3,2% declararem a intenção de vir a conectar-se com a Internet. Só 7,6% frequentaram cursos nesta área. Adicionalmente confirmámos que a esmagadora maioria dos entrevistados revelava um total desinteresse por cursos no âmbito de: informática (78,4%); Internet (83,7%); correio electrónico (87,5%). Se considerarmos a definição de internauta, do Eurostat, ou seja, a pessoa com mais de 15 anos que utilizou a Internet nos últimos 3 meses, os dados demonstram que só 10,5% dos inquiridos se incluíam nesta categoria. Deste conjunto de indivíduos, 19,4% apontavam ter conhecimentos avançados de Internet, 77,8% garantiram ter conhecimentos básicos, 2,8% referiram “ nenhuns”. O acesso à Internet é feito a partir de casa para 72,2%; do trabalho 44,4%; da Universidade ou do Centro de Estudos 16,7%, de um Terminal Público 2,8%, da Casa de Amigos 2,8%.

A maioria, 61,5% dos entrevistados, conecta-se à Internet através de um modem; 23,1% instalou a ADSL; 7,7% utiliza a linha RDIS; e 3,8% recorreu ao cabo.

Outra informação relevante prende-se com o facto de 55,6% terem correio electrónico gratuito; 16,7% utilizam o do trabalho; 8,3% o cedido pelo servidor. Usufruem frequentemente este meio de comunicação 36,1% dos inquiridos; ocasionalmente é usado por 33,3%; 11,1% referem que “Não usam mas pensam fazê-lo”; 16,7% declaram que não usam, nem tencionam usá-lo.

Os utentes dos serviços da Internet procuram, sobretudo, notícias, informação cultural, formação ao lazer, serviços bancários, informação para trabalhos ou estudos e impressos da Administração Pública.

Em 2005, após a implementação de acções de divulgação dos primeiros resultados e de formação, a realidade pouco mudou. No que respeita à posse de computadores houve um crescimento de 3,4% (superior à média nacional); a posse de Internet manteve-se nos cerca de 12%. Mas, a principal alteração que registámos foi na imputação das razões para a não utilização das novas tecnologias. Assim, se em 2004, 60,9% indicavam a não utilidade do computador e 49% o não interesse pela Internet, em 2005, 44% referem a pouca utilidade do computador e 30,5% a da Internet. Do mesmo modo, o reconhecimento da escassez de conhecimento aumenta (de 28,8% para 47,8% - computadores e de 22,2% para 44,9% - Internet).

Verificámos, também, que em 2005, houve um acréscimo de 3,7% no que respeita à frequência de cursos no âmbito das novas tecnologias (de 4 7,6% para 11,3%), apesar de 78,4% e de 83,7% demonstrarem desinteresse na frequência de cursos.

Outra alteração que releva dos resultados, prende-se com a mudança de ligação: em 2005, 40,3% passou a utilizar a ADSL e 20,5% a ligação por cabo; o modem desceu para 33,2%.

Ora, estas localidades sofrem um claro isolamento no que se refere às redes de comunicação. Como conclusão dos estudos efectuados por todos os parceiros, diremos que os municípios/freguesias rurais do Espaço Atlântico reclamam políticas de desenvolvimento capazes de gerir dinâmicas de mudança. Urge uma intervenção positiva nas variáveis que os caracterizam: a) falta de infra-estruturas tecnológicas; b) envelhecimento da população; c) falta de serviços; d) ausência de actividades económicas que garantam emprego e desenvolvimento. Relativamente às acções de divulgação, em Portugal, efectuaram-se três conferências de imprensa em que participaram agentes locais e regionais de desenvolvimento e a comunicação social (jornais e rádios regionais com sede no distrito, jornais nacionais e televisão).

Foi realizado um seminário em Castelo Branco em que estiveram presentes os parceiros do projecto, associações de desenvolvimento local, e representantes dos Presidentes das Câmaras dos Concelhos envolvidos no Projecto. Contactámos, telefonicamente e por carta, todos os Presidentes das Juntas de Freguesia dos três concelhos e reunimos, presencialmente, com os que aderiram aos Projecto. Distribuíram-se folhetos informativos e cartazes de divulgação; reforçámos estas acções com anúncios publicitários em jornais e rádios regionais; um programa, numa rádio local, foi outra actividade desenvolvida, e contou com a presença da coordenadora do projecto, com um formador e com formandos.

A intervenção contou com 20 acções de formação que envolveram directamente 244 indivíduos (136 eram mulheres). Ofereceram-se três módulos no curso: iniciação à informática, introdução à Internet, e correio electrónico, num total de quinze horas, distribuídas por cinco dias. No final, cada formando recebia um diploma certificando a formação. Marioritariamente, a formação foi apoiada pelos Presidentes das Juntas de Freguesia. Acresce que o desenvolvimento dos cursos só foi possível nos diversos locais porque o IPCB/CEDER cedeu os recursos técnicos (computadores, impressoras...) e humanos necessários ao normal funcionamento das actividades.

Como resultados finais do Projecto Ruraltech relevamos:

No que se refere a **indicadores de realização**, podemos dizer que os estudos de penetração das NTIC foram desenvolvidos nos vários territórios; foi elaborada uma memória final comparativa da evolução da penetração das NTIC (endereço); efectuaram-se sete seminários regionais, e leccionaram-se 249 cursos (estavam previstos 129) em 81 locais; organizaram-se oito reuniões do Comité Director do Projecto.

No que respeita a **indicadores de resultado**, foram publicados

documentos dos estudos de penetração das NTIC; construiu-se uma página WEB; instalaram-se postos de acesso de Internet e realizaram-se informações de execução.

Sobre **indicadores de impacto** diremos que, 3 600 pessoas frequentaram acções de formação sobre as NTIC, sendo 67% mulheres; o público assistente aos Seminários regionais superou os 500 indivíduos.

Analisando o trabalho desenvolvido, acreditamos que se impõe uma maior formação/informação, neste âmbito. O interesse pelas NTIC cresceu, mas não foi possível conquistar todos para as vantagens que o conhecimento das novas tecnologias pode oferecer.

Na verdade, sabemos-lo, há sempre resistência à mudança. Em zonas onde o envelhecimento da população é marca, o desinteresse pelo novo mundo tecnológico, acentua-se. Ninguém pode aderir ao que desconhece. Todavia, a fixação/manutenção da população em espaços, como os que referimos, tem uma dimensão que supera tudo quanto temos vindo a referir.

Em termos patrimoniais importa defender a identidade dos lugares, face à disseminação de não-lugares na sociedade actual. Acreditamos que as NTIC têm, aqui, um papel relevante a desempenhar.

Conquistada uma percentagem de população para as tecnologias, é relevante oferecer uma formação continuada, para reforçar/demonstrar como as potencialidades que individual e colectivamente se podem enriquecer, a partir destes novos meios de comunicação. As horas de formação foram, obviamente, insuficientes, mas alteraram, ainda assim, como mostraram os resultados, alguns aspectos.

Deste modo, não considerando as NTIC, com capacidade para o deslaçar em absoluto o nó górdio que estrangula o mundo rural, também acreditamos que, sem a sua implementação, continuaremos a assistir a uma desertificação progressiva do interior.

In memoriam de um território que ajudou a definir o país que somos, urge um *fiat lux* que impeça uma crescente e perigosa inclinação para o litoral.

Bibliografia

Boyer, Robert, Castells, Manuel, Esping-Andersen, Gosta, Lindley, Robert, Soete, Luc e Rodrigues, Maria João (coord). *Para uma Europa da Inovação e do Conhecimento*. Oeiras: Celta Editora.

Castells, M. (2002). *La Sociedad Red en Catalunya*, IN3 - UOC.

(2002) *A Era da Informação. Economia, Sociedade e Cultura*, Vol.1 – A Sociedade em Rede. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

(2003) *A Era da Informação. Economia, Sociedade e Cultura*, Vol 3 – Fim de Milénio. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

(2004)(ed) *The Network Society: A Cross-Cultueal Perspective*. Londres: Edward Elgar.

Cardoso, Gustavo; Firmino da Costa, António; Palma Conceição, Cristina; Gomes, Maria do Carmo (2005) *A Sociedade em Rede em Portugal*. Porto: Campo das Letras.

Esping-Andersen (2000) Um Estado-Providência para o Século XXI. Sociedades em envelhecimento, economias baseadas no conhecimento e sustentabilidade dos Estados-providência europeus in Robert Boyer, Manuel Castells, Gosta Esping-Andersen, Robert Lindley, Luc Soete e Maria João Rodrigues (coord). *Para uma Europa da Inovação e do Conhecimento*. Oeiras: Celta Editora.

INE (1992) *Censos 1991. Resultados Definitivos*. Lisboa: Autor.

INE (1996) *Indicadores Urbanos do Continente*: Autor.

INE (2001) *Sociedade da Informação e do Conhecimento*: Autor.

INE (2002) *Censos 2001. Resultados Definitivos*. Lisboa: Autor.

INE (2003) *Sociedade da Informação e do Conhecimento*: Autor.

INE (2004) *Sociedade da Informação e do Conhecimento*: Autor.

INE (2005) *Sociedade da Informação e do Conhecimento*: Autor.

Lindley, R. M. (2000) Economias baseadas no conhecimento. O debate europeu sobre emprego num novo contexto in Robert Boyer, Manuel Castells, Gosta Esping-Andersen, Robert Lindley, Luc Soete e Maria João Rodrigues (coord). *Para uma Europa da Inovação e do Conhecimento*. Oeiras: Celta Editora.

Mitchell, William J. (2003) *Me++: The Cyborg Self and the networked city*. Cambridge. MIT Press.

Precisa Research (2003) *Dotação e uso das TIC no Concelho de Castelo Branco*. Relatório 2003. Espaços de Excelência Transfronteiriço (E.E.T.) co-financiado pela U.E.. Iniciativa Comunitária Interreg III A. Espanha – Portugal.

UMIC (2003) *Portugal em Acção - Iniciativa Nacional para a Banda Larga* retirado de <http://www.unic.pcm.gov.pt> a 14 de Fevereiro de 2004.

UMIC (2004/2005) *Guia dos Pontos de Acesso à Internet em Portugal*. Lisboa: Autor.

XVII Governo Constitucional (2005) *Plano Tecnológico – Uma estratégia de crescimento com base no Conhecimento, Tecnologia e Inovação*. Documento de Apresentação retirado de www.publico.clx.pt/docs/politica/planoTecnologico.pdf a 26 de Abril de 2005.

Anexo I

*Notícias da 2ª Conferência de
Imprensa*

Novas tecnologias sem sucesso no interior rural

Porto de 80 por cento dos inquiridos em Castelo Branco, Vila Velha de Ródão e Idanha revelam total desinteresse pela informática

MIRIAM MOURA

Os habitantes das freguesias rurais de Castelo Branco, Vila Velha de Ródão e Idanha revelam "um desinteresse absoluto pela utilização das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC)". Esta é a conclusão de um estudo de diagnóstico realizado entre 25 e 26 de Janeiro de 2004 pelo Centro de Estudos de Desenvolvimento Regional (CER) da Universidade Politécnica de Castelo Branco.



A implementação de cursos de formação em TIC em aldeias rurais de Castelo Branco.

O objectivo deste inquérito, elaborado no âmbito do projecto Ruraltech, é Rede Europeia de Promoção das Novas Tecnologias em Espaço Rural (I+D+D) e a investigação a parcerias TIC em freguesias rurais com menos de 2500 habitantes.

Das 282 entrevistas por telefone - uma amostra de um universo de 32 211 residentes com 15 ou mais anos - a maioria (79,9 por cento) não possui computador, 80,5 por cento não tem qualquer conhecimento de informática e apenas uma recetiva por cento utiliza o computador.

Considera-se a formação de informática, do Microsoft, do Excel, do Word, do PowerPoint, do Internet e do e-mail, com cursos de 15 horas, a ser oferecida nos próximos meses em aldeias rurais com menos de 2500 habitantes.

O estudo revela que a maioria dos inquiridos não possui computador e não tem qualquer conhecimento de informática. Apenas uma recetiva por cento utiliza o computador.

P&R

O que é o Ruraltech?

O projecto Ruraltech - Rede Europeia de Promoção das Novas Tecnologias em Espaço Rural, apoiado pelo Centro de Estudos de Desenvolvimento Regional (CER) da Universidade Politécnica de Castelo Branco, tem como objectivo a implementação de cursos de formação em TIC em aldeias rurais com menos de 2500 habitantes. O projecto é financiado pelo Centro de Estudos de Desenvolvimento Regional (CER) da Universidade Politécnica de Castelo Branco, com o apoio da Rede Europeia de Promoção das Novas Tecnologias em Espaço Rural (I+D+D).

Ruraltech apresenta estudo

Aldeias ainda estão longe da informatização



O desenvolvimento do projecto Ruraltech que há muito caminha para percorrer aldeias rurais.

O projecto Ruraltech acaba de apresentar um estudo sobre a utilização das tecnologias de informação nos meios rurais. Os resultados revelam que ainda há um longo trabalho a fazer para que as aldeias e vilas do distrito se tornem mais digitais.

De acordo com os dados apresentados, 79,9 por cento dos entrevistados não tem computador pessoal e 80,5 por cento não possui qualquer conhecimento de informática. O estudo também revelou que apenas uma recetiva por cento utiliza o computador e que a maioria dos inquiridos não possui qualquer conhecimento de informática.

O estudo revela que a maioria dos inquiridos não possui computador e não tem qualquer conhecimento de informática. Apenas uma recetiva por cento utiliza o computador.

Formação

Balço positivo

O projecto Ruraltech tem um balanço positivo. Apesar de a maioria dos inquiridos não possuir computador e não ter conhecimentos de informática, o estudo revelou que há um interesse crescente por parte da população rural em adquirir estas competências.

Público, 25 Jan 2005

Reconquista, 28 Jan 2005

ESTUDO DO POLITÉCNICO REVELA

Maioria da população das freguesias rurais não tem computador

A MAIORIA da população das freguesias rurais nos concelhos de Castelo Branco, Idanha e Vila Velha de Ródão (79,9 por cento) não tem computador e não possui quaisquer conhecimentos de informática (80,5%).

A conclusão foi retirada de um estudo de diagnóstico realizado no âmbito do projecto Ruraltech, Rede Europeia para a Promoção das Tecnologias em Espaço Rural (I+D+D), que está a ser promovido pelo Cen-

FICHA

Sem computador

80,5% dos inquiridos não possuem computador pessoal.

Internet

Apenas 1,1% dos inquiridos possui conhecimentos de informática.

Cursos

A maioria dos inquiridos não possui qualquer conhecimento de informática.

tro de Estudos e Desenvolvimento Regional (CER) do Politécnico de Castelo Branco, com o intuito de averiguar a penetração das Tecnologias da Informação e da Comunicação nas freguesias rurais com menos de 2500 habitantes.

Promover a procura e a oferta das TIC em aldeias rurais com menos de 2500 habitantes, com a realização de um diagnóstico da situação, através de uma amostra estatística por concelho, com um universo de 342 entrevistas telefónicas validadas. Segundo Ana Paula Castelo e Ana Garcia, coordenadoras do projecto, "há um desinteresse pelas TIC em espaços demograficamente empobrecidos", existindo algumas freguesias onde "não há pessoas suficientes para a formação", embora já tenham frequentado o curso cerca de 80 pessoas.

Jornal do Fundão, 28 Jan 2005

Anexo II

*Notícias da 3ª Conferência de
Imprensa*

PROJECTO RURALTECH FORMOU 244 PESSOAS DE FREGUESIAS DA REGIÃO

Noções básicas de informática chegam às populações rurais

O Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional do Instituto Politécnico de Castelo Branco, foi o representante nacional do projecto europeu, implementado também em Espanha, França, Reino Unido e Irlanda

Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCBr), iniciada em Março de 2003 e concluída em Dezembro de 2005.

O objectivo do projecto europeu (para além de Portugal) o Ruraltech foi implementado em Espanha, França, Reino Unido e Irlanda foi "fazer com que as novas tecnologias não apenas não fossem um obstáculo ao desenvolvimento, mas também uma ferramenta de comunicação e de informação essencial na ordem do dia", disse a coordenadora do projecto, Paula Castela.

Daniel Sousa e Silva
244 pessoas de 20 freguesias rurais dos concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão beneficiaram de formação na utilização de computadores e técnicas de informação e comunicação graças ao projecto Ruraltech - Rede Europeia de Promoção das Novas Tecnologias em Territórios Rurais, uma iniciativa do Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional (CEDER) do Ins-

tituto Politécnico de Castelo Branco (IPCBr), iniciada em Março de 2003 e concluída em Dezembro de 2005.

O objectivo do projecto europeu (para além de Portugal) o Ruraltech foi implementado em Espanha, França, Reino Unido e Irlanda foi "fazer com que as novas tecnologias não apenas não fossem um obstáculo ao desenvolvimento, mas também uma ferramenta de comunicação e de informação essencial na ordem do dia", disse a coordenadora do projecto, Paula Castela.



Paula Castela, coordenadora do Ruraltech, apresentando a realidade local do projecto.

dos formadores e de alunos, houve participação entre os 16 e os 82 anos", destaca a coordenadora.

PROJECTO "ABRACADO COM ENTUSIASMO"

Na sua intervenção, o director do Ceder, Luís Pinto de Andrade, disse que o IPCBr "abracado com entusiasmo" o projecto Ruraltech, mobilizando todos os recursos técnicos e científicos da instituição de ensino superior, uma vez que "as TIC desempenham um papel fun-

damental no desenvolvimento de uma economia mundial digital, com um novo modelo de governação directamente acessível aos cidadãos".

Para além da formação, resultaram do Ruraltech a elaboração de manuais adequados ao público-alvo, produção de um site na Internet, estando no pólo a publicação de um livro "sobre a importância do projecto e recomendações para o futuro", adianta Paula Castela.

Em que consistiu a formação?

- A formação abrangeu quatro vectores: breve introdução ao mundo da informática, contacto com a Internet, apresentação de motores de busca; navegação na Web com buscas em sites de interesse dos formandos e sites institucionais (como por exemplo, o do Ministério das Finanças) e ainda a troca de mensagens através de correio electrónico. "Foi com extremo agrado que muitos dos formandos puderam, pela primeira vez, mandar um e-mail para os seus filhos ou netos", recorda Paula Castela, que também participou nas acções de formação.

Inquérito realizado em Agosto de 2005 Estudo comprova sucesso do Ruraltech

De forma a tentar perceber a influência do Ruraltech, foi realizado um estudo em Agosto de 2005, consistindo num inquérito a 340 indivíduos de freguesias rurais da região, sobre as perceções, entre outras coisas, se a utilização da internet, possessão computador pessoal e se já tinha recebido formação na área das TIC. Segundo Paula Castela, o estudo diz que, na fase entre os 25 e 34 anos, 80,3 por cento dos inquiridos são utilizadores de computadores. "Quase acidental que a nível da influência do projecto", refere.

Paula Castela aponta principais necessidades da realidade rural "Há muito por fazer" para o desenvolvimento das TIC

Ao longo da realização do Ruraltech, os seus responsáveis aperceberam-se que, na área das TIC, "há muito por fazer" na região. Paula Castela refere a falta de infra-estruturas adequadas como um dos factores. "As linhas de banda larga demoram a chegar ao mundo rural e os custos são elevados".

A continuidade de formação específica é outra necessidade apontada, sendo "preciso formar pessoas para a produção de sites e produtos multimédia específicos da realidade rural", considera a coordenadora do Ruraltech. Paula Castela refere ainda a inclusão de conteúdos que envol-

tem a necessidade de deslocar a centros de decisão (Segurança Social, Cartórios, centros de saúde, entre outros) como "uma prioridade". A "instalação de mentalidades" e o último factor citado pela coordenadora "para a implementação das TIC em meios rurais.

Diário XXI, 1 Fev. 2006

RURALTECH EM BALANÇO FINAL

As TIC no mundo rural

O Projecto Ruraltech alcançou os objectivos a que se propôs. Levou as novas tecnologias de informação aos espaços rurais e abriu novas perspectivas de conhecimento às populações destes locais. Os estudos efectuados demonstram isso, mas revelam que seria interessante criar um novo projecto semelhante. Durante os dois anos de funcionamento, o Projecto Ruraltech (financiado pelo Interreg III), promovido pela Caixa Cantábrica, de Espanha, e que teve parceiros de Portugal (Instituto Politécnico de Castelo Branco, através do Ceder), Espanha, França, Irlanda e Reino Unido, conseguiu alcançar alguns dos seus objectivos.

O balanço final do Ruraltech foi apresentado pelos seus responsáveis, Ana Paula Castela (coordenadora) e Luís Pinto de Andrade (director do Ceder) e revelou que apesar de ainda haver muito a fazer nesta área, foram conseguidas pequenas vitórias. Para o director do Ceder "este projecto mobilizou recursos técnicos e científicos do Instituto Politécnico e assentou na ideia de que as tecnologias de informação e de comunicação desempenham um papel fundamental no desenvolvimento de uma economia mundial digital, de um novo modelo de



governança directamente acessível aos cidadãos e promovendo a sua participação, no acesso de acesso ao saber".

De acordo com a coordenadora do projecto "foram deservelvidas 21 acções de formação nas freguesias dos concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão, às quais envolveram 244 formandos. "Desse número, 136 eram mulheres", explica Paula Castela, enquanto

estrange que a "faixa etária dos formandos variou entre os 16 e os 81 anos".

Além da vertente formativa, o projecto envolveu ainda a realização de dois estudos, conferências de imprensa, seminários e acções de divulgação. Ana Paula Castela recorda, que no caso da formação, apesar das dificuldades, houve um forte empenho por parte de algumas freguesias. Os estudos realizados pelo Ruraltech demonstram que houve melhorias com a realização das acções deservelvidas. "Registamos um aumento de 11,7 por cento dos utilizadores habituais da Internet para 21,6 por cento, sendo que desses 68,3 por cento são mulheres", acorda. "Além disso, o número de pessoas que se ligaram à Internet através de ADSL também aumentou com o desenvolvimento".

Ainda assim, Ana Paula Castela lembra que ainda há muito para fazer, sobretudo ao nível das "infra-estruturas, formação, produção e mudança de mentalidade". No caso das infra-estruturas verifica-se que as linhas de banda larga demoram muito tempo a chegar ao mundo rural e que os custos são demasiado altos, pelo que geram situações de marginalidade".

Ensino Magazine, Fev. 2006

PROJECTO RURALTECH COM AVALIAÇÃO FINAL

Novas tecnologias chegam melhor às populações rurais

As localidades estudadas "mantêm um claro isolamento no que respeita às redes de comunicação"



Resultados foram revelados em conferência de imprensa

O Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCBr), através do Centro de Estudos e Desenvolvimento Social (CEDDES) e em colaboração com várias instituições europeias, nomeadamente de Espanha, França, Irlanda e Reino Unido, desenvolveu no âmbito do programa Interreg II B Espaço Alentejo, o projecto Ruraltech, apresentando resultados do abastecimento

de serviços de telecomunicações. Neste estudo, realizado mediaticamente entre 1 de Agosto do ano passado, a mostra foi constituída por 342 indivíduos, com a excepção de cerca de cinco por cento e o nível de alfabetização de 95 por cento. Por outro lado, a amostra foi estratificada por idade rural, sendo com o método rural as respostas que

do o segundo estudo com o primeiro "encontra-se que o primeiro estudo para a área de situação da rede de telecomunicações". Uma das propostas que no primeiro estudo os maiores utilizadores de computadores tinham entre os 16 e os 25 anos e os mais recente essa faixa etária passou a ter dos 25 aos 64 anos. O segundo estudo, passou-se de 10,7 por cento

de 7,0 para 12. Cresceu, no entanto também o número de utilizadores de computadores que se refere à mudança de mentalidades. No entanto, da análise estatística do estudo que "as Escolas locais largamente não se abrigam no mundo rural, havendo uma deficiente cobertura da banda larga

Gazeta, 1 Fev.2006

Programa Ruraltech alcança objectivos

Internet no espaço rural

O Projecto Ruraltech alcançou os objectivos a que se propôs. Levou as novas tecnologias de informação aos espaços rurais e abriu novas perspectivas de conhecimento às populações desses locais. Os estudos efectuados demonstram isso, mas revelam que seria interessante criar um novo projecto semelhante.



O Projecto Ruraltech leva as tecnologias de informação às freguesias rurais da região

durante os dois anos de funcionamento, o Projecto Ruraltech (financiado pelo Interreg III), promovido pela Caja Cantabria, de Espanha, e que teve parceiros de Portugal (Instituto Politécnico de Castelo Branco, através do Coder), Espanha, França, Irlanda e Reino Unido, conseguiu alcançar alguns dos seus objectivos. Pelo menos diminuiu as assimetrias entre as zonas rurais e as urbanas no que respeita à utilização das novas tecnologias de infor-

mação. O balanço final do Ruraltech foi apresentado pelos seus responsáveis, Ana Paula Castelo (coordenadora) e Luis Pinheiro de Andrade (director do Coder) e revelam que apesar de ainda haver muito a fazer nesta área, foram conseguidas pequenas vitórias. Para o director do Coder "este projecto mobilizou recursos técnicos e científicos do Instituto Politécnico e assentou na ideia de que as tecnologias de informação e da comunicação desempenharam um

volumoso de uma economia mundial digital, de um novo modelo de governação directamente acessível aos cidadãos e promovendo a sua participação, no acesso de todos ao saber". De acordo com a coordenadora do projecto, foram desenvolvidas 21 acções de formação nas freguesias dos concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão, as quais envolveram 244 formandos. "Desse número, 136 eram mulheres", explica Paula Castelo,

"faixa etária dos formandos varia entre os 16 e os 81 anos". Além da vertente formativa, o projecto envolveu ainda a realização de dois estudos conclusivos. Além da vertente formativa, o projecto envolveu ainda a realização de dois estudos conclusivos. Além da vertente formativa, o projecto envolveu ainda a realização de dois estudos conclusivos.

mação. O balanço final do Ruraltech foi apresentado pelos seus responsáveis, Ana Paula Castelo (coordenadora) e Luis Pinheiro de Andrade (director do Coder) e revelam que apesar de ainda haver muito a fazer nesta área, foram conseguidas pequenas vitórias. Para o director do Coder "este projecto mobilizou recursos técnicos e científicos do Instituto Politécnico e assentou na ideia de que as tecnologias de informação e da comunicação desempenharam um

mação. O balanço final do Ruraltech foi apresentado pelos seus responsáveis, Ana Paula Castelo (coordenadora) e Luis Pinheiro de Andrade (director do Coder) e revelam que apesar de ainda haver muito a fazer nesta área, foram conseguidas pequenas vitórias. Para o director do Coder "este projecto mobilizou recursos técnicos e científicos do Instituto Politécnico e assentou na ideia de que as tecnologias de informação e da comunicação desempenharam um

mação. O balanço final do Ruraltech foi apresentado pelos seus responsáveis, Ana Paula Castelo (coordenadora) e Luis Pinheiro de Andrade (director do Coder) e revelam que apesar de ainda haver muito a fazer nesta área, foram conseguidas pequenas vitórias. Para o director do Coder "este projecto mobilizou recursos técnicos e científicos do Instituto Politécnico e assentou na ideia de que as tecnologias de informação e da comunicação desempenharam um

mação. O balanço final do Ruraltech foi apresentado pelos seus responsáveis, Ana Paula Castelo (coordenadora) e Luis Pinheiro de Andrade (director do Coder) e revelam que apesar de ainda haver muito a fazer nesta área, foram conseguidas pequenas vitórias. Para o director do Coder "este projecto mobilizou recursos técnicos e científicos do Instituto Politécnico e assentou na ideia de que as tecnologias de informação e da comunicação desempenharam um

Reconquista, 3 Fev

Anexo III

*Um dos manuais utilizados
na formação*



Introdução à Internet

ÍNDICE

| | |
|--|-------|
| 1 - INTRODUÇÃO | IV |
| 1.1.- A Origem da Internet | IV |
| 1.2.- Internet e a WWW | V |
| 2 - REDES DE COMPUTADORES | VI |
| 3 - FUNCIONAMENTO DA INTERNET | VII |
| 3.1.- Sistema cliente/servidor | VII |
| 3.2.- HOSTS | VIII |
| 3.3.- Direcções IP e Nomes de Domínio | VIII |
| 3.4.- Como se transmite a informação na Internet | XI |
| 3.5.- Ligação à Rede | XII |
| 4 - SERVIÇOS DA INTERNET | XIII |
| 5 - WORLD WIDE WEB | XV |
| 5.1.- Arquitectura da World Wide Web | XVI |
| 5.2.- URL | XVII |
| 5.2.1.- Estrutura dos identificadores URL | XVIII |
| 6 - NAVEGADORES WEB: Explorer | XIX |
| 6.1.- Primeiros passos com o Explorer | XIX |
| 6.1.1.- Barra de título de aplicação | XX |
| 6.1.2.- Barra de menus | XX |
| 6.1.3.- Barra de ferramentas | XX |
| 6.1.4.- Janela endereço URL | XXI |
| 6.1.5.- Barra de estado | XXI |

| | |
|---|--------------|
| 6.1.6.- Hiperligações | XXII |
| 6.2.- Funções da Barra de Menus | XXII |
| 6.2.1.- Menu Ficheiro | XXIII |
| 6.2.2.- Menu Editar | XXIII |
| 6.2.3.- Menu Ver | XXIII |
| 6.2.4.- Menu Favoritos | XXIV |
| 6.2.5.- Menu Ferramentas | XXIV |
| 6.2.6.- Menu Ajuda | XXIV |
| 6.3.- Configurar a Página de Início | XXIV |
| 6.4.- Adicionar aos Favoritos | XXV |
| 6.5.- Organização dos Favoritos | XXVII |
| 6.6.- Impressão de uma página Web | XXVIII |
| 6.7.- Guardar uma página Web | XXVIII |
| 6.8.- Guardar imagens | XXIX |
| 6.9.- Descarga de ficheiros da Internet | XXX |
| | |
| 7- ENDEREÇOS DE INTERESSE | XXXII |

1. INTRODUÇÃO

1.1.- A Origem da Internet

A origem da Internet radica numa antiga rede de comunicações criada pelo Ministério da Defesa dos Estados Unidos através da Agência de Projectos Avançados de Investigação: a ARPANET que entrou em funcionamento em 1969.

Evidentemente, esta rede era, absolutamente, privada à qual ninguém podia aceder livremente.

Entre a década de 70 e 80, a tecnologia utilizada na ARPANET tornou-se, progressivamente, pública. Organismos de outros países começaram a desenvolver as suas próprias redes de comunicações.

No início dos anos 80, a rede ARPANET dividiu-se em duas vertentes, a ARPANET e a MILNET, uma rede que se integrou na Rede de Dados da Defesa dos Estados Unidos.

Os administradores de ARPANET procuraram, desde então, que a rede continuasse a ser privada, criando acessos restritos e permitindo alguns *gateways* ou passagens a outras redes (como por exemplo, CSNet) pelo seu interesse científico ou tecnológico.

Uma das redes que se utilizou como apoio à ARPANET, e que acabaria por ser a coluna vertebral da Internet, foi a NSFNET, a rede da National Science Foundation.

Todavia, em 1990 a ARPANET deixou de existir como tal. Em 1991, aparece a Comercial Internet eXchange Association, Inc., uma associação de organismos e empresas que tinha como função a administração do que foi ARPANET.

Em 1992 apareceu a Internet Society, organismo que rege hoje em dia a rede das redes. Nesse mesmo ano, o Centro Europeu da Investigação Nuclear (CERN), uma das instituições que mais trabalhou para que Internet

fosse como é hoje, pôs em marcha a World Wide Web (WWW). Este foi o passo que deu azo ao grande *boom* da Internet, apoiado por todo o tipo de empresas e instituições que começaram a ver claro um novo horizonte. Assim, a rede que até então havia tido um conteúdo quase estritamente didáctico e científico, começou a comercializar-se, e a converter-se num meio universal de divulgação de informação.

1.2.- Internet e a WWW

Até há bem pouco tempo, a comunicação entre computadores estava limitada aos sistemas de texto e a ecrãs de terminal muito pouco atractivos.

Os computadores enviavam e recebiam cadeias de texto; podiam enviar letras e números.

A WWW é capaz de transmitir informação mas, também, um ambiente gráfico acessível a qualquer usuário que facilita a consulta dos dados.

A WWW não é na realidade uma rede, mas um conjunto de programas e convenções que facilitam o trânsito pelas redes que funcionam como Internet.

A grande vantagem que apresenta a WWW são as hiperligações que fazem com que a navegação e a procura de informação se converta num jogo de crianças. Quando se visualiza um documento WWW, o texto que aparece no ecrã contém palavras de outra cor e para fazer sobressair as palavras chave. Estas palavras estão associadas a outro documento da rede através de um URL (Uniform Resource Locator). Este URL é o nome único e irrepitível desse documento, e é formado pelo nome do servidor em que se encontra, o directório no servidor e o nome do documento em si. O usuário que recebe um documento WWW deve utilizar um programa cliente chamado navegador ou explorador. Este programa é capaz de ler as etiquetas que contêm os documentos, e converter essa informação no formato gráfico.

Por outro lado, para manter a ordem na rede, é necessário que cada computador esteja correctamente identificado. Os nomes que recebe cada equipa dependem de um organismo chamado IANA (Internet Assigned Numbers Authority). Denomina-se assim porque os nomes são na realidade conjuntos de quatro grupos, como por exemplo 197.245.76.32.

Um nome assim não resulta demasiado descritivo para os usuários, e por esta razão existem também nomes mais compreensíveis que utilizam combinações de letras. Estas palavras separadas por pontos correspondem a domínios, ou seja, zonas físicas da rede. Genericamente, cada país tem um domínio principal definido (o de Portugal é “pt”); há outros domínios principais definidos (org - organizações e associações; net - recursos da rede; gov - governos; com - empresas comerciais, etc.).

2. REDES DE COMPUTADORES

A forma que mais se utilizava para partilhar a informação entre computadores, há alguns anos, era gravar os ficheiros em disquetes. Estas podiam ler-se mais tarde, em qualquer outro computador. Desta maneira, um documento que uma pessoa criava no seu computador podia ser retirado por uma impressora ou corrigido a partir de outro computador.

Deu-se um passo em frente, quando apareceram as primeiras redes de computadores. Muitos computadores podiam transferir informação entre eles. Isto agilizava consideravelmente o trabalho entre escritórios ou entre centros de investigação.

Hoje em dia, todas as grandes empresas têm os computadores ligados em Rede. Desta forma uma sucursal em Lisboa pode aceder aos dados da sucursal do Porto, por exemplo.

As Caixas automáticas consultam a informação de uma conta bancária através de uma Rede de computadores que une todas as Caixas do país.

Há dois tipos de redes:

- **Redes Locais (LAN: Local Area Network):** São redes que unem computadores próximos, na mesma casa ou edifício. Caracterizam-se pela rapidez na transferência de dados e são relativamente fáceis de instalar.
- **Redes de Área Ampla (WAN: Wide Area Network):** São cabos de comunicações que unem redes locais separadas por grandes distâncias. São mais lentas que as Redes Locais, e só podem ser instaladas por empresas especializadas em Telecomunicações.

Para que um computador se conecte a uma Rede Local necessita de um “Cartão de Rede”. Serve para enviar e receber a informação entre o computador e a Rede. O cartão é um circuito electrónico do tamanho de um livro pequeno que está introduzido na caixa do computador. Um cabo de Rede conectou-se ao cartão para unir, fisicamente, a Rede e o computador.

3. FUNCIONAMENTO DA INTERNET

A Internet responde a uma arquitectura *cliente-servidor*. Isto não quer dizer que seja uma relação unicamente entre computadores. No momento em que utilizamos algum dos serviços que a Internet oferece, põe-se em funcionamento uma complicada trama de aplicações e máquinas que tornam possível esse funcionamento correcto.

3.1.- Sistema cliente/servidor

Uma das principais funções da rede é partilhar recursos. Geralmente esta partilha operacionaliza-se com programas distintos, executando-se em máquinas diferentes. Um dos programas, denominado **servidor**, proporciona um recurso em particular e o outro programa, chamado **cliente**,

utiliza-o. É habitual empregar o termo servidor para referir-se ao próprio computador que executa o programa servidor, e o mesmo com a palavra cliente.

O positivo deste sistema é que os programas cliente e servidor não devem executar-se obrigatoriamente na mesma máquina. Todos os serviços da Internet usam esta relação cliente/servidor. Aprender a navegar na Internet significa aprender a usar cada um dos programas clientes disponíveis. Por esta razão, para utilizar um serviço Internet há que entender:

1. Como executar um programa cliente para esse serviço.
2. Como dizer ao programa cliente que servidor se quer utilizar.
3. Que instruções se podem utilizar com cada tipo de cliente.

3.2.- HOSTS

A palavra **host** é um termo muito utilizado em informática, sobretudo em relação às redes de computadores. Em Internet chama-se **host** a qualquer computador conectado à rede.

3.3.- Direcções IP e Nomes de Domínio

Cada computador que se liga à Internet identifica-se por meio de uma **direcção IP**. Esta compõe-se de uma série de quatro grupos, com números compreendidos entre o 0 e o 255, ambos inclusive, e separados por pontos.

Assim, por exemplo uma direcção IP poderia ser: **155.210.13.45**.

Não é permitido que coexistam na Rede dois computadores distintos com a mesma direcção. Cada número da direcção IP indica uma sub-rede de Internet.

No exemplo anterior, o primeiro grupo de números, 155, indica a sub-

rede do primeiro nível onde se encontra o nosso computador. Dentro desta sub-rede pode haver até 256 “sub-subredes”. Neste caso, o nosso computador estaria na “sub-sub-rede” 210. Assim, sucessivamente, até ao terceiro nível. O quarto nível não representa uma sub-rede, mas indica um computador concreto.

Resumindo, os três primeiros números indicam a rede a que pertence o nosso computador, e o último serve para diferenciar o nosso computador dos outros que utilizem a mesma rede.

Esta distribuição hierárquica da Rede Internet, permite enviar e receber rapidamente pacotes de informação entre dois computadores conectados, em qualquer parte do Mundo, a Internet, e desde qualquer sub-rede a que pertençam.

Um usuário da Internet não necessita conhecer nenhuma destas direcções IP. Manejam-nas os computadores nas suas comunicações através do *Protocolo TCP/IP*¹ (*Protocolo de controlo de transmissão (TCP) e do Protocolo de Internet (IP)*) de forma invisível para o usuário. Todavia, necessitamos de nomear de alguma maneira os computadores da Internet, para poder eleger a qual pedir informação. Isto alcança-se através dos **Nomes de Domínio**.

Os nomes de domínio, são a tradução, para as pessoas, das direcções IP, as quais são úteis só para os computadores. Assim, por exemplo, **ipcb.pt** é um nome de domínio. Como se pode ver, os nomes de domínio são grafemoas separadas por pontos, em vez de números, no caso das direcções IP. Estes grafemas podem dar-nos a ideia do computador que estamos a referir.

Nem todos os computadores conectados à Internet têm um nome de domínio. Só costumam tê-lo os computadores que recebem numerosas solicitações de informação, ou seja, os computadores servidor. Ao contrário, os computadores cliente, os que consultam a Internet, não necessitam de um nome de domínio, visto que nenhum usuário da Rede vai pedir-lhes informação.

O número de palavras no nome de domínio não é fixo. Podem ser dois, três, quatro, etc. Normalmente são só dois. A última palavra do nome de domínio **representa em EE.UU.** que tipo de organização possui o computador a que nos referimos:

| | |
|-----|---|
| com | Empresas |
| edu | Instituições de carácter Educativo, maioritariamente, Universidades |
| org | Organizações não Governamentais |
| gov | Entidades do Governo |
| mil | Instalações Militares |

¹ Um protocolo é um conjunto de regras estabelecidas entre dois dispositivos para permitir a comunicação entre ambos.

No resto dos países que se uniram à Internet posteriormente, estabeleceu-se outra nomenclatura. A última palavra indica o país:

| | |
|----|------------------------------|
| Pt | Portugal |
| Fr | França |
| Uk | Reino Unido (United Kingdom) |
| It | Itália |
| Jp | Japão |
| Au | Austrália |
| Es | Espanha |
| Mx | México |

Recentemente aprovaram-se novos domínios, alguns dos quais são:

| | |
|--------|---------------------|
| Biz | Negócios (Business) |
| Name | Carácter pessoal |
| Coop | Cooperativas |
| museum | Museus |

Portanto, ao vermos a última palavra do nome de domínio, podemos averiguar onde está localizado o computador a que nos referimos.

Por meio do que se chama “**Servidores de Nomes de Domínio (DNS)**” a Internet é capaz de averiguar a direcção IP de um computador a partir do seu nome de domínio.

3.4.- Como se transmite a informação na Internet

Quando se transfere informação de um computador para outro (por exemplo um ficheiro), não se transmite de uma só vez, divide-se em pacotes pequenos. Desta forma a rede é monopolizada por um só usuário durante um intervalo de tempo. O usual é que pelos cabos da rede viajem pacotes de informação provenientes de diferentes computadores e com destinos também diferentes. Estes pacotes são formados pela informação real que se quer transmitir e outros dados, como as direcções do computador de saída e do destino.

As distintas partes da Internet estão conectadas por um conjunto de computadores chamados **routers**, cuja missão principal é redirigir os pacotes de informação que recebem pelo caminho adequado para que cheguem ao destino.

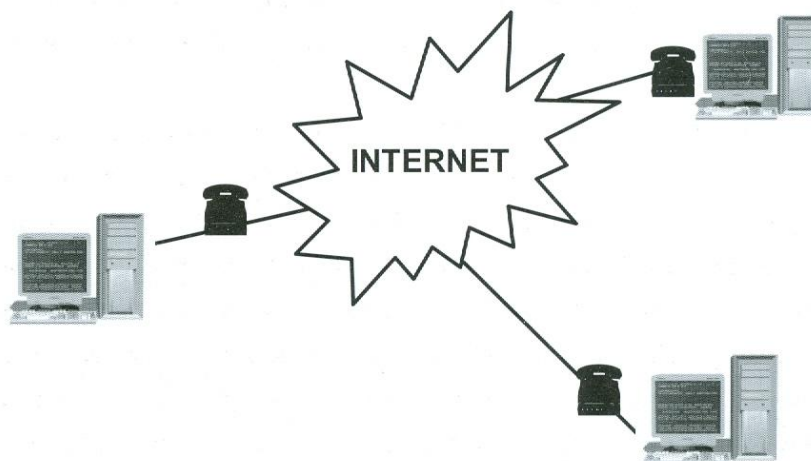
O protocolo IP (**Internet Protocol**) encarrega-se de etiquetar cada pacote de informação com a direcção IP apropriada. Todo programa ou aplicação da Internet necessita de conhecer o número IP do computador com o que quer comunicar-se. Já vimos que não é necessário que o usuário conheça este número IP, pois pode referir-se ao computador remoto pelo seu nome.

O outro ingrediente necessário para que dois computadores possam falar entre si é o protocolo TCP (**Transmission Control Protocol**). Encarrega-se de dividir a informação em pacotes de tamanho adequado, numerar estes pacotes para que possam voltar a unir-se na ordem correcta e adicionar

certa informação necessária para a transmissão e posterior descodificação do pacote, e para detectar possíveis erros de transmissão.

3.5. - *Ligação à Rede*

Os computadores domésticos acedem à Internet através da linha telefónica. Podemos aproveitar a linha que quase todos temos em casa. Normalmente, esta linha telefónica tem um conector na parede ao que se costuma ligar o telefone. Para poder ligar o nosso computador a este conector devemos dispor de um modem, que vem com um cabo de telefone. Este aparelho serve para que o computador possa comunicar, através do telefone, com outros computadores.



Para nos ligarmos à Internet necessitamos de quatro coisas: um computador, um modem, um programa que efectue a chamada telefónica, e um outro programa para navegar na Rede (a não ser que não desejemos navegar, mas simplesmente enviar um correio, por exemplo, em cujo caso necessitamos o programa cliente correspondente).

4. SERVIÇOS DA INTERNET

As possibilidades que a Internet oferece denominam-se **serviços**. Cada serviço é uma forma de tirar proveito da Rede. Uma pessoa poderia especializar-se na utilização de um só serviço sem necessidade de saber nada dos outros. Contudo, é conveniente conhecer tudo o que pode oferecer a Internet, para poder trabalhar com o que mais nos interessa.

Os serviços mais usados na Internet são: o **Correio Electrónico**, a **World Wide Web**, a **FTP**, os **Grupos de Notícias**, o **IRC** e os **Serviços de Telefone**.

• O **Correio Electrónico** permite-nos enviar mensagens escritas através do computador a outras pessoas que tenham acesso à Rede. São enviadas para o computador do destinatário. O correio electrónico é quase instantâneo, diferentemente do correio normal, e muito mais barato. Podemos corresponder-nos com qualquer pessoa do Mundo que disponha de ligação à Internet.

• A **World Wide Web**, ou **WWW** como se costuma abreviar, inventou-se em finais de anos 80, no CERN, o Laboratório de Física de Partículas, mais importante do Mundo, situado na Suíça. Trata-se de um sistema de distribuição de informação tipo revista. Na Rede ficam armazenadas o que denominamos como Páginas Web, que não são mais do que páginas de texto com gráficos ou fotos. Quem se conecta à Internet pode aceder às ditas páginas. Estas aparecem no ecrã do computador. Este sistema de visualização da informação revolucionou o desenvolvimento da Internet. A partir da invenção da WWW, muitas pessoas começaram a ligar-se à Rede a partir de suas casas, como forma de entretenimento.

A Internet recebeu um grande impulso, actualmente, quando falamos de Internet, referimo-nos, quase sempre à WWW.

• O **FTP (File Transfer Protocol)** permite enviar ficheiros de dados por Internet. Já não é necessário guardar a informação em disquetes para usá-la noutro computador. Com este serviço, muitas empresas informáticas

puderam enviar os seus produtos a pessoas de todo o mundo sem necessidade de gastar dinheiro em milhares de disquetes, nem em envios. Muitos particulares usam este serviço para, por exemplo, dar a conhecer as suas criações informáticas a nível mundial.

- Os **Grupos de Notícias** são o serviço mais apropriado para entabular o debate sobre temas técnicos. Baseia-se no serviço de Correio Electrónico. As mensagens que enviamos para os Grupos de Noticias tornam-se públicas e qualquer pessoa pode enviar-nos uma resposta. Este serviço é de grande utilidade para resolver dúvidas difíceis, cuja resposta só é conhecida por poucas pessoas no mundo.

- O serviço **IRC (Internet Relay Chat)** permite entabular uma conversa em tempo real com uma ou várias pessoas, por meio de texto. Tudo o que escrevemos no teclado aparece nos ecrãs dos que participam na conversa. Também permite o envio de imagens ou outro tipo de ficheiros.

- Os **Serviços de Telefone** são as últimas aplicações que apareceram para a Internet. Permitem estabelecer uma ligação pela voz, entre duas pessoas ligadas à Internet a partir de qualquer parte do mundo, sem ter de pagar o custo de uma chamada internacional. Alguns destes serviços incorporam voz e imagem. Denomina-se **Videoconferência**. A Internet dispõe de outros serviços menos usados, por terem ficado antiquados, ou melhor por terem aplicações mais técnicas. **Telnet** é um exemplo.

Com a **Telnet** podemos ter o controlo de um computador ligado à Rede, de maneira remota, ou seja, à distância. É de grande utilidade para trabalhar com grandes computadores em empresas ou instituições, em que muitos usuários acedem ao mesmo tempo a um computador central de grande potência.

5. WORLD WIDE WEB

O **Projecto World Wide Web** nasceu como resposta à necessidade que a comunidade científica internacional tinha de novos sistemas de distribuição da informação. Este foi um dos objectivos que se colocou a *Tim Berners-Lee*, (engenheiro britânico) quando em 1989, apresentou aos seus superiores do **CERN** a proposta original para o projecto World Wide Web. O CERN é o Laboratório Europeu de Física de Partículas, situado em Genebra.

O **WWW** (como também é denominado) pensou-se como um meio de distribuição da informação entre equipas de investigadores geograficamente dispersas, em concreto, para a comunidade de físicos de altas energias, vinculados ao CERN. Pretendia-se que os recursos disponíveis em formato electrónico, que residiam em computadores distintos conectados à rede, fossem acessíveis a cada investigador a partir do seu próprio terminal de forma clara e simples, sem necessidade de aprender vários programas distintos. Além de que deveria possibilitar-se o salto entre elementos de informação conexos. Todos os recursos existentes deveriam integrar-se numa rede hipertextual gerida por computadores.

As primeiras versões da WWW (para uso interno do CERN) estiveram prontas em 1991. Nesse ano também, o sistema abriu-se à Internet. Desde então, para aceder à World Wide Web não se necessita mais do que um terminal ligado à Internet

O sistema oferece, pois, hipertextos. As palavras sublinhadas e as imagens enquadradas são links que nos conduzem a outros nós. Para fazê-lo, basta situar a seta do rato sobre eles e clicar o botão. Recordamos que o servidor de informação de chegada pode ser outro hipertexto ou também um servidor não hipertextual integrado na rede: um servidor gopher, um grupo de news, uma procura numa base de dados *Wais*, etc.

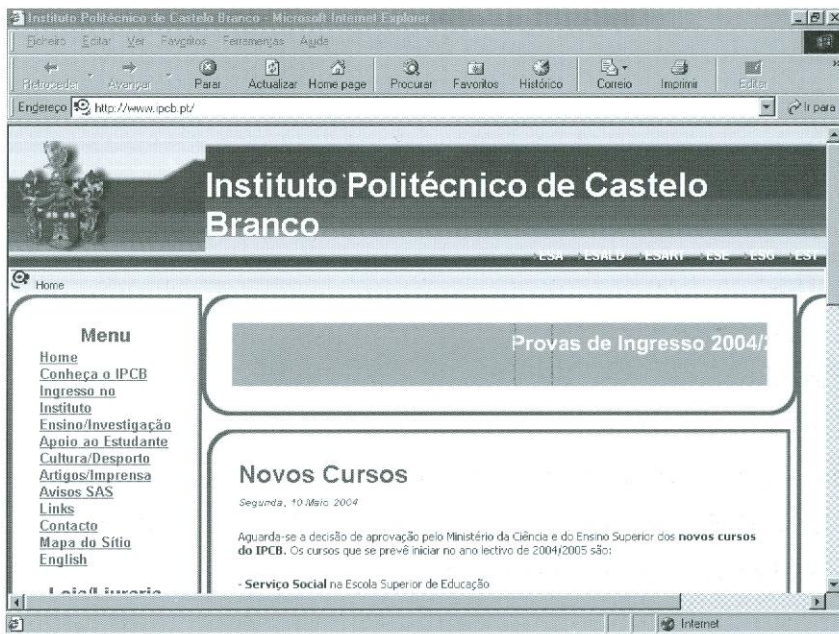
O êxito da World Wide Web (algo assim como “telearanha mundial”) foi espectacular. Na actualidade calcula-se que existem mais de 1.100 milhões de páginas Web.

5.1.- Arquitectura da World Wide Web

A WWW responde a um modelo “cliente-servidor”. Trata-se de um paradigma de divisão do trabalho informático no qual as tarefas se repartem entre um número de clientes que efectua petições de serviços de acordo com um protocolo, e um número de servidores que responde a estas petições. Na web os clientes pedem hipertextos aos servidores. Para desenvolver um sistema deste tipo foi necessário:

- Um novo protocolo que permite saltos hipertextuais, ou seja, de um nó de origem a outro de destino, que pode ser texto, imagem, som, animações, vídeo, etc. Este protocolo denomina-se **HTTP** (*HiperText Transfer Protocol*) e é a linguagem que falam os servidores.
- Inventar uma nova linguagem para representar hipertextos que incluisse informação sobre a estrutura e o formato de representação e, especialmente, indicasse a origem e destino dos saltos de hipertexto. Esta linguagem é o **HTML** (*HyperText Markup Language*).
- Idealizar uma forma de codificar as instruções para os saltos hipertextuais de um objecto para outro da Internet (algo vital dado o caos anterior).
- Desenvolver *aplicações cliente* para todo tipo de plataformas e resolver como se acede à informação que está armazenada, que esta esteja disponível através dos diversos protocolos (FTP, HTTP, WAIS...) e que representem, por sua vez, informação multiformato (texto, imagens, animações, etc.). Com este fim aparecem vários clientes, entre os que se destacam **NETSCAPE Navigator** e **Microsoft EXPLORER**.

A eficiência do HTTP possibilita a transmissão de objectos multimedia e a realização de saltos hipertextuais com grande rapidez. A figura seguinte mostra uma página web com a sua correspondente direcção HTTP.



5.2.- URL

Os URL (*Uniform Resource Locator*) são “localizadores” de endereços dentro da rede, que relacionam um serviço com um servidor. Constituem a ferramenta essencial da Web, já que permitem a localização e ligação com qualquer servidor e recurso de Internet.

Um exemplo de URL



5.2.1.- Estrutura dos identificadores URL

A estrutura de um URL típica é:

protocolo://direcção do servidor/rota de acesso

Nesta estrutura o “:// “ é o separador que distingue entre o protocolo e o endereço do servidor. O endereço do servidor pode ser tanto a Direcção IP, como o nome de domínio. Se a rota de acesso tem subdirectórios, estes devem estar separados com “/”.

Um exemplo pode ser **http://www.ipcb.pt/** que nos liga com a página principal (não há rota de acesso) do servidor de Web (pelo protocolo http) do ipcb (por **www.ipcb.pt**).

Como **protocolo** podemos utilizar os seguintes:

- **http**: Usa-se, quando procuramos uma página Web. Um exemplo pode ser:

`http://www.ipcb.pt`

Identifica a página Web do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

É muito importante respeitar tanto maiúsculas como minúsculas no URL, já que o nome exacto é imprescindível em muitos sistemas operativos.

- **mailto**: Para enviar uma mensagens privada ou e-mail. A estrutura é ligeiramente diferente já que devemos pôr a direcção do e-mail do destinatário no apartado direcção do servidor. Exemplos:

`mailto:ipcb@ipcb.pt`

Identifica a direcção de correio electrónico do IPCB.

- **ftp** : Para a transferência de ficheiros. A estrutura do URL varia dependendo de se acedemos de forma anónima ou não. Exemplo:

`ftp://ftp.microsoft.com`

6. NAVEGADORES WEB: Explorer

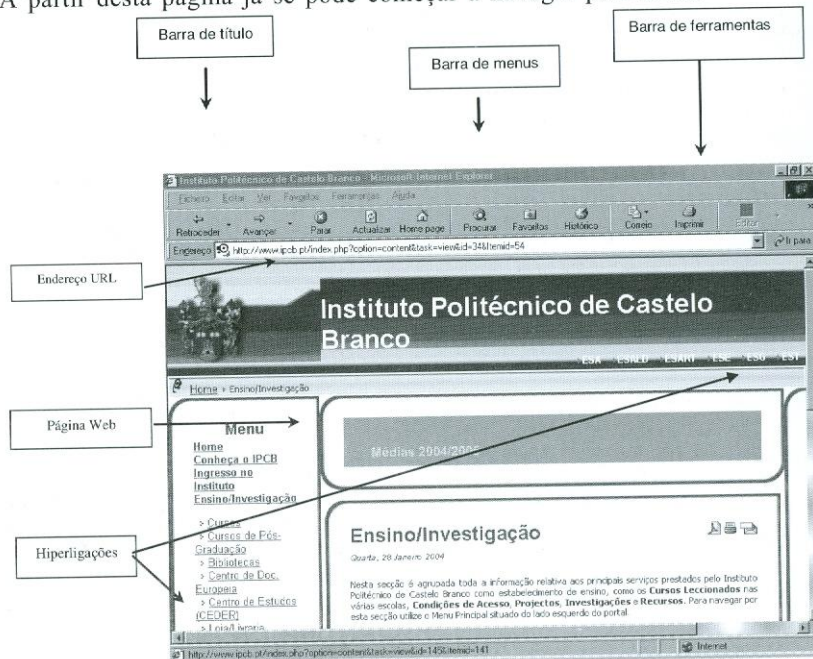
Vimos que para aceder a servidores *Web* (protocolo HTTP), era necessário dispor de programas cliente adequados. Estes programas denominam-se de *browsers* ou *navegadores*. Actualmente, os browsers mais utilizados são o EXPLORER e o NETSCAPE.

6.1.- Primeiros passos com o Explorer

Para iniciar a execução do Explorer basta fazer “duplo clic” sobre o seu ícone. Ao fim de alguns segundos aparecerá uma janela similar à seguinte.

Cada vez que se arranca o Explorer o programa busca automaticamente a página inicial que tem predeterminada. Isto ocorrerá sempre que comece a navegar.

A partir desta página já se pode começar a navegar pela Rede.



6.1.1.- Barra de título da aplicação

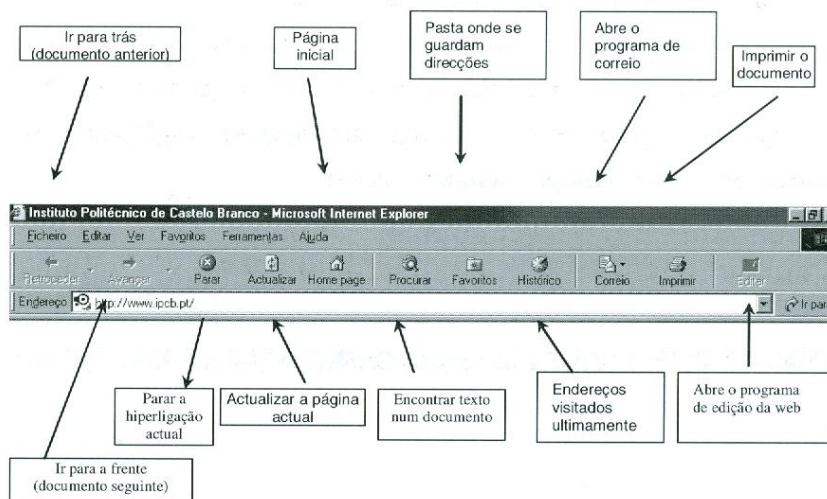
É análoga à que aparece em todas as aplicações do Windows. A sua particularidade reside no facto de mostrar o título do documento de hipertexto que se visualiza.

6.1.2.- Barra de menus

Também é própria das aplicações do Windows. Mais tarde veremos como funcionam algumas das distintas opções que nela aparecem.

6.1.3.- Barra de ferramentas

A barra de ferramentas permite fazer algumas das operações mais habituais de uma forma rápida e fácil (clicando com o rato). De seguida, descreve-se a função de cada um destes botões.



6.1.4.- Janela Endereço URL

Este elemento é um campo que indica o endereço URL da página web em que nos encontramos. Neste caso aparecerá a palavra Endereço à esquerda da janela.



No final deste campo aparece uma seta para baixo



Clicando sobre ela, aparecerá uma lista com os últimos endereços que visitámos, o que nos proporciona um modo rápido de aceder a eles sem ter de os recordar.

6.1.5.- Barra de estado

Com este nome agrupamos as três funções que falta definir:

- Informação sobre a segurança da página web.
- Informação sobre a página de ligação: quando o ponteiro do rato se situa sobre uma hiperligação, na barra de estado vê-se o URL correspondente. Servir-nos –à, sobretudo, para descobrir hiperligações que possam estar camufladas por imagens gráficas.
- Marcador sobre a página: é uma forma muito cómoda de saber que parte da página já recebemos.



6.1.6.- Hiperligações

Uma hiperligação, também chamada *link* ou *hyperlink*, é um lugar da página Web que permite *saltar* para outro lugar da dita página ou para outra página Web. Para isso há que simplesmente situar o rato sobre ela e fazer clic.

As hiperligações reconhecem-se porque, em muitas ocasiões, o ponteiro muda de forma, quando se passa sobre elas: passa da seta habitual a uma mão.

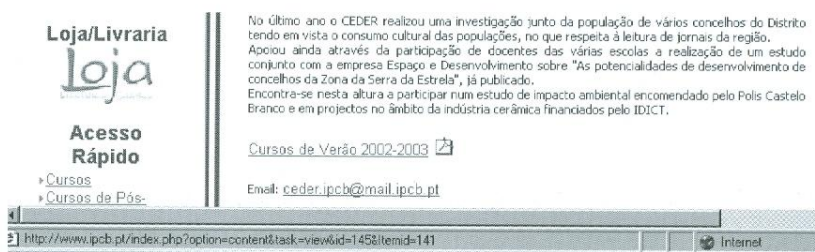


Cursor Normal



Cursor sobre hiperligação

Ao situar o ponteiro sobre a hiperligação, aparece na barra de estado o URL com o qual se ligará.



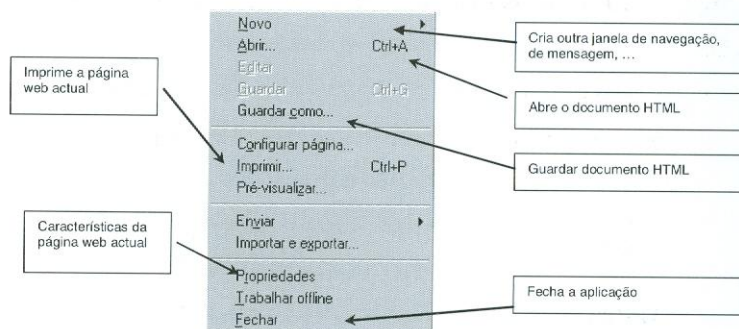
As hiperligações podem estar associadas a qualquer elemento de uma página: texto, imagens, botões, etc.

6.2.- Funções da Barra de Menus

Descreveremos, em seguida, as opções mais utilizadas da barra de menus.

6.2.1.- Menu Ficheiro

Este menu integra todas as opções clássicas dos programas em torno do Windows e algumas especiais para a utilização da Internet.

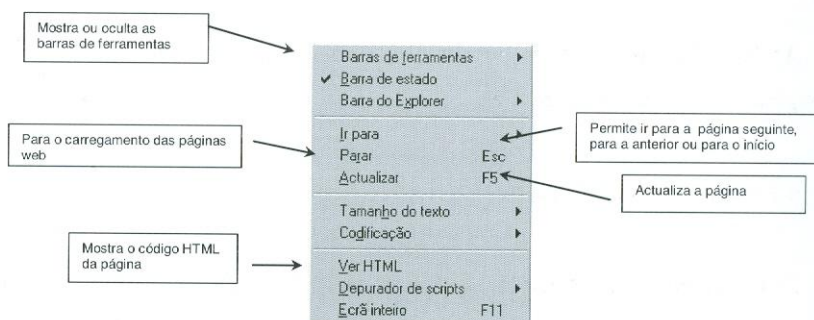


6.2.2.- Menu Editar

Este é outro dos menus típicos de aplicações do Windows. Desfazer, cortar, copiar, colar, ...

6.2.3.- Menu Ver

É um conjunto de opções que afecta principalmente a visualização das páginas.

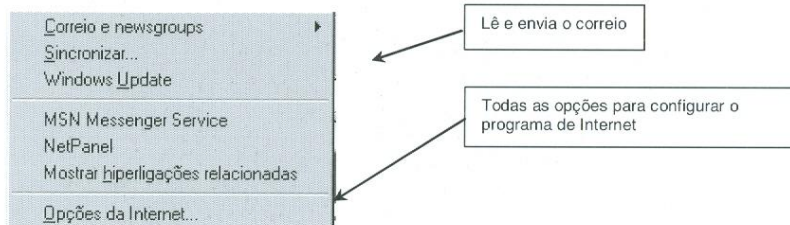


6.2.4.- Menu *Favoritos*

Este menu constitui uma agenda personalizada; o usuário pode guardar aí os endereços das páginas Web que mais o interessem para voltar a visitá-las.

Será estudado adiante.

6.2.5.- Menu *Ferramentas*



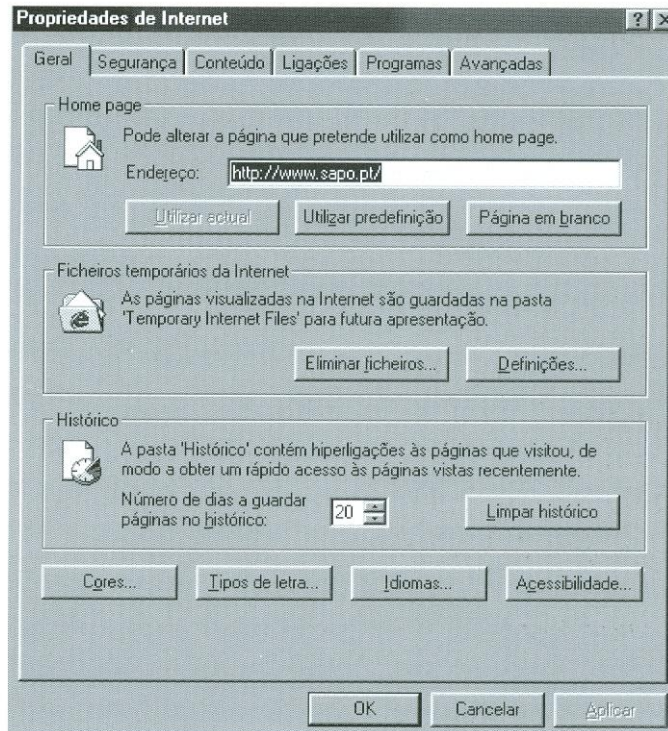
6.2.6.- Menu *Ajuda*

Este menu, da mesma forma que o do Windows, contém todas as opções relativas à ajuda.

6.3.- *Configurar a Página de Início*

Pode eleger qualquer página Web para a primeira que aparece ao abrir o Internet Explorer. Na maioria dos casos, a primeira vez que se utiliza o Internet Explorer a página de início está eleita de maneira predeterminada.

Para modificar página de início, para a página que quer, faça clic no menu **Ferramentas** e, de seguida, em **Opções da Internet**. Na ficha **Geral**, faça clic em **Utilizar actual**. Muitas páginas de início habituais facilitam esta operação ao incluir um botão ou um atalho que converte essa página na sua página de início de forma automática.



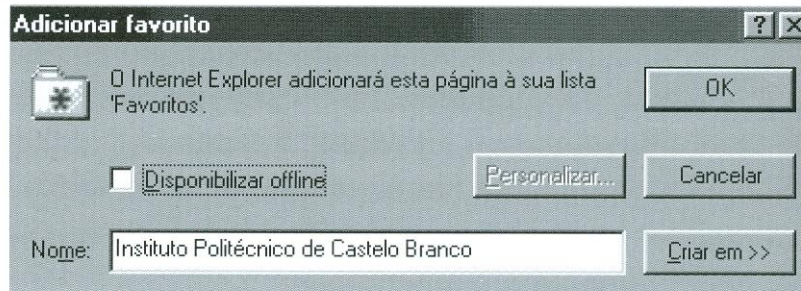
6.4.- Adicionar aos Favoritos

Internet Explorer oferece-lhe a possibilidade de gerir uma relação dos endereços das páginas Web a que acede frequentemente, para permitir um acesso rápido sem ter de escrever, em cada ocasião, o endereço.

Quando desejar adicionar uma direcção URL à sua lista de sítios Favoritos, desenvolva os seguintes passos:

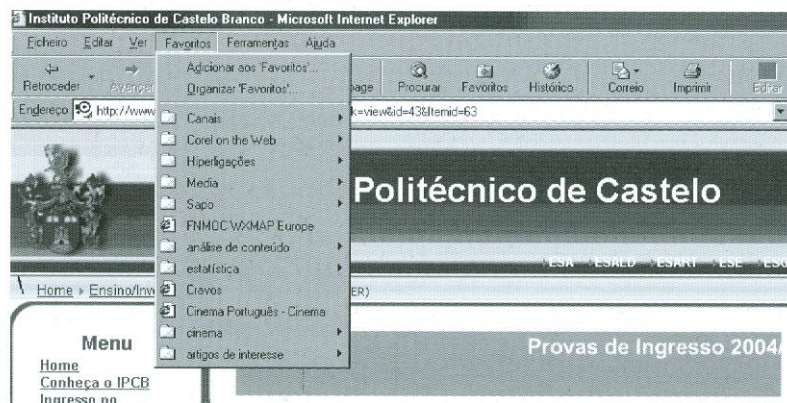
1. Introduza ou procure a página cujo endereço deseja adicionar aos Favoritos

2. Quando a página aparecer no explorador, seleccione do menu *Favoritos* a opção Adicionar aos Favoritos; aparecerá o seguinte quadro.



1. Introduza o nome que deseja dar ao endereço. Se deseja adicionar o endereço a uma determinada pasta de Favoritos, carregue no botão *Criar em* e selecione a pasta em questão. Pelo contrário, se a pasta não existe, pode carregar sobre o botão *Nova pasta* e introduzir o nome da nova pasta, para poder seleccioná-la posteriormente.

2. Clic no o botão OK. Uma vez realizados estes passos, o novo endereço será adicionado ao grupo de Favoritos. Quando desejar voltar a visitar qualquer página que se encontre neste grupo, somente deverá seleccionar a denominação atribuída, do menu *Favoritos*, e a página será carregada automaticamente pelo explorador.

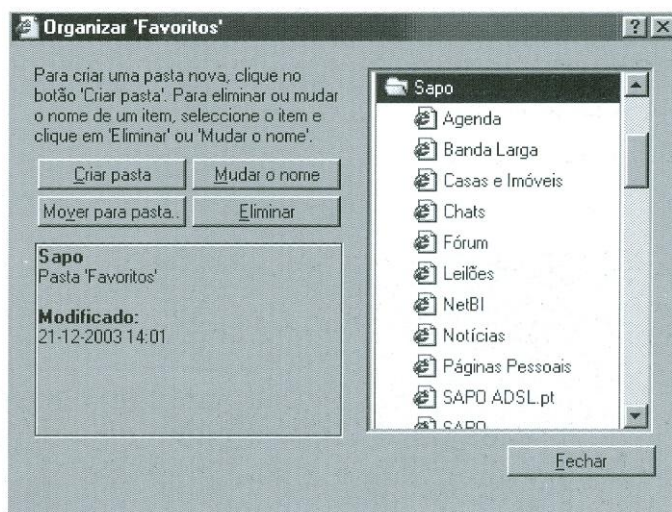


6.5.- Organização dos Favoritos

Se durante o processo de adicionar novos endereços à sua relação de sítios Favoritos não organizou as páginas convenientemente, quando tem várias dezenas, seguramente resultará complicado procurar a que deseja visitar.

Para solucionar este problema, o explorador oferece-lhe a possibilidade de organizar os seus sítios Favoritos com uma estrutura de pastas, que utilizará posteriormente para agrupar os seus sítios dentro do menu *Favoritos*.

Para realizar esta organização seleccione do menu *Favoritos* a opção *Organizar Favoritos*, e aparecerá o seguinte quadro de diálogo.



Para ver o conteúdo de um sítio Favorito, seleccione-o e faça duplo clic com o rato sobre ele.

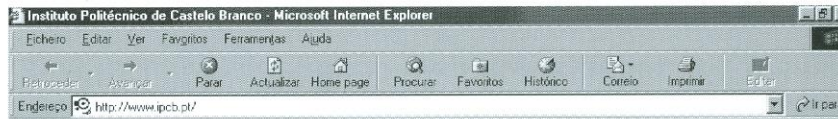
Clique sobre o botão *fechar*, quando terminar de organizar os seus Favoritos. Uma vez feito, o explorador mostrará, no menu Favoritos, o aspecto que definiu.

6.6.- Impressão de uma página Web

Uma forma de guardar informação da Internet, para evitar ter que voltar a ligar-se para abrir a página de novo, consiste em imprimir toda a página. O Internet Explorer pode inclusivamente imprimir os endereços URL associados a cada hipervínculo.

- Para imprimir uma página Web

1. Na barra de ferramentas, faça clic no botão Imprimir.



2. No quadro de diálogo Imprimir, eleja a configuração que deseje.

3. Para imprimir uma tabela de endereços de hipervínculos, active a casa de verificação *Imprimir tabela de vínculos*. O Internet Explorer não imprime texturas ou imagens de fundo quando se utiliza o botão Imprimir, mas as imagens podem imprimir-se por separado.

6.7.- Guardar uma página Web

Em determinadas ocasiões gostaria de guardar uma página Web de forma a que não tenha que voltar a ligar-se à Internet.

- Para guardar uma página Web

1. No menu Ficheiro, faça clic em *Guardar como*.

2. Faça clic na pasta que deseja guardar a página.

3. No quadro, Nome de ficheiro, escreva um nome para a página. Faça clic em *Guardar*.

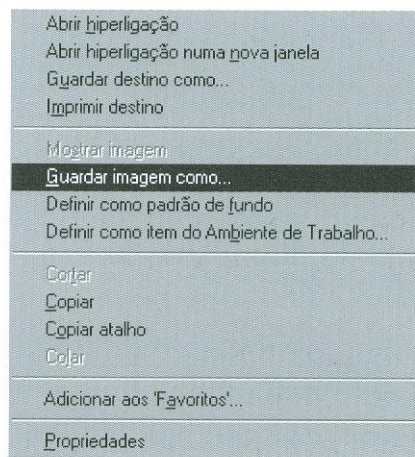


6.8.- Guardar imagens

A Internet, e a World Wide Web em particular, estão repletos de imagens interessantes. Se encontrar alguma que queira conservar, pode guardá-la.

- Para guardar imagens de uma página Web

1. Faça clic com o botão secundário do rato na imagem que deseja.
2. Faça clic em *Guardar imagem como*.



3. Faça clic na pasta em que deseja guardar a imagem.
4. No quadro, Nome do ficheiro, escreva o nome que quer atribuir. Faça clic em *Guardar*.

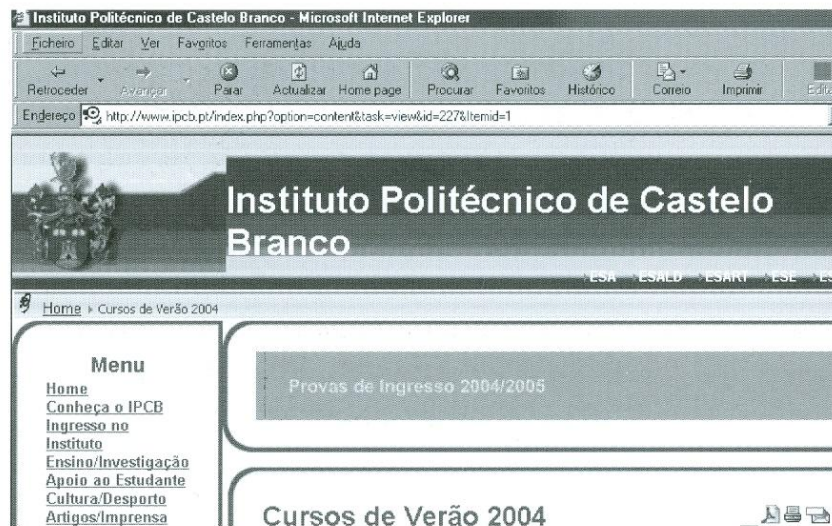
6.9.- Descarga de ficheiros da Internet

Mais tarde ou mais cedo será tentado a poder aproveitar algumas das centenas de ofertas de software, gratuito ou quase gratuito, disponível na Internet. Ou melhor, pode encontrar um hipervínculo ou um outro ficheiro, como um documento em Microsoft Word, que pode transferir em vez de abrir. Quando chegar esse momento, terá de saber como realizar as descargas.

Se o Internet Explorer não reconhece um tipo de ficheiro em concreto, ou se o ficheiro é, na realidade, um programa, verá uma advertência antes de que o ficheiro se descarregue.

- Para descarregar um ficheiro ou um programa

1. Faça clic no hipervínculo correspondente ao ficheiro ou programa que deseje descarregar.



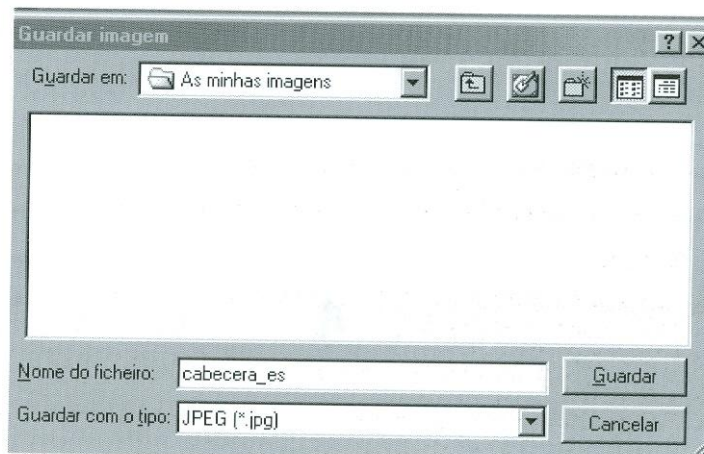
Clicando aqui começamos o download

2. Na Caixa de diálogo do Internet Explorer:

Para ver um documento ou executar um programa, faça clic em *Abrir este ficheiro a partir sua localização actual*.

Para guardar o ficheiro ou o programa sem o abrir, faça clic em *Guardar este ficheiro no disco*. Guarda-se um ficheiro na pasta pretendida, podendo depois trabalhar com ele.

3. Indicar a pasta onde se guardará o ficheiro



Nota: Os vírus dos PCs são bastante habituais na Internet. Podem danificar os ficheiros. Se o preocupa uma transferência em particular, deve fazer clic em *Guardar no disco* e depois executar o ficheiro através de um programa de diagnóstico de vírus antes de o abrir. De resto, existem programas de diagnóstico de vírus na Internet.

7. ENDEREÇOS DE INTERESSE

De seguida, apresentamos uma lista de endereços que consideramos de interesse:

- Câmara Municipal de Castelo Branco www.cm-castelobranco.pt
- Câmara Municipal de Idanha-a-Nova www.cm-idanhanova.pt
- Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão www.cm-vvrodão.pt
- Instituto Politécnico de Castelo Branco www.ipcb.pt
- Compras:
 - www.fnac.pt
 - www.fnac.pt
 - www.elcorteingles.pt
 - www.amazon.com
- Sites de Pesquisa
 - Google www.google.com
 - Altavista www.altavista.com
 - Yahoo www.yahoo.com
 - Sapo www.sapo.pt
- Para crianças
 - Jardim Zoológico www.zoo.sapo.pt
 - Oceanário ... www.oceanario.pt
 - Cidade da Malta www.cidadedamalta.pt
 - O Leme www.leme.pt
- Viagens
 - www.netviagens.com
 - www.tap.pt
- Trabalho
 - IEFP www.iefp.pt
- Gastronomia e Vinhos
 - Roteiro Gastronómico de Portugal www.gastronomias.com
 - Comunidade vegetariana www.solovegetales.com
 - Receitas dos melhores chefes de Espanha www.salseando21.com
 - Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto www.ipv.pt
 - Vinhos www.vinhos.online.pt

Autores

Ana Paula Robalo do Nascimento Castela é licenciada em Sociologia; obteve o grau de mestre em Sociologia e doutoranda em Sociologia na Universidade de Salamanca.

Ana Rita Baptista Garcia é licenciada em Sociologia e doutoranda em Sociologia e Comunicação na Universidade de Salamanca.

Sara Margarida Isidoro Frade de Brito Filipe é licenciada em Relações Internacionais; mestre em Economia Internacional e doutoranda em Marketing e Comércio Internacional na Universidade da Extremadura.